

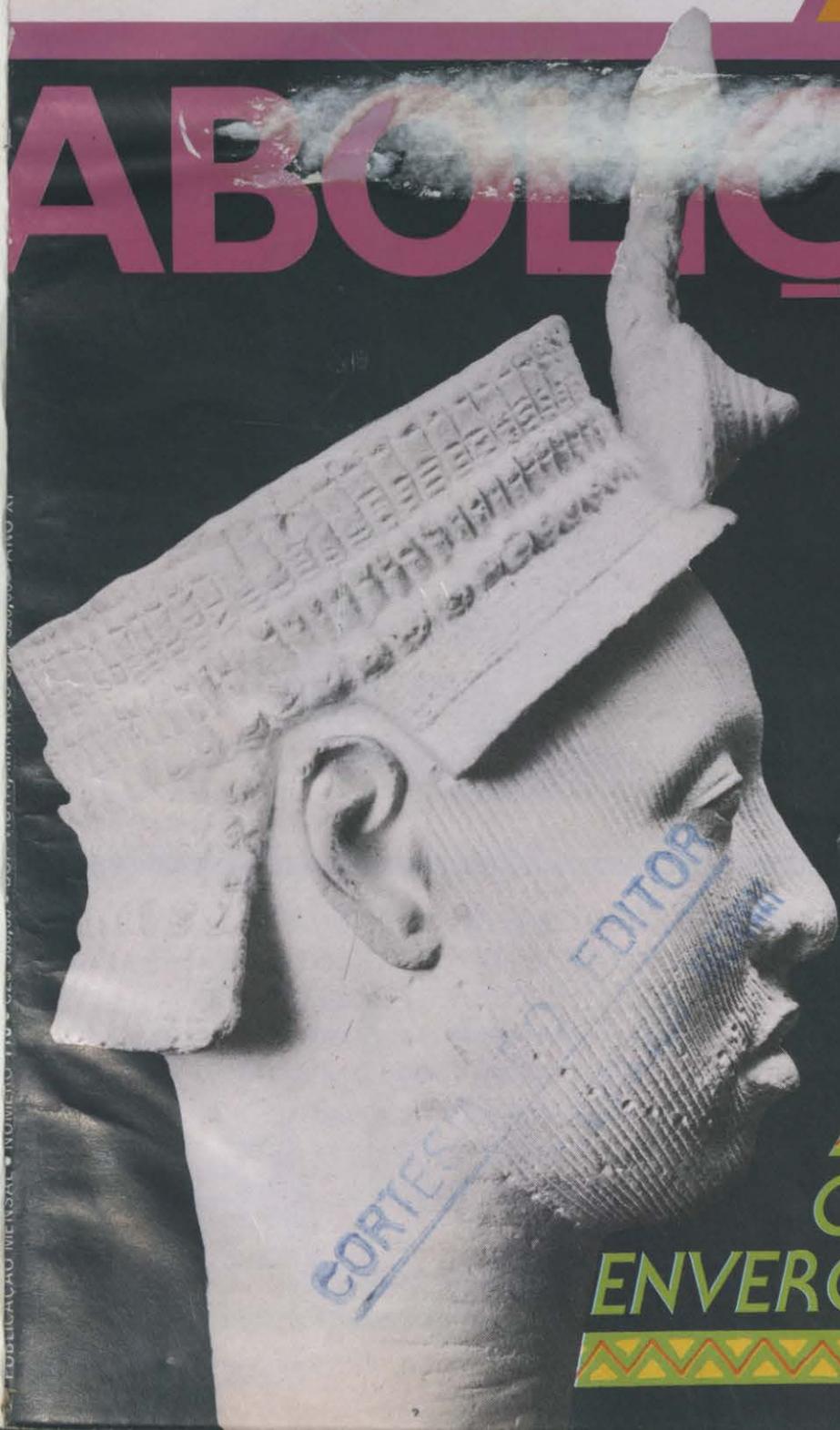
CADERNOS DO

# terceiro mundo

**BOLÍVIA**

A  
esquerda  
no rumo  
do poder

# ABOLIÇÃO



O RACISMO  
ENVERGONHADO

# Defenda as cores do nosso país.



*Este país foi produzido em várias cores. As cores do Brasil. Dos que fazem o Brasil. Gente que semeou nossa terra e construiu nossos sonhos à sombra da cruz de Cristo. Gente que criou a riqueza da cultura brasileira. Juntos, estamos erguendo uma grande nação. Onde o exemplo e integração étnica deve servir de modelo a tantos outros países. Onde a união do nosso povo expressa em cores vivas a bandeira do orgulho nacional. Onde a fidelidade ao Evangelho comija os erros e fortaleça o verdadeiro progresso e concórdia. Que a Virgem Aparecida alcance para o Brasil as bênçãos de seu filho.*

**Campanha da Fraternidade 1988. Arquidiocese do Rio de Janeiro.**  **Várias raças, um só povo.**



WHITE MARTINS

## AOS LEITORES

**E**stamos novamente nos dirigindo aos nossos leitores solicitando seu apoio à Campanha de Assinaturas.

Sabemos que, com forte investimento em publicidade e *marketing*, alcançaríamos todo o país, e mais facilmente as metas da Campanha. Mas, além de não considerarmos apropriada para a expansão da revista, essa metodologia, mesmo que fosse recomendável, não seria possível. Faltaria a matéria-prima correspondente, ou seja, os recursos financeiros para alimentar a Campanha.

Preferimos outros caminhos. Aumentamos consideravelmente nosso serviço de mala direta e estamos recebendo uma resposta positiva. Os índices de renovação de assinaturas aumentaram muito e vem crescendo, a ritmo animador, o número de novos assinantes. Temos leitores permanentes e assinantes em cerca de 1.200 municípios e esperamos chegar ao fim do ano elevando esse número para 2.000.

Os jovens têm sido grandes animadores dessa campanha. Nas universidades e fora delas, avança a legião de rapazes e moças que se engajam voluntariamente no trabalho de multiplicar nossos assinantes. Muitos procuram diretamente nosso Departamento de Circulação. Outros nos escrevem ou telefonam. A comissão que invariavelmente atribuímos aos que nos trazem assinaturas – mesmo os que se recusam a receber – vem ajudando inúmeros estudantes na compra de livros ou, mesmo, no pagamento das escolas, se são privadas.

A Campanha de Assinaturas é vital para **terceiro mundo**. É um fator decisivo na luta de todos os dias por uma informação independente e confiável.

## SUMÁRIO

- 2 **PANORAMA TRICONTINENTAL** \_\_\_\_\_
- 7 **CARTAS** \_\_\_\_\_
- AMÉRICA LATINA** \_\_\_\_\_
- 11 **Bolívia:** Polarização do eleitorado
- 14 Ex-mineiros cultivam coca
- 17 **República Dominicana:** Protestos generalizados
- ÁFRICA** \_\_\_\_\_
- 20 **Gana:** O preço do acordo com o FMI
- ORIENTE MÉDIO** \_\_\_\_\_
- 24 **Líbano:** A ascensão do "Partido de Deus"
- ÁSIA** \_\_\_\_\_
- 26 **Birmânia:** A guerra e o ópio
- ENERGIA** \_\_\_\_\_
- 28 Incertezas na Opep
- NORTE/SUL** \_\_\_\_\_
- 30 O Norte diminui sua ajuda
- 31 O direito ao desenvolvimento
- MEIO AMBIENTE** \_\_\_\_\_
- 32 Os guardiães da "mãe terra"
- MULHER** \_\_\_\_\_
- 34 **Uruguai:** Homens e mulheres: línguas diferentes?
- INFÂNCIA** \_\_\_\_\_
- 36 **México:** Os condenados do asfalto
- CULTURA** \_\_\_\_\_
- 38 **Venezuela:** "Os jovens são mais livres"
- 41 **Chile:** As três opções do chiqueiro
- PÁGINA ABERTA** \_\_\_\_\_
- 44 Os códigos da ecologia
- SUPLEMENTO BRASIL** \_\_\_\_\_
- 46 **Matéria de capa:** O racismo envergonhado
- 53 Reflexos de um perfil negro
- 55 Insólita grilheta – Crônica de Luanda
- 58 **Índios:** O massacre dos ticunas
- 65 Brasília, capital para sempre
- 68 **Abril**
- 70 **Opinião:** Nacionalismo, as lutas de ontem e de hoje
- 72 **Mineração:** O controle nacional



Paz Zamora: uma alternativa para a Bolívia



Petróleo: queda do preço impõe cortes aos produtores



Racismo: em 100 anos, não acabou a discriminação



Abu Jihad: sua morte estimula reconciliação sírio-palestina

#### Palestina

### A OLP DEPOIS DO ASSASSINATO DE ABU JIHAD

Yasser Arafat, presidente da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), realizou, em meados de abril, uma visita de dois dias a Damasco, capital da Síria, durante a qual se entrevistou com o presidente Hafez Assad. Ao prosseguir sua viagem até Bagdá, Arafat se mostrou satisfeito com os resultados do encontro, que parece ter aberto o caminho para uma completa reconciliação entre esses dois inimigos de longa data.

"Não há divergências no seio de uma família unida", afirmou Arafat à imprensa. Suas palavras eram quase as mesmas usadas pelos meios de comunicação sírios para destacar o novo clima dentro do qual o governo de

Hafez Assad e a OLP se esforçam em formular uma estratégia conjunta para enfrentar Israel.

Esta reaproximação entre o governo sírio e a direção palestina é, sem dúvida, uma consequência da rebelião popular nos territórios ocupados. Mas os esforços em prol da reconciliação ganharam um novo alento depois do assassinato de Khalil Al-Wazir, conhecido pelo pseudônimo de Abu Jihad, Comandante Militar da OLP, morto por um comando israelense na cidade de Túnis, em 16 de abril passado.

Apesar de que, provavelmente, Arafat tenha de realizar várias viagens a Damasco, antes que suas relações com a Síria voltem à normalidade, sua recente visita representa um divisor de águas na complexa história das relações sírio-palestinas. Aparentemente, o presidente Assad e Yasser Arafat, que estiveram reuni-

dos por mais de quatro horas, optaram por ignorar as violentas rivalidades passadas e se concentrar na análise dos entendimentos futuros.

Os palestinos estão mais dispostos do que os sírios a comentar esta reaproximação. Arafat afirmou que o maior êxito de sua visita havia sido o acordo para dar apoio à escalada de resistência popular, deflagrada pela população palestina dos territórios ocupados da Cisjordânia e Faixa de Gaza. "Este acordo - afirmou o presidente da OLP - servirá aos interesses da Nação Árabe e à causa palestina em particular". Na base da reaproximação sírio-palestina está o repúdio comum ao plano norte-americano de paz para o Oriente Médio, cuja viabilidade o secretário de Estado, George Shultz, vem tentando demonstrar, insistentemente, durante suas várias visitas à região.

Yasser Arafat deixou Damasco sem revelar detalhes sobre as questões que ainda podem provocar conflitos nessa nova etapa das relações entre a Síria e a OLP. Uma dessas questões seria as divergências entre a OLP e o Egito, uma questão tão importante, que justificou a criação de um "comitê conjunto", talvez a consequência prática mais significativa da visita de Arafat à Síria. De acordo com porta-vozes da OLP em Damasco, o futuro das relações entre a direção palestina e o Cairo será discutido em profundidade. "Estou certo de que chegaremos a um acordo que deixará todas as partes satisfeitas", afirmou um dos porta-vozes.

Mas o problema não é simples. Para satisfazer às

exigências de Hafez Assad, um severo crítico do governo de Mubarak, Arafat talvez tenha que sacrificar suas ligações com o Cairo. Mas foi do Egito que o presidente da OLP recebeu completo apoio, exatamente depois de ter sido expulso da Síria e de seu último reduto no Líbano, quando, em 1983, um grupo dissidente de sua organização, favorável às teses sírias e que contava com o apoio militar de Damasco, enfrentou às forças que lhe eram leais.

Embora publicamente o Egito tenha se mostrado favorável aos esforços em favor da reaproximação sírio-palestina, na realidade deve estar preocupado com as possíveis consequências desse realinhamento das forças palestinas com seu principal adversário árabe.

Outra questão complexa é a presença militar palestina no Líbano. Tanto Arafat quanto Assad têm interesses importantes, mas divergentes quanto às metas estratégicas. Isso ficou comprovado em sucessivas ocasiões e, em particular, durante a "guerra dos campos", entre o principal aliado sírio no Líbano, a milícia xiita *Amal* e a OLP. Certamente os sírios vão se opor à presença de forças militares palestinas que não estejam sob seu controle. O ponto do acordo poderá ser encontrado se a discussão for sobre o grau de liberdade de que desfrutarão as forças palestinas fora das áreas do Líbano controladas pela Síria.

Juan Carlos Gumucio\*

\*J.C. Gumucio, da Bolívia, é correspondente do "Diário 16", de Madrid e da *The Times*, de Londres, com base em Beirute, de onde enviou esse artigo exclusivo para terceiro mundo.

## Argentina

### PARALISAÇÃO GERAL CONTRA A POLÍTICA ECONÔMICA

Com a adesão maciça de praticamente todos os sindicatos do país, realizou-se, em 14 de abril passado, uma paralisação geral em protesto contra a política econômica do presidente Raúl Alfonsín. O Ministério do Trabalho admitiu que a medida contou com o apoio de 80% dos trabalhadores do país. O setor industrial foi o mais afetado, já que 95% dos trabalhadores faltaram ao emprego.

A Confederação Geral do Trabalho (CGT), central única de orientação peronista, que convocou a greve, afirmou que a paralisação foi geral e contou com "mais de 90%" de adesão. A imprensa confirmou que a maioria da população do interior do país acatou a convocação à greve, com maior intensidade nos setores industriais que nos comerciais e de serviços.

Na capital argentina, trens, metrô, bancos e repartições públicas não funcionaram, e os comerciantes que abriram suas portas, abandonaram as atividades à medida que o dia avançava. Mesmo na administração pública, a paralisação foi majoritária. A municipalidade da cidade de Buenos Aires informou que mais de 60% de seus empregados não compareceram a seus postos. A empresa aérea estatal Aerolíneas Argentinas e a empresa privada Austral suspenderam seus voos nacionais e internacionais. O treinamento da seleção argentina foi suspenso,

pois seus jogadores aderiram à greve.

A CGT promoveu a jornada de paralisação exigindo uma mudança na estratégia antiinflacionária do governo que se baseia em cortes nos aumentos salariais. Em 1987, o índice de preços registrou um aumento de 176%, mas no primeiro trimestre deste ano a inflação chegou a 40%, o que, projetado daqui a um ano, permite prever uma inflação de 284%.

## Guatemala

### REINICIAM DIÁLOGO COM A GUERRILHA

O governo da Guatemala anunciou, no mês passado, sua disposição de reiniciar as conversações com os guerrilheiros da Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG), que foram interrompidas em outubro.

Em mensagem dirigida à Comissão de Reconciliação Nacional (CRN), o governo garantiu que "aceitaria restabelecer as conversações para precipitar a retirada desses grupos da luta armada, facilitando, assim, os mecanismos que permitam os dirigentes e militantes dessas organizações recorrerem à anistia e reintegrarem-se à vida civil, dentro do contexto legal".

A Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG), uma aliança de três grupos guerrilheiros, exigiu do governo nos últimos meses o reinício das negociações com o objetivo de obter uma trégua no confronto armado, que já dura 27 anos. O documento assina-

do pelo presidente Vinicio Cerezo indica que o governo exigiu da URNG "uma manifestação expressa de sua vontade de incorporar-se e participar da vida política do país, dentro dos limites da Constituição".

O comandante Pablo Monsanto, um dos três membros da direção do movimento, sublinhou que "o objetivo da URNG não é pôr fim ao seu problema de legalidade, mas sim resolver os problemas do povo".

malesstar, devido à prisão de dois dirigentes da oposição, quando retornavam do exílio.

A líder indígena Rigoberta Menchú e o professor universitário Rolando Castillo Montalvo - exilados desde 1982 e integrantes da chamada Representação Unitária da Oposição Guatemalteca (RUOG) - foram presos em meados de março, no aeroporto da capital, em meio a um impressionante aparato policial.



Guatemala: protestos populares tomam as ruas da capital

Monsanto, cujo verdadeiro nome é Jorge Soto, acusou o regime guatemalteco de cumprir "cosmeticamente" o acordo de paz de Esquipulas II. "Ao integrar a comissão de reconciliação, o presidente Cerezo não estava pensando em permitir realmente que ela trabalhasse para resolver o problema interno da Guatemala", afirmou o comandante.

O governo de Cerezo manifestou sua intenção de restabelecer o diálogo em um momento que reinava na Guatemala um clima de

Uma semana depois, Menchú e Castillo Montalvo foram libertados pela justiça, por falta de provas. Ambos haviam chegado ao país em companhia dos sindicalistas Marta de Torres e Frank La Rue, também exilados, e de uma delegação de 13 observadores estrangeiros.

Na primeira semana de maio passado, houve uma tentativa de golpe, liderada por setores militares ultraconservadores. Mas foram dispersados por unidades do exército, sem que um só tiro fosse disparado.



O povo se manifesta contra os EUA em Tegucigalpa

## Honduras

### PROFUNDA CRISE POLÍTICA

As violentas manifestações ocorridas em Honduras, no início de abril, não chegaram a ameaçar a coesão das forças armadas mas afetaram diretamente a estabilidade do governo. O presidente José Azcona teve que enfrentar uma séria crise política depois da renúncia do seu vice-presidente, Jaime Rosenthal. A decisão de Rosenthal, que era também o principal assessor econômico de Azcona, foi tomada depois que foi concedida a extradição, para os Estados Unidos, do cidadão hondurenho Ramón Matta, acusado de tráfico de drogas pelas autoridades norte-americanas. Esse também foi o fato que desencadeou as manifestações maciças, que tanto criticavam a atitude do governo hondurenho como as pressões da administração norte-americana.

Vários segmentos da sociedade protestaram contra a violação da Constituição, que não permite que cidadãos hondurenhos sejam extraditados do país, passando rapidamente a ques-

tionar também a presença militar norte-americana em Honduras.

Desde 1983, o governo dos Estados Unidos realiza um programa permanente de manobras militares nesta nação centro-americana, além de utilizar seu território para a instalação de bases dos "contras" nicaraguenses.

As manifestações mais importantes aconteceram na capital, Tegucigalpa, e na cidade de San Pedro Sula, ao norte do país. Na capital, centenas de pessoas foram presas e duas torres da rede de alta tensão foram atingidas com explosivos. Os protestos começaram quando uma multidão incendiou instalações diplomáticas norte-americanas, episódio que teve o saldo de quatro manifestantes mortos e 30 feridos pelos guardas da embaixada. Em San Pedro Sula os distúrbios culminaram com a destruição do edifício do Fórum e da direção regional do Ministério do Trabalho - uma ação que parece ter sido da responsabilidade do Batalhão de Inteligência Militar, para desviar a atenção dos distúrbios antinorte-americanos -, numerosos veículos do go-

verno queimados e dezenas de manifestantes detidos.

O porta-voz da Força de Segurança Pública, major Manuel Urbina, anunciou a decisão do presidente José Azcona de suspender por 15 dias as garantias constitucionais. "Agora - disse - podemos deter qualquer cidadão, restringir a liberdade de movimento, impedir as reuniões e prender quem a gente queira". O porta-voz se negou a revelar o número de pessoas mortas durante os distúrbios. (Passados 15 dias, o governo teve que restituir as garantias individuais porque o Poder Legislativo não as homologou e a legislação estabelece que só a ratificação da medida, pelo Parlamento, pode autorizar sua prorrogação).

Os três partidos de oposição condenaram a atitude do governo, tanto de autorizar a extradição de Matta como de reprimir os distúrbios, durante os quais muitos jornalistas também foram presos.

Ao pronunciar-se sobre as manifestações maciças dos meses de abril e sobre a crise política, o ex-reitor da Universidade Nacional e líder de uma fração do Partido Liberal, no governo, Jorge Arturo Reina, afirmou: "Os abusos dos norte-americanos estão se acumulando e o povo não vê com bons olhos a ocupação de sua pátria por tropas estrangeiras". Segundo Reina, o governo só tem agora dois caminhos para solucionar a crise: exigir dos Estados Unidos a devolução de Matta para julgá-lo conforme a legislação hondurenha, o que não é provável, ou punir os responsáveis por este ato.

## Peru

### AS AMBIÇÕES DE VARGAS LLOSA

A autopromoção da candidatura do escritor Mario Vargas Llosa à presidência do Peru, causou surpresa e embaraço a seus partidários políticos da Frente Democrática (Fredemo), que reúne as três organizações conservadoras. Durante uma visita aos Estados Unidos, no mês passado, o escritor peruano manifestou, ao correspondente do jornal alemão *Die Welt*, seu temor de que o "fracasso econômico" do presidente Alan García dê a vitória a um candidato marxista, nas eleições de 1990. Por isso, Vargas Llosa disse estar disposto a "se sacrificar" e apresentar sua candidatura.

A Fredemo está formada pelo Partido Ação Popular (AP), o Partido Popular Cristão (PPC) e o Movimento Liberdade, criado por Vargas Llosa para combater a decisão de Alan García (julho de 1987) de estatizar os bancos privados. Portavozes do AP e do PPC declararam que é prematuro falar de candidaturas e alguns deles disseram que os líderes de suas respectivas organizações também têm a mesma aspiração manifestada por Vargas Llosa. O ex-secretário geral do AP, Javier Alva Orlandini, declarou que seu partido tem preferência pela candidatura do ex-presidente Fernando Belaúnde Terry.

A Fredemo pretende participar das eleições com um só candidato, mas até agora, não chegaram a um nome de consenso.

## Equador

### ELEIÇÕES CONSOLIDAM DEMOCRACIA

Com a vitória do candidato social-democrata Rodrigo Borja, à presidência do Equador, no segundo turno das eleições de 9 de maio passado, a democracia equatoriana está consolidada. Essa é a opinião dos diversos setores do país.

"O grande vencedor é o país, o povo escolheu a opção que prometia maior estabilidade e paz", foi o editorial do jornal conservador *El Comercio*, decano da imprensa de Quito, que destacou o fato de que com Borja fica assegurada "a consolidação do sistema democrático e constitucional".

Borja, militante e fundador há 20 anos da Esquerda Democrática (ID), obteve um total de 52,84% dos votos, diante do seu rival, o populista Abdala Bucaram, com 47,15%.

O atual presidente, o social cristão conservador, León Febres Cordero, desejou sorte ao seu sucessor, "porque do seu êxito ou do seu fracasso depende o bem-estar do povo equatoriano".

Já o candidato derrotado, Abdala Bucaram, ao reconhecer a vitória de Borja, disse: "Não esqueçamos que a melhor das ditaduras sempre é pior do que a pior das democracias".

Rodrigo Borja, um advogado de 52 anos, é o primeiro presidente equatoriano oriundo da região serrana, desde Camilo Ponce (1956/60), rompendo com uma longa tradição de mandatários do litoral, num país marcado pelo regionalismo.

## Malauí

### A HORA DOS DISSIDENTES

Os processos revolucionários do Zimbábue e da Nicarágua e a unidade política no seio da OLP induziram os dissidentes do Malauí a formar uma frente única contra o governo ditatorial do presidente Kamuzu Banda. "A experiência da Nicarágua e da OLP indicam que se pode chegar a uma sólida unidade, respeitando a diversidade das correntes, sem que ninguém renuncie a suas metas econômicas e políticas", afirmou o dirigente rebelde Kanyama Chiume. "Poderíamos fazer o mesmo no Malauí, criando as condições para que o povo exerça livremente seu

direito a escolher o governo sob o qual viverá e morrerá".

Chiume, presidente do proscrito Congresso para a Segunda República (CSR), acrescentou que "os verdadeiros revolucionários que lutam por uma transição democrática em nosso país, responderam positivamente à convocação para alcançar a unidade".

A criação de uma frente unida malauiana não implica de modo algum a dissolução dos atuais partidos rivais ou a renúncia a suas posições ideológicas. Chiume foi ministro das Relações Exteriores do Malauí até que teve algumas divergências com o presidente Banda, em 1964. Desde então, vive exilado na Tanzânia, onde trabalhou como jornalista e

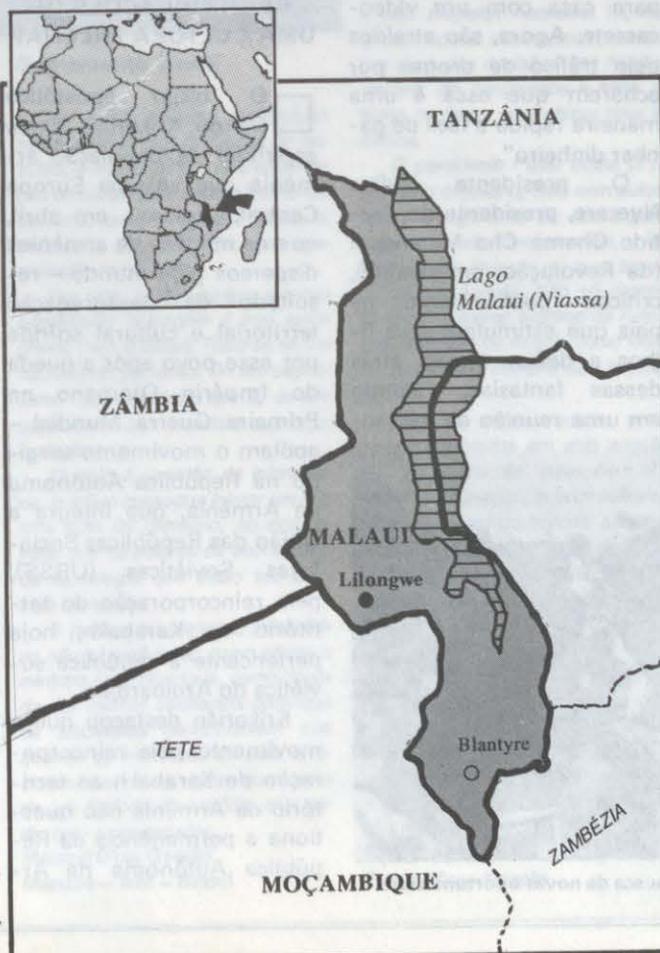


Hastings Banda

editor, enquanto dirigia a CSR.

Assim como o Movimento pela Liberdade do Malauí (Mafremo) e a Liga Socialista de Malauí (Lesoma), o CSR luta para derrubar o regime do autoproclamado presidente Banda, que chega aos 90 anos de idade com a saúde debilitada. Para Chiume, esta é a oportunidade para que os grupos opositores se constituam em alternativa concreta de poder: "A História condenaria o povo de Malauí se perdesse essa oportunidade", afirmou o dirigente opositorista.

Os dissidentes malauianos e os grupos de apoio no exterior consideram Banda como um instrumento do regime de minoria branca sul-africano e o acusam de isolar o país da corrente seguida pelos estados fronteiriços: o Malauí é a única nação africana que mantém relações diplomáticas com Pretória.



Tanzânia

**A ILUSÃO DA SOCIEDADE DE CONSUMO**

□ Dois mil emigrantes da Tanzânia - segundo dados do serviço de migração de Dar-es-Salaam, que só registra quem tem passaporte oficial e deixou legalmente o país - estão espalhados pelo mundo em busca de melhores oportunidades de vida. O diretor do serviço de imigração da Tanzânia, Mbwana Bakari, externou a preocupação do seu governo com os problemas que esses emigrantes estão causando nos países de destino, já que 95% estão envolvidos no tráfico de drogas (os 5% restantes são marinheiros).

Segundo relatórios policiais, há 50 tanzanianos detidos nas prisões italianas, acusados de diversos delitos, em sua maioria por comercialização de drogas. "Esse pessoal não tem trabalho estável, nem assistência alguma. Como se encontram desorientados, fazem qualquer tipo de trabalho, tornando-se presa fácil dos delinquentes locais, que os usam na venda de drogas ou na prostituição", escre-

veu *Il Giornale di Napoli*. Na Grécia, também há dezenas de jovens tanzanianos na prisão, condenados por narcotráfico.

O padre Georges Loire, capelão de uma missão católica e Dar-es-Salaam, que visitou os presos na Grécia, faz o seguinte relato do problema: "Nossos jovens, desempregados e frequentemente famintos, se adaptam paulatinamente às favelas de Pireu, no porto de Atenas. A partir de então, estão prontos para serem presas fáceis dos traficantes de drogas", assinala o sacerdote.

Mbwana Bakari, que visitou recentemente esses países para estudar o problema, disse que antes os jovens iam "atraídos pela sociedade de consumo e sua maior aspiração era voltar para casa com um videocassete. Agora, são atraídos pelo tráfico de drogas por acharem que essa é uma maneira rápida e fácil de ganhar dinheiro".

O presidente Julius Nyerere, presidente do Partido Chama Cha Mapinduzi (da Revolução, em swahili), criticou publicamente os países que estimulam seus filhos a deixar o país atrás dessas fantasias. Falando em uma reunião de militan-

tes no distrito de Kilimanjaro, Nyerere advertiu que acumular riquezas no estrangeiro não é tão fácil como alguns pensam. Nyerere chamou de irresponsáveis aqueles que incentivam seus filhos a fazerem tais aventuras.

Diante da gravidade do problema, o presidente conclamou seus correligionários a fazerem uma campanha junto ao governo e aos pais para enfrentar a situação. Para este veterano líder, a juventude da Tanzânia deve aceitar que a principal ocupação do país é a agricultura, que é capaz de oferecer-lhes uma vida decente e de bom nível, melhor que o destino daqueles que optam pela delinquência.

Armênia

**REIVINDICAÇÕES DE UMA CULTURA MILENAR**

□ O bispo apostólico Merob Krikorián, chefe espiritual da população armênia que vive na Europa Central, declarou, em abril, que os milhões de armênios dispersos pelo mundo - resultado da desagregação territorial e cultural sofrida por esse povo após a queda do Império Otomano na Primeira Guerra Mundial - apoiam o movimento surgido na República Autônoma da Armênia, que integra a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), pela reincorporação do território de Karabakh, hoje pertencente à república soviética do Azeibardjão.

Krikorián destacou que o movimento pela reincorporação de Karabakh ao território da Armênia não questiona a permanência da República Autônoma da Ar-

mênia na URSS. Pelo contrário, destacou o bispo, "a Armênia está cercada por inimigos e sempre contou com a proteção da União Soviética".

O drama do povo armênio remonta a 1915, quando o exército turco assassinou um milhão e meio de pessoas e condenou outros dois milhões ao exílio. Ocupada até 1923, ano em que se firmou o tratado de paz entre os aliados ocidentais e a Turquia, a Armênia foi dividida territorialmente, ficando a maior parte do que foi seu antigo Estado em poder dos turcos. Alguns sobreviventes se agruparam na região do Cáucaso e passaram a integrar a República Autônoma da Armênia na URSS, enquanto outros se dispersavam pelo mundo. Desde então a população armênia luta para conservar sua identidade cultural e recuperar a nação perdida.

O bispo Krikorián afirmou que as reivindicações pela reincorporação de Karabakh à Armênia soviética estão profundamente enraizadas no drama histórico do país e expressou a esperança de que Moscou encontre "uma solução justa e equilibrada para o problema".

Ao final de fevereiro passado, após uma resolução da Assembleia Regional de Karabakh, organizou-se em Erivan (capital da República Autônoma da Armênia), uma manifestação de um milhão e meio de pessoas pedindo a reincorporação daquela região à Armênia soviética.

Segundo o bispo Krikorián, os protestos se baseiam no fato de que a região de Karabakh está isolada do resto da nação armênia.



Jovens tanzanianos: no mundo, em busca de novas oportunidades

## Décimo aniversário da invasão do Líbano

A 15 de março de 1978, Israel desencadeou uma maciça invasão ao sul do Líbano, conhecida como "Operação Litani", com o pretexto de destruir "bases terroristas". Ezer Weitzman, então ministro da Defesa, afirmou nesse mesmo dia que



1982: Beirute sob bombas

"Israel não pretendia ocupar esse território", apesar de o comandante-em-chefe, Mordekai Cor, ter anunciado, simultaneamente, que Israel planejava "estabelecer um cinturão de segurança ao longo da fronteira libanesa".

Durante uma semana, entre 20 e 30 mil soldados israelenses entraram no Líbano, com o apoio da força aérea (que usava, pela primeira vez, caças F-15 sobre território libanês) e de navios que bombardeavam a partir do mar. Mais de 1.100 libaneses e palestinos morreram (50% dos quais eram civis) e vários milhares ficaram feridos. Uma faixa do território libanês de 2.020km<sup>2</sup> foi ocupada e 150 povoados do sul foram devastados (seis deles foram completamente destruídos). A agressão provocou o êxodo de 285 mil habitantes (220 mil libaneses e 65 mil palestinos).

A 6 de junho de 1982, Israel fez a nova e maior agressão contra o Líbano, ocupando uma parte muito mais importante do território, inclusive Beirute, a capital.

Assim, a Associação Libanesa

de Advogados Democratas convoca todos os advogados do mundo assim como outras organizações governamentais e não-governamentais, e a própria ONU, para agirem em favor de uma retirada incondicional e completa de Israel do território ainda ocupado, de acordo com a Resolução 425 do Conselho de Segurança e outras decisões importantes desse organismo internacional.

**Associação Libanesa de Advogados Democratas  
Beirute - Líbano**

## Suplemento Brasil

No artigo sobre a distribuição nacionalizada dos derivados do petróleo, é muito pertinente a observação do constituinte baiano Fernando Santana, ao comentar que "nenhum país pode ser capitalista sem acumulação de capital".

Por isso, considero que o termo capitalismo selvagem é mal apropriado para o Brasil. Trata-se de um capitalismo perverso. De um capitalismo "sem capital", isto é, de um capitalismo que transfere sua acumulação.

Quanto à questão da informática, o artigo consegue injetar em nós uma gota de otimismo, ao nos revelar que há setores da economia e da tecnologia que estão sob controle da nação.

A política brasileira de informática não só está certa, como afirma o ministro Luiz Henrique, como deveria ser melhor conhecida para que os brasileiros descobrissem que quando os interesses do país coincidem com os da classe dominante de um período da história, eles estão bem resguardados.

**Manoel Dias Galvão  
Manaus - AM - Brasil**

terceiro mundo

# AIDS

A epidemia do século

INUNDAÇÕES

Quem são os responsáveis?

## AIDS

Quero parabenizá-los pela excelente matéria sobre a Aids, publicada por **terceiro mundo** de março passado.

**Gilênio N. Camilo  
Taguatinga - DF - Brasil**

## Botha perdeu a cabeça

Como estudante angolano, me pergunto quais são as razões que levam um país como a África do Sul a não respeitar nenhuma lei, nenhuma norma internacional, passar por cima das decisões das Nações Unidas, de congressos e foros de todos os tipos, para atacar seus vizinhos.

O presidente Pieter Botha já pisou solo angolano, mas sem autorização do governo de nosso país, digamos clandestinamente, no contexto da invasão de suas tropas no sul de Angola. Não só desrespeitou o governo legítimo da República Popular de Angola como todos os países da comunidade internacional.

Mas as tropas racistas estão sendo derrotadas em solo angolano, tanto que às vezes nem têm tempo de carregarem seus sofisticados equipamentos bélicos; até seus mortos vão sendo abandonados.

Quando Botha decidiu "visitar" solo angolano foi para tentar devolver o moral aos seus soldados, que fugiam ou se negavam a lutar. Botha perdeu a cabeça com a derrota em Angola, que embora não seja definitiva, terá consequência dentro da própria África do Sul.

Espero, pelo bem do meu povo e da África, que o apartheid esteja chegando ao fim.

**Fernando da Silva  
Benguela - Angola**



## Lista negra de medicamentos

Depois de tomar conhecimento da matéria "A lista negra de medicamentos", publicada no nº 107 de **terceiro mundo**, passei a ter uma idéia melhor do descaso com que o governo vem tratando a questão dos medicamentos que são comercializados no Brasil, muitos deles proibidos em diversos países da Europa e nos Estados Unidos.

Mas, além do alerta feito nessa matéria, seria muito mais interessante a publicação dessa "lista negra", o que ajudaria e esclareceria todos nós.

**Luiz Araújo Corrêa  
São Paulo - SP  
Brasil**

## A OLP no Brasil

A opinião pública internacional e os setores progressistas da sociedade estão cada vez mais aterrorizados com as investidas do Estado (Sionista) de Israel contra os palestinos, culminando recentemente com o assassinato do vice-líder da Fatah e da OLP, Abu Jihad.

Como simpatizante da causa palestina, entendo que devemos cobrar o reconhecimento da OLP no Brasil, através da instalação de uma embaixada. Por isso, solicito dessa conceituada revista uma reportagem sobre a causa palestina, inclusive com um breve histórico, assim como o endereço da OLP no Brasil, pois pretendo manter contato.

**Jorge Barbosa de Jesus  
Itabuna - BA - Brasil**

Nota da Redação: No nº 27 de **terceiro mundo**, publicamos uma extensa reportagem sobre a questão palestina, inclusive com um breve histórico. Quanto ao endereço da OLP no Brasil, é o seguinte: Escritório da OLP, SHIS-QI-07, Conjunto 5, casa 20. 71600, Brasília, DF.

## INTERCÂMBIO

- **Luis Barreiros**  
Cx. Postal 372  
SBC, CEP 09700, SP  
Brasil
- **Domingos Sebastião (Minguinho)**  
Cx. Postal 2036  
Luanda - Angola
- **João de Deus**  
Cx. Postal 218  
Sumbe - Angola
- **Joana Maravilha (Mará)**  
Epuec 42 - Agostinho Neto  
Isla de la Juventud - Cuba
- **Maias Augusto Antônio Lourenço**  
Cx. Postal 1558 - C/ Mena Diniz  
Benguela - Angola
- **Eduardo Joaquim**  
Cx. Postal 1707 - Bairro da Fronteira  
Benguela - Angola
- **Paulo Muay (Paulinhc)**  
Cx. Postal 3843  
Luanda - Angola
- **José Celso Manuel**  
Cx. Postal 580  
Benguela - Angola
- **Luis Filipe José Jaime**  
A/C Leonardo Manuel Sequin  
Cx. Postal 1908  
Benguela - Angola
- **Joaquim Helenio A. Gomes**  
Cx. Postal 2091  
Fortaleza - CE
- **Emílio João Franco**  
A/C de Joana António Garcia  
Cx. Postal 1400 - Correios - D.N.R.H.  
Luanda - Angola
- **Paulo Raimundo**  
Rua comte Cassambe 15  
Cx. Postal 266  
Benguela - Angola
- **Paulino José Salvador - Lino**  
Cx. Postal 509  
Luanda - Angola
- **Jornal Universo**  
Rua Venezuela 212/402 - Espinheiro  
52.020 - Recife - PE
- **Rui Carlos Alberto Ribeiro Faria**  
Cx. Postal 304  
Benguela - Angola
- **Antônio Joaquim Martins Kidis**  
Cx. Postal 18.584  
Luanda - Angola
- **Fernando Domingos**  
A/C de Firmino Jamba  
P.O. Box 745  
Rua Nando Sá 88  
Cidade de Acácias Rubras  
Benguela - Angola
- **Hashemy Haidula Butty**  
Cx. Postal 18.584  
Luanda - Angola
- **Isabel José Fernandes**  
Gabinete Cant. Técnica - D.G.A.T.  
Cx. Postal 3010  
Luanda - Angola
- **José Celso Manuel**  
Rua Dr. José Antonio  
Cx. Postal 580  
Benguela - Angola
- **Alexandre C. R.**  
Rua Antônio Dias 102 - Sto Antônio  
30.350 - Belo Horizonte - M.G  
Brasil
- **Antônio Helder Lemos**  
Cx. Postal 3048  
Luanda - Angola
- **Tony Cruz**  
Cx. Postal 908  
Luanda - Angola
- **Francisco Fernando da Silva Pedro**  
Cx. Postal 1327  
Benguela - Angola
- **Roberto Carlos Dias dos Santos**  
Cx. Postal 2424 - SIGA  
Luanda - Angola
- **Antônio Pedro**  
Cx. Postal 16.299  
Luanda - Angola
- **Luwana-Nzila**  
Cx. Postal 3534  
Luanda - Angola
- **Manuel Miguel Adão Paulo**  
A/C de B. José  
Cx. Postal 18.186 - Vila Alice  
Luanda - Angola
- **Domingos David de Barros**  
Cx. Postal 1708  
Benguela - Angola
- **José Alberto Pinto**  
Bairro de Sta Luzia 23  
4930 - Valença - Portugal
- **Domingos Jerônimo Neto**  
Cx. Postal 3371  
Luanda - Angola
- **Gaspar Mateus de Jesus**  
Cx. Postal 3804  
Luanda - Angola
- **Florencio Mouzinho Mendes de Almeida**  
Cx. Postal 3371  
Luanda - Angola
- **Celeste Maria Marques de Santana**  
Rua Teixeira Mendes 18, casa 15  
Alto das Pombas - Salvador - BA  
Brasil
- **Maria Irene Lamarcosa**  
Praceta 25 de abril, 3/3º Dto.  
2840 Paio Pires  
Seixal - Portugal
- **Garcia Carlos**  
YOBO - Cx. Postal 16.299  
Luanda - Angola
- **Catarino Manuel da Conceição**  
Bairro Patrício Lumumba, casa 29/31  
Apartado 6895  
Luanda - Angola
- **Benedito Paulo Ngola (Bene)**  
Cx. Postal 6472  
Luanda - Angola
- **João Alfredo**  
Cx. Postal 3371  
Luanda - Angola

## Terceiro mundo

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

**Diretor Geral:** Nelva Moreira  
**Diretor Geral Adjunto:** Pablo Piacentini  
**Editora:** Reatriz Bissio

**Sub-editores:** Roberto Remo Bissio, Carlos Castilho  
**Conselho Editorial Internacional:** Darcy Ribeiro, Henry Pease Garcia, Eduardo Galeano, Juan Somoza

**Redação Permanente:** Artur Poerner, Claudia Nelva, José Carlos Gondim (Brasil), Roberto Bardini (México), Baptista da Silva, Carlos Pinto Santos, (Portugal), Cristina Cancura (Uruguai).

**Correspondentes:** Horacio Verbitsky (Argentina), Fernando Reyes Matta (Chile), Alejandra Adoum/Eduardo Khalife (Equador), Rafael Roncagliolo/César Arias Quincot (Peru), Guillermo Segovia Mora (Colômbia), Arqueles Morales (Nicarágua), Etevaldo Hipólito (Moçambique), Claude Alvares (Índia)

**Colaboradores:** Abdul Nafey, Adrián Soto, Alberto Marilantoni, Ash Narain Roy, A.W. Singham, Carlos Aveline, Carlos Cardoso, Carlos Nôñez, David Coetzee, Fernando Molina, Francesca Gargallo, Gérard Pierre-Charles, Gregorio Seiser, Govin Reddy, Herbert de Souza, João Melo, Ladislau Dowbor, M. Venugopala Rao, Marcela Otero, Mario de Cautin, Mía Couto, Narinder Koshia, Nils Castro, Phill Harris, Ricardo Bueno, Roger Rummill, Theotonio dos Santos, Medea Benjamin, Jaime Brener, Juan Carlos Gumucio, Norma Marcos e Adam Keller.

**Departamento de Arte:** Pedro Toste (editor), Miguel Efe, Reginaldo Caxias. **Colaboradores:** Adérito Gusmão e Dayse Vitoria. **Centro de Documentação:** Maria Helena Falcão (diretora), Elizabeth Mesquita, Sônia Lana Drum, Aldo Gamboa. **Administração do Banco de Dados:** Raimundo José Macário Costa. **Digitadores:** Sérgio Luiz S. Schettino. **Composição:** Luzia A. Neiva. **Revisão:** Cléa Márcia Soares.

**SEDE CENTRAL NO BRASIL:**  
**Endereço:** Rua da Glória, 122 / 105-106 - CEP 20241 - Rio de Janeiro - Tels.: 222-1370 / 242-1957 Telex: (021) 33054 CTMB-BR

**Departamento Comercial:** Maria Nelva. **Deptº de Assinaturas e Promoção:** Henrique Menezes. **Editora Terceiro Mundo Ltda.:** Rua da Glória, 122 / 105-106 CEP: 20241 - Rio de Janeiro/Brasil - Tels. 222-1370/242-1957/252-7440 Telex: (021) 33054 CTMB-BR

**EDIÇÕES REGIONAIS:**

- **Edição em Português:** Circulação no Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe
- Diretor:** Nelva Moreira
- Suplemento Brasil:** Editor: Procópio Mineiro.
- Sucursais:** Paulo Cannabrava Filho (São Paulo), Clóvis Sena e Memélia Moreira (Brasília).
- Sucursal de Lisboa:** Diretor: Artur Baptista
- Tricontinental Editora Ltda. - Calçada do Combro, 10 / 1º andar - Lisboa, 1.200
- Tel.: 32-06-50 Telex: 42720 CTM-TE-P
- **Edição em Espanhol**
- Sucursal do Rio de Prata / Cone Sul**
- Diretores:** Gerônimo Cardoso e Roberto Bissio
- Administração:** Hugo Cardoso. **Assinaturas:** Alicia Bidegaray A.C.U. S/A: Av. 18 de Julio 1263, 3er. piso/Tel.: 90-87-13 Montevideo, Uruguai -
- Distribuição no Uruguai:** Hugo Lacosta, Berriel y Martínez, Paraná 750 esq. Ciudadela
- Impressão:** Imprensa Polo Ltda. Garibaldi 2579 Tel.: 802420 - Montevideo
- Representante na Argentina:** Rubén Montes de Oca
- Distribuição na Argentina (em livrarias):** Punto Sur Editores - Av. Pte. Julio A. Roca 751 - 4ºC - Tel. 331-4117 / 6461 / 7344 / 6619 - Buenos Aires - Argentina
- Bancas:** Julio C. Di Pietro, Bolivia 529, Tel.: 6112801 - Buenos Aires, Capital Federal
- **Edição em Inglês (bimestral):** Editor: Carlos Castilho
- Editor Adjunto:** Roberto Raposo
- Correspondência:** Rua da Glória, 122 / 105-106 - CEP: 20241 - Rio de Janeiro / Brasil

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), ALASEI (México), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), WAPA (Palestina), e o pool de agências dos países não-alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas Africa News (Estados Unidos), Nueva (Equador), Noviembre (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom (Ile-México-Chile), Third World Network (Malásia) e Israel and Palestine Political Report (Paris), Fotos: Reuters.

# APLIQUE EM BOA INFORMAÇÃO E GANHE DA INFLAÇÃO

ATÉ 35% DE DESCONTO, HOJE,  
JÁ É BOM. CONSIDERANDO OS  
INEVITÁVEIS AUMENTOS DE  
PREÇOS QUE VOCÊ NÃO VAI  
PAGAR SE ASSINAR AGORA,  
FICA MUITO MELHOR!

Nº DE ASSINATURAS	VALOR POR ASSINATURAS CZ\$	TOTAL A PAGAR CZ\$	BRINDES
1	3.450,00	3.450,00	-
2	3.250,00	6.500,00	-
3	3.050,00	9.150,00	1 Livro de nossa escolha
4	2.700,00	10.800,00	3 Livros de nossa escolha
5	2.350,00	11.750,00	1 Assinatura de "cadernos"

Preencha os cupons em letra de forma. Junte cheque(s) nominal(is) ou vale postal (ag. Lapa) no valor dos pedidos, de acordo com a tabela acima e envie para a Editora Terceiro Mundo.

1 Nome: .....  
Endereço: .....  
Bairro: ..... Cidade: .....  
Estado: ..... CEP ..... Tel.: .....  
Remessa por ( ) cheque nominal ou ( ) vale postal-ag. Lapa

5 Nome: .....  
Endereço: .....  
Bairro: ..... Cidade: .....  
Estado: ..... CEP ..... Tel.: .....  
Remessa por ( ) cheque nominal ou ( ) vale postal-ag. Lapa

2 Nome: .....  
Endereço: .....  
Bairro: ..... Cidade: .....  
Estado: ..... CEP ..... Tel.: .....  
Remessa por ( ) cheque nominal ou ( ) vale postal-ag. Lapa

### CUPOM DO BRINDE - REMETENTE

ESTE PEDIDO REFERE-SE A:  Assinatura(s) captada(s) junto aos amigos.  
 Assinatura(s) de presente aos amigos.

Solicito de 1 a 5 assinaturas anuais - 12 exemplares - de "cadernos". Remeto cupons e valores conforme instruções e tabela.

De acordo com a promoção, remeto Cz\$..... em ( ) cheque(s) nominal(is) ou ( ) vale postal - ag. Lapa, em nome da Editora Terceiro Mundo Ltda. Aguardo o brinde a que tenho direito.

3 Nome: .....  
Endereço: .....  
Bairro: ..... Cidade: .....  
Estado: ..... CEP ..... Tel.: .....  
Remessa por ( ) cheque nominal ou ( ) vale postal-ag. Lapa

Nome: .....  
Endereço: .....  
Bairro: ..... Cidade: .....  
Estado: ..... CEP ..... Tel.: .....

4 Nome: .....  
Endereço: .....  
Bairro: ..... Cidade: .....  
Estado: ..... CEP ..... Tel.: .....  
Remessa por ( ) cheque nominal ou ( ) vale postal-ag. Lapa

Editora Terceiro Mundo Ltda. - Deptº Comercial - Rua da Glória, 122 gr. 104 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20241 - Tel.:(021)252-7440

OFERTA ESPECIAL  
PARA NOVOS ASSINANTES  
Válida por tempo limitado

Assine **terceiro mundo**

# Caderneta da Caixa

**CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**

**Esta é a maior, melhor e mais segura caderneta de poupança do País.**

## BOLÍVIA



"Num momento difícil, como este, os setores populares sentem que devem concentrar seu voto numa opção progressista, para enfrentar a crise"

# Polarização do eleitorado

As eleições municipais de dezembro de 1987 mostraram que as preferências para a eleição presidencial de 1989 se dividem entre dois candidatos, que representam posições opostas: o general Hugo Bánzer e o vice-presidente Jaime Paz Zamora

Aldo Gambica

Dentro de um ano, em maio de 1989, se realizarão eleições gerais na Bolívia. Tudo indica que Paz Estenssoro será o primeiro chefe de Estado, em muitos anos, a concluir o seu mandato. Seu antecessor, o primeiro presidente constitucional depois da ditadura, Hernán Siles Suazo, foi obrigado pelas tensões políticas que seu país sofreu após a redemocratização,

em 1982, a convocar eleições antecipadas.

A sucessão presidencial ocorrerá dentro de um contexto institucional de plena democracia, embora no terreno econômico e social o atual governo tenha sido marcado pela instabilidade. Por uma ironia do destino, Paz Estenssoro terá que transmitir o cargo de presidente ou a um ex-ditador, o general Hugo Bánzer Suárez — com o qual assinou durante sua gestão o "Pacto pela Democracia", que estabeleceu uma espécie de cogoverno entre o Movimento

Nacionalista Revolucionário (MNR) e a Ação Democrática Nacionalista (ADN) — ou a um jovem dirigente do MIR (Movimento de Esquerda Revolucionária), Jaime Paz Zamora, que se forjou nas lutas populares clandestinas contra a ditadura banzerista (ele é sobrinho do atual presidente, embora seu adversário político). As propostas de centro ou moderadas, como a do próprio Paz Estenssoro, foram gradualmente perdendo terreno na cena política boliviana, que foi radicalizando suas tendências até chegar à atual polarização.

Um dado curioso é que o atual presidente tem importantes favores a retribuir aos dois candidatos: a Paz Zamora, deve o apoio prestado pelo MIR à sua candidatura no segundo turno das eleições de 1985 (a constituição boliviana estabelece que o Parlamento deve escolher o futuro presidente entre os dois vencedores da primeira eleição, se nenhum deles alcançou a maioria absoluta). Os votos do MIR, naquela ocasião, foram decisivos para que Paz Estenssoro pudesse derrotar seu adversário, Hugo Bánzer. E a este, o atual presidente deve o apoio político e parlamentar recebido durante todos esses anos em que o MNR teve que governar sem maioria no Poder Legislativo.

Nas eleições municipais do ano passado, ficou claro que duas grandes forças dividem o eleitorado boliviano: o setor favorável à direita se volta para a Ação Democrática Nacionalista, de Hugo Bánzer, e o de esquerda, para o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR). Os demais partidos obtiveram pequenas porcentagens de votos, começando pelo do próprio presidente, o MNR, que só teve 13% dos sufrágios.

O "banzerismo" representa a continuidade da atual situação, inclusive com maior rigor. De fato, Bánzer e seu partido co-governaram com o MNR, fazem parte da atual administração. Do outro lado, está a "alternativa de mudança política e, sobretudo, uma proposta renovadora em relação à forma de encarar a crise econômica", como definiu Jaime Paz Zamora o seu partido, o MIR, em uma conversa com **terceiro mundo**.

#### Razões históricas e conjunturais

As razões para a atual polarização são de dois tipos, conjunturais e históricas, e "estas últimas talvez sejam as mais importantes", considera Paz Zamora. O ex-vice-presidente de Siles Suazo considera que o resultado das eleições municipais de dezembro último adquire uma importância histórica especial pelo momento em que ocorre: a transição entre uma etapa que começou nos anos 40 - quando os homens que faziam a política boliviana eram dirigentes importantes a nível individual, como Paz Estenssoro e Siles Suazo, líderes de grandes movimentos, que hoje estão em decadência -, e o atual mo-



mento histórico, quando começam a surgir novos referenciais políticos, "entre eles o MIR, na esquerda, e um partido como a Ação Democrática Nacionalista, na direita". Embora não fosse seu objetivo, as eleições municipais teriam servido assim para demonstrar que os protagonistas do velho sistema estão desaparecendo da cena política.

Essas são as razões estruturais da polarização. A causa conjuntural está na crise econômica, que levou a população a concentrar seu voto na alternativa que fosse mais conveniente para seus interesses imediatos. "A população conservadora concentrou seu voto na opção que lhe inspirava maior confiança e lhe proporcionava melhores alternativas. A mesma coisa ocorreu no movimento popular. Em um momento difícil como o atual, os setores populares sentem que não podem dispersar o voto, que devem concentrá-lo em uma opção progressista e dar-lhe todo o apoio para enfrentar a crise com sucesso", afirma Paz Zamora.

#### Consolidação da democracia

O dirigente máximo do MIR considera que, em meio ao panorama adver-

**Bánzer (ao alto): continuísmo; Paz Zamora (ao lado): uma proposta renovadora**



Estudantes e trabalhadores protestam contra a política econômica do presidente Estenssoro

## Petróleo: produção deficitária



Efetivos policiais controlam os depósitos de combustíveis da capital, durante a greve dos trabalhadores do petróleo

□ "O governo boliviano poderia se ver obrigado a importar 100 mil litros semanais de gasolina, para cobrir o déficit existente entre produção e demanda", afirmou o dirigente sindical do setor de petróleo, Gustavo Segarrundo, baseando-se em um estudo realizado por técnicos da estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB). Segarrundo, principal dirigente do sindicato em Santa Cruz – o mais forte dentro da YPFB –, afirmou que o estudo revela que o déficit na produção boliviana de hidrocarbonetos chega a 1.500 barris de petróleo por dia.

A Bolívia está consumindo atualmente reservas estratégicas – que a empresa estatal YPFB tinha armazenado em La Paz, Cochabamba e Chuquisaca – que não poderão satisfazer por muito tempo mais as necessidades do mercado boliviano. O país dispõe de jazidas de petróleo, mas teve problemas com o abastecimento interno de graxas e diesel. Para superar essa deficiência, trocou gasolina e gás liquefeito por diesel proveniente do Brasil.

No entanto, atualmente, a situação se inverteu e existe uma produção insuficiente de óleo diesel e graxas, mas diminuiu a produção de gasolina e de gás liquefeito do petróleo explorado no país.

A empresa estatal, sobre a qual a Bolívia baseia sua política energética há três anos, produz atualmente 18 mil barris diários de óleo cru. As empresas norte-americanas Tesoro e Occidental, que fizeram contratos de risco com a Bolívia, e, com isso, produzem aproximadamente três mil barris diários, com o quê se conseguiu equilibrar a demanda de 21 mil barris diários, registrada em 1987. Nos primeiros três meses de 1988, a demanda interna aumentou em mais de 23 mil barris por dia e provocou a escassez de gasolina.

No início de 1989, a situação poderá ser superada, com o funcionamento do campo petrolífero de Vuelta Grande, localizado no departamento (estado) de Chuquisaca, a 580 quilômetros de La Paz, que terá uma produção de cinco mil barris diários.

Também existe, como reserva, um potencial de produção de três mil barris diários nos poços de Vfbora e Cascavel, situados na região chamada de "bumerangue", no departamento de Santa Cruz, a 870 quilômetros de La Paz. No entanto, essa produção não pode se incorporar completamente ao mercado nacional, devido à falta de um gasoduto, que ainda está em construção. Em 1973, a Bolívia chegou a exportar 11 milhões e 800 mil barris de petróleo. Em 1984, realizou sua última exportação, vendendo 310 mil barris.

Os trabalhadores da YPFB e os partidos de oposição atribuem a atual escassez de combustíveis, especialmente gasolina, à falta de investimentos para exploração, assim como à falta de manutenção de antigos poços, cuja produção declinou nos últimos anos.

Recentemente, o governo assinou um acordo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para obter um empréstimo que permitirá realizar novas prospecções na zona do altiplano do departamento de La Paz.

BOLÍVIA

## Ex-mineiros vão cultivar coca

so que a Bolívia vive no plano econômico, há um aspecto positivo: "O processo democrático parece ter se consolidado do ponto de vista político".

No entanto, Paz Zamora se mostra apreensivo em relação à situação econômica. "Deve-se reconhecer que o governo impulsionou uma política muito eficaz, quase de choque, para frear a inflação, que era uma das mais altas do mundo até há dois anos e meio. O problema é que essa política se impôs a um altíssimo custo social, com consequências dramáticas, como o aumento do número de desempregados e queda do poder aquisitivo dos salários. E o que é mais grave: levou a uma recessão da economia em seu conjunto, porque se optou por parar a hiperinflação, desarticulando a estrutura econômica do país. Corremos o risco de voltar a cair na hiperinflação a qualquer momento. Esse fenômeno só se resolve efetivamente aumentando a produtividade, que é justamente o que não se conseguiu fazer até agora".

Paz Zamora cita um exemplo das contradições e conflitos que a política antiinflacionária gera: recentemente, se viveu uma situação de grande tensão no setor petrolífero, o qual se deflagrou uma greve. "Foi algo particularmente grave, porque nessa crise estrutural do aparelho produtivo, nós dependemos quase exclusivamente das exportações de gás para a Argentina. Uma paralisação no setor não só gera conflitos internos, mas afeta a já pequena entrada de divisas que obtemos através das vendas de gás".

"Os trabalhadores estavam firmes em sua posição e o governo também, porque por detrás do conflito estão as exigências do FMI de fazer uma reestruturação global da empresa estatal de petróleo (Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos, YPFB), como se fez com a empresa mineira há dois anos (ver quadro). Isso pressupõe a demissão de quase 50% do pessoal. Mas, além da questão salarial - que foi o detonador aparente da greve -, existe outro problema: "decidir se se vai levar adiante ou não uma reestruturação tão drástica da empresa estatal". Como candidato presidencial, Paz Zamora considera que a campanha eleitoral vai girar, em grande parte, em torno da questão econômica.

As passeatas dos mineiros foram controladas por patrulhas militares



Ronald Grebe



● Simón Reyes, secretário da COB

Cerca de mil mineiros desempregados provenientes de diferentes regiões do país chegaram à cidade de Chulumani, a 120 quilômetros de La Paz, com o propósito de dedicar-se ao cultivo da coca. A "marcha do trabalho", como foi chamada essa caminhada de ex-trabalhadores demitidos da Corporação Mineira Boliviana (Comibol) para as zonas de cultivo, é considerada uma continuação da "marcha pela vida", que em agosto de 1986 partiu dos centros mineiros em direção à capital, pedindo a abertura de novas fontes de trabalho.

"A verdade é que esses mil compatriotas miseráveis não tinham outra opção senão ir para a região de Los Yun-

## A crise da indústria

□ O modelo econômico neoliberal, vigente na Bolívia há dois anos e meio, provocou o fechamento de 132 empresas grandes, médias e pequenas, e a demissão de 32 mil operários industriais, segundo denúncia dos sindicatos do setor.

Juan Rocha, dirigente nacional industrial e membro da Central Operária Boliviana (COB), disse que a livre contratação, em vigor por decreto nas empresas privadas, e a livre importação de produtos estão esmagando a indústria nacional e botando "na rua" milhares de operários.

O sindicalista alertou para o fato de que os trabalhadores industriais foram treinados e qualificados tecnicamente durante vários anos, o que representou um alto gasto para o Estado, e que agora, ao serem despedidos, o investimento estatal torna-se inteiramente inútil.

O dirigente sindical declarou que se chegou a situações absurdas, como a da fábrica de implementos militares, "Fabrimil", de propriedade das forças armadas, à beira do fechamento, porque o Ministério da Defesa decidiu adquirir os apetrechos militares do estrangeiro, por cinco milhões de dólares, prescindindo da empresa nacional. A Fabrimil empregava quase cem operários, abastecendo as forças armadas durante vários anos de uniformes, botas e outros implementos de fabricação nacional.

Já segundo o ministro da Indústria e Comércio, Fernando Mososo, nos últimos anos foram abertas mais fábricas do que as que foram fechadas. Ao que os trabalhadores rebatem, argumentando que as fábricas fechadas ocupavam uma importante mão-de-obra, enquanto as abertas recentemente são pequenos negócios de comércio ou serviços que não tem muita influência no crescimento da produção nacional.

gas, no departamento de La Paz, para tentar plantar e cultivar a coca, matéria-prima da cocaína, que atualmente sustenta e alimenta a economia neoliberal do governo", declarou, em um editorial do jornal de oposição *Hoy*, seu diretor-proprietário, Carlos Serrate.

A primeira manifestação dos mineiros foi reprimida violentamente pelo exército sendo decretado o estado de sítio em todo o país. Essa segunda marcha foi observada com indiferença pelo governo de Víctor Paz Estenssoro. Walter Zuleta, ministro secretário do presidente, manifestou o pesar do governo "por não poder ajudar de uma forma melhor os companheiros que decidiram ir plantar coca". Em compensação, os camponeses de Los Yungas receberam bem os ex-mineiros, oferecendo-lhes comida e bebida.

### "Na cidade, não temos o que comer"

Em Chulumani, os camponeses reiteraram suas promessas de solidariedade para com os ex-trabalhadores da Comibol e ofereceram compartilhar seus alimentos e experiências no cultivo da coca. "Nós, mineiros, sabemos nos adaptar a todas as situações e, com a ajuda de nossos irmãos camponeses, aprenderemos a cultivar a terra", afirmou um ex-trabalhador das minas

nacionalizadas.

As palavras de um menino de 11 anos, filho de mineiros, provocaram lágrimas nos camponeses e seus parentes, quando disse que havia chegado sozinho a Chulumani, porque sua mãe tinha ficado em Oruro cuidando de seis filhos, mas ele a representava e estava decidido a sobreviver em Los Yungas. "Os mineiros não vieram para pisar coca ou fabricar cocaína. Nós estamos aqui porque na cidade não temos nada para comer, nem a perspectiva de contar com uma fonte de trabalho segura e estável", garantiu Luis Altamirano, de 62 anos, ex-mineiro da empresa Huanuni.

### Acordo mineiro-camponês

Os trabalhadores assinaram um acordo de colaboração mediante o qual se estabelece que "os produtores de folha de coca compartilham das justas reivindicações dos companheiros mineiros demitidos e os ajudarão com apoio técnico e infra-estrutura, até que os mineiros obtenham os conhecimentos necessários para realizar o cultivo por sua própria conta". Os mineiros, por sua vez, se comprometeram a "defender os cultivos da folha de coca, de forma conjunta com os produtores, estendendo essa decisão à defesa de pre-



Os mineiros contam com os camponeses para cultivarem coca

ONU



Prevê-se que os mineiros não conseguirão cultivar a coca, devido ao clima

Keystone

## A folha de coca

□ O parlamentar Guido Camacho afirmou que o poder dos traficantes de cocaína é maior que o do Estado boliviano e, por isso, os países consumidores da droga deverão cooperar nos esforços para enfrentá-lo com êxito. "Dada a desigualdade de condições econômicas, o governo precisa do apoio externo", declarou o deputado.

Camacho disse que uma comissão parlamentar aprovou um projeto de "lei de substâncias controladas", que será submetido à consideração do plenário legislativo. "O nó central do problema é o que se refere à forma como encarar o cultivo da folha de coca", afirmou o parlamentar e esclareceu que na lei se levaram em conta as observações e sugestões de vários setores da população, particularmente dos produtores.

A coca serve como matéria-prima para a elaboração da cocaína. O projeto de lei estabelece que a folha deve ser erradicada e considerada como um produto sob controle do

Estado e faz um estudo específico da forma como deve ser encarado o cultivo da coca que, em estado natural, "em princípio não pode ser considerada uma substância perigosa, porque seu uso foi e é tradicional". Seu consumo "não produz efeitos secundários nem primários, não vicia ou provoca perturbações orgânicas, nem tem outros efeitos, como os que surgem em decorrência do consumo da cocaína", afirmou o legislador.

Uma vez aprovada a "lei de substâncias controladas", se iniciará um cadastramento dos produtores, que terão fixadas suas cotas de produção e zonas de trabalho. O limite será de 10 mil toneladas anuais. Camacho garantiu que, depois da aprovação da lei, o governo procederá à substituição gradual, voluntária e mediante indenização, do cultivo da coca, que é realizado em 70 mil hectares do território boliviano.

ços justos, tanto para a coca quanto para os demais produtos agrícolas, como a banana, o café e os cítricos".

A decisão dos ex-mineiros foi adotada durante uma assembléia nacional e em vista do "permanente descaso do governo, que não cumpre os compromissos de solucionar o problema de mais de 25 mil trabalhadores mineiros, mandados embora das minas estatais e privadas", declarou Walter Cortez, um dos dirigentes dos mineiros demitidos.

"Fomos forçados a tomar essa decisão, porque o governo se limitou a nos colocar na rua, sem se importar com a nossa sorte", afirmou. "Compreendemos que não há espaço para absorver todos os desempregados de uma só vez, por isso estamos fazendo marchas paulatinas de dois mil ex-mineiros a Los Yungas, em La Paz, e de três mil ao Chapare, em Cochabamba, em grupos relativamente pequenos, que serão ajudados e orientados pelos próprios camponeses", disse o dirigente.

"Essas pessoas - escreveu o diretor de Hoy - não conseguirão plantar coca e só alguns deles farão diretamente o trabalho de pisá-la e de se misturar com as máfias que os contratarem para a elaboração, tráfico e outros ofícios ilegais do circuito do narcotráfico".

Os próprios habitantes de Los Yungas vêem poucas possibilidades de êxito para os ex-mineiros, devido basicamente às condições climáticas. Os mineiros são homens acostumados a viver em locais altos e frios e não conhecem o calor, a umidade e a febre amarela, que caracterizam as zonas produtoras de coca, afirmaram.

Ao tomar conhecimento da decisão dos ex-mineiros de somar-se à produção de coca, o governo anunciou que desaprovava a medida, já que a decisão dos despedidos poderia fazer fracassar sua política de erradicação do arbusto, de cuja folha se extrai a pasta base da cocaína, por meio de processo químico.

Por sua vez, os ministros de Assuntos Camponeses, Guillermo Justiniano, e do Interior, Juan Carlos Durán, previram o fracasso dessa nova tentativa de sobrevivência dos ex-mineiros, ao explicar que, agora, o preço da folha de coca registra o nível mais baixo de sua história na Bolívia, cerca de 10 dólares por carregamento, inferior ao custo de produção.

# Protestos generalizados



**José Francisco Peña Gómez, dirigente do Partido Revolucionário Dominicano (PRD), denuncia a política econômica de Balaguer e afirma que, só através de mudanças profundas, o país poderá enfrentar o descontentamento popular**

Micaela Ramada

O povo protesta nas ruas; as manifestações são dissolvidas violentamente pela polícia; os jovens, agredidos, feridos e detidos. Essas cenas se repetem frequentemente na República Dominicana. É uma dramática consequência da política econômica neoliberal do Partido Reformista Social Cristão de Joaquín Balaguer, que segue, em linhas gerais, as orientações do Fundo Monetário Internacional (eliminação dos subsídios a uma série de alimentos, liberalização de preços, inclusive de produtos de primeira necessidade, acentuação da política de privatização, incentivos a zonas francas etc.).

A única exceção dentro da receita monetarista clássica são os importantes investimentos públicos no setor da construção. A ativação desse segmento

econômico é utilizada para gerar empregos, em um país onde mais de 20% da população economicamente ativa estão desempregados. Além disso, as obras públicas, na medida em que "aparecem" e são concluídas antes de outros objetivos do governo, servem para fazer um pouco de demagogia e conseguir uma popularidade fácil.

Nos últimos meses, se agravaram as tensões sociais que já tinham aflorado com mais vigor no ano passado: protestos nos bairros de São Domingos, a capital, e greves em todo o país. O motivo é a perda contínua do poder aquisitivo dos trabalhadores, cujo salário mínimo foi aumentado por Balaguer, em março passado, de 300 para 400 pesos (o equivalente a 80 dólares norte-americanos). O aumento é considerado insuficiente pela Confederação Autônoma Sindical Classista (Casc), que exige um piso salarial de 600 pesos, ou seja 120 dólares.



Balaguer: enfrentando tensões sociais

As manifestações populares, reprimidas com violência pelo governo, já custaram várias vidas e há dezenas de feridos a bala e centenas de detidos em todo o país. O presidente Balaguer, ao nomear em março um novo chefe de polícia – o major-general Fernando Aristides Sánchez Aybar – exigiu que as forças policiais e o exército "coloquem um fim ao caos". O novo funcionário,

por sua vez, assinalou que "porá fim ao estado inicial de subversão que quer romper a ordem legalmente constituída".

#### A oposição se prepara para o futuro

As dificuldades que o governo Balaguer enfrenta e a falta de respostas às reivindicações populares fazem com que a oposição alimente esperanças de reverter a situação e transformar-se em maioria nas próximas eleições. Essa é a opinião de Francisco Peña Gómez, um dos mais importantes dirigentes do Partido Revolucionário Dominicano (PRD), que disputou com Jacobo Majluta (naquele momento, presidente do Senado) a indicação para a candidatura presidencial, na controvertida convenção partidária de 1986. Majluta acabou sendo designado para disputar a presidência e foi derrotado por Balaguer<sup>1</sup>.

Peña Gómez, ex-prefeito de São Domingos e atual vice-presidente da Internacional Socialista para a América Latina será, provavelmente, o futuro candidato à presidência da República Dominicana pelo PRD. Em uma conversa com **terceiro mundo**, Peña Gómez fez uma avaliação da conjuntura atual de seu país e das perspectivas eleitorais de seu partido.

*Apesar de suas propostas renovadoras, os governos do PRD não conseguiram alterar substancialmente a herança dos anos de ditadura de Trujillo e do governo Balaguer da década de 70. Essa, talvez, seja a explicação para a derrota eleitoral de 1986. O sr. pensa que, de agora em diante, a situação será diferente?*

— Os governos do Partido Revolucionário Dominicano sofreram as gravíssimas consequências da crise econômica internacional e, sobretudo, do desencadeamento da questão da dívida, que aconteceu um dia depois da posse do presidente Salvador Jorge Blanco.

É evidente que os acordos com o FMI e a queda do nível de vida da população — como resultado dessa crise — figuram entre as causas que levaram o PRD a perder a presidência, por uma estreita margem de votos. No entanto, esse ano e meio de governo "balaguerista", levou o país a fazer comparações e o Partido Revolucionário Dominicano sai ganhando em todos os planos.

## Panamá: saída sem ingerências

O dirigente do Partido Revolucionário Dominicano (PRD) se pronunciou sobre a crise panamenha, para a qual exigiu uma "saída nacional, sem ingerências externas".

"Trata-se — afirmou Peña Gómez — de uma clara agressão do governo dos Estados Unidos contra o Panamá. Não acreditamos que o motivo da agressão seja a intenção de não entregar o Canal, pois pensamos que os norte-americanos estão comprometidos por tratados internacionais que não podem violar. O problema está no interesse deles em preservar as bases militares."

Por outro lado, o dirigente dominicano considera que o Partido Revolucionário Democrático, no poder no Panamá, "cometeu erros, o mais grave dos quais foi permitir que os setores conservadores ficassem com o poder quando Ardito Barletta renunciou e que essa direita, que se enquistou no poder, se alinhasse com os Estados Unidos".

"Penso que, para encontrar uma saída, são necessárias várias coisas. Primeiro: o governo dos Estados Unidos devem cessar a agressão econômica e política contra a República do Panamá. O governo Reagan

não têm nenhum direito de bloquear os depósitos bancários panamenhos em território norte-americano. Segundo, deve ser respeitado o que ficou decidido nos acordos Torrijos-Carter. Terceiro, devem ser realizadas eleições irrepreensíveis, o mais breve possível. É preciso tirar dos inimigos do Panamá, dentro e fora do país, o pretexto de que os militares querem ficar definitivamente no poder. Quarto, os militares devem ficar subordinados ao poder civil."

"Essa crise deve ser resolvida pelos próprios panamenhos, sem ingerência dos Estados Unidos, sem emissários do Departamento de Estado. Penso que figuras políticas da América Latina, como Alan García, Carlos Andrés Pérez, Julio Sanguinetti, Jaime Lusinchi, Oscar Arias e Raúl Alfonsín, entre outros, devem colocar-se à frente de uma grande gestão para, através do diálogo, encontrar uma solução pacífica para a crise panamenha. Uma intervenção norte-americana no Panamá desarticulária completamente o processo negociador de paz que está sendo realizado na América Central e teria consequências imprevisíveis para a região."



Peña Gómez disputa sucessão de Balaguer

#### O corte da cota de açúcar

*Que consequências teve a política implementada por Balaguer para a economia?*

— A economia dominicana tem passado por enormes mudanças nos últimos anos. Nossa receita vinha, tradicionalmente, da venda de quatro produtos básicos, entre os quais figurava em primeiro lugar o açúcar (os outros são o café, tabaco e cacau).

A República Dominicana foi o principal fornecedor de açúcar do mercado norte-americano até 1985, ano em que os Estados Unidos reduziram de forma considerável suas compras. Nosso governo se empenhou em reverter o impacto dessa decisão, estimulando a indústria do turismo que, em consequência, superou a do açúcar como primeira fonte de divisas.

Mas, durante esses dois primeiros

anos de gestão de Balaguer, muitas coisas mudaram. Em 1988, as condições de vida das grandes massas pioraram claramente; a correlação com o dólar, que estava em 2,8 pesos por cada dólar quando o nosso partido deixou o governo, está nesse momento a 5,5 pesos, o que representa uma desvalorização de 100%. Isso, naturalmente, significou uma diminuição do poder de compra dos salários. Ao finalizar nossa última gestão, a inflação era de 9% e hoje está em mais de 50%.

O déficit das empresas do setor público cresceu de forma incontrolável no atual governo, da mesma forma que o desequilíbrio na balança comercial, que chegou neste ano a mais de 800 milhões de pesos – o maior de sua história –, ao mesmo tempo que o déficit do balanço de pagamentos foi muito maior do que em nossa gestão.

Mas, além disso, os governos do Partido Revolucionário Dominicano se caracterizaram por dar prioridade ao investimento produtivo, sobretudo ao investimento no setor agropecuário. O governo do presidente Balaguer comprometeu a maior parte dos recursos do Estado em construções improdutivas, como avenidas e monumentos.

Temos que reconhecer que Balaguer realizou algumas obras importantes, como canais de irrigação e estradas, mas agora está empenhado em uma obra monumental, que provocou o aumento das importações e a queda do nível de vida da população.

#### *A que obra o sr. se refere?*

– Em um país tão pobre quanto o nosso, está se construindo um monumento a Cristóvão Colombo para a comemoração do quinto centenário do Descobrimento da América, a um custo aproximado de 50 milhões de dólares.

Esse investimento não trará nenhum benefício direto para a população, nem entrada de divisas para o país. Pelo contrário, os gastos que o monumento requer impedem a destinação dos recursos necessários para os setores industrial e agropecuário. Como resultado do insuficiente investimento no campo, há um desabastecimento de produtos alimentícios. E estamos vendendo ao Haiti – um país que produz muito pouco – os produtos que faltam na República Dominicana.



“O povo se encontra em virtual estado de rebeldia: as massas estão desesperadas”

#### **Graves consequências**

##### *E as últimas mobilizações?*

– Neste momento, o povo está em um virtual estado de rebeldia. As massas populares estão vivendo um momento de desespero e isso gera um protesto maciço. Meu partido e o Partido da Libertação Dominicana, do professor Juan foram contra a última greve, porque entendemos que era inconveniente para a economia nacional. Mesmo assim, passando por cima da nossa vontade, militantes das duas organizações participaram do protesto, exigindo do governo uma mudança de prioridades na política de investimento público.

Nós pensamos que se essas mudanças não ocorrerem, a situação na República Dominicana pode se deteriorar, com consequências muito graves para a estabilidade institucional.

O nosso país está exposto a sérias convulsões políticas e sociais. Da greve a que me referi, participaram dirigentes do próprio partido do presidente.

##### *E no campo dos direitos humanos?*

– Eu diria que o presidente passou a respeitar mais as garantias individuais. Todos sabem que os governos de Balaguer foram muito repressivos. Penso que é justo dizer que, ultimamente, os erros do presidente têm se manifestado na forma de conduzir a economia e o desenvolvimento do país.

##### *Quais são, na sua opinião, as possibilidades eleitorais do PRD, nesse contexto?*

– Uma das características do sistema político contemporâneo de meu país é que ele se sustenta, fundamentalmente, em quatro partidos, cujos líderes são o presidente Joaquín Balaguer, o profes-

sor Juan Bosch, Jacobo Majluta e eu. Dos quatro, o presidente Balaguer provavelmente não poderá ser reeleito, embora isso não esteja proibido pela Constituição.

O professor Bosch conseguiu construir um partido de militantes, o Partido da Libertação Dominicana, que teve um crescimento considerável nas últimas eleições, já que de 7 deputados passou para 17.

Jacobo Majluta organizou outro partido, quando foi afastado do PRD, e agora tenta reivindicar essa sigla para sua organização. Dos 48 deputados do Partido Revolucionário Dominicano, 11 seguiram Majluta.

Dada essa circunstância especial – uma liderança quadripartite – eu penso que nas próximas eleições a vitória deverá ser de uma aliança. Nesse sentido, nós estamos trabalhando com o setor majoritário da esquerda e nos preparamos para construir uma frente. Mais do que uma frente de partidos, esta seria uma frente de organizações, que reuniria setores importantes do movimento social.

##### *Como o PRD contribuiria para essa aliança?*

– O partido tem os melhores técnicos agropecuários do país, e alguns dos melhores intelectuais revolucionários. Várias figuras importantes da cultura, entre elas vários ex-reitores de universidades, se integraram ao partido.

<sup>1</sup> O Partido Revolucionário Dominicano (PRD) chegou à presidência da República em 1978 e ganhou novamente as eleições de 1982. Em 1986, o PRD foi derrotado e seu adversário histórico, o Partido Reformista Social Cristão (PRSC), de Joaquín Balaguer, voltou a assumir o poder. É o quinto mandato presidencial de Balaguer, um político conservador que tem atualmente 81 anos, cuja atual gestão começou em meio a uma grande eferescência social.



## ÁFRICA

### GANÁ



Jerry Rawlings: o desafio da crise

# O preço do acordo com o FMI

**Cinquenta e três mil pessoas vão perder o emprego, devido à aplicação, até 1990, de um acordo econômico que o Fundo Monetário Internacional classifica como modelo para a África**

**A** República de Gana, uma ex-colônia inglesa na África Ocidental, é hoje o único país do Terceiro Mundo a receber créditos facilitados do Fundo Monetário Internacional (FMI), através de um programa especial chamado Extended Fund Facilities (EFF). O acordo foi assinado em novembro do ano passado, após quase cinco anos de negociações entre o FMI e o governo do tenente J.J. Rawlings, que assumiu o poder em Gana no dia 31 de dezembro de 1981, através de um golpe de estado, no qual ele prometeu enfaticamente fazer "nada menos do que uma revolução pela justiça social no país".

#### As facilidades do Fundo

Com o EFF, Gana vai receber créditos no valor de pouco mais de meio bilhão de dólares, divididos em duas parcelas: uma de 332 milhões, que só começarão a ser pagos depois de 1994, com juros de 5% ao ano (menos da metade do valor dos juros atuais de mercado) e outra de 175 milhões, com uma carência de dez anos (pagamento só após 1997) e juros de 0,5% ao ano. Para ter direito a essas facilidades, que o FMI nega a todos os demais países

endividados do Terceiro Mundo, inclusive os mais ricos, como o Brasil, México, Nigéria e Argentina, o governo de Gana aceitou submeter-se a um severo monitoramento de sua economia e de suas finanças internas, até 1990.

Com isso, o regime do tenente Rawlings viu abrirem-se as portas dos cofres dos bancos internacionais. Da noite para o dia, tornou-se mais fácil a renegociação de uma dívida externa avaliada em quase quatro bilhões de dólares e cujo pagamento comprometia mais de 65% do total das exportações.

Mas as peculiaridades do caso ganense não param aí. Pela primeira vez desde o início da década de 70, um país do Terceiro Mundo consegue arrancar de seus credores empréstimos adicionais destinados especificamente a reduzir efeitos sociais como desemprego, fome, crescimento da mortalidade e aumento do analfabetismo, provocados pela draconiana aplicação do receituário econômico do FMI. O Programa de Redução do Custo Social do Ajuste Econômico, mais conhecido pela sigla Pamscad, envolve a promessa de financiamento no valor de 85 milhões de dólares destinados a dar emprego a 45 mil pessoas que ficarão sem trabalho por

causa dos cortes de pessoal que o governo fará. As verbas do Pamscad serão usadas em obras públicas, que utilizam grandes contingentes de mão-de-obra e que visam a dar água potável a 600 mil pessoas na zona rural, melhorar as condições sanitárias de 15 mil crianças malnutridas, construir casas populares e abrir estradas. Conforme ficou acertado numa conferência realizada em fevereiro em Genebra, na Suíça, os países ricos podem aumentar as verbas do Pamscad para cerca de cem milhões de dólares, caso os primeiros projetos consigam sair rapidamente do papel.

#### Uma revolução traída?

Ao assumir o poder, pela segunda vez, no dia 31 de dezembro de 1981, o tenente da aviação J.J. Rawlings, então com 37 anos, fez um pronunciamento apaixonadamente nacionalista, pedindo ao povo que lutasse "por nada menos que uma revolução, uma transformação total das estruturas econômicas e políticas" de um país que classificou como "destruído por décadas de um colonialismo atroz e por uma inescrupulosa exploração por empresas transnacionais". Rawlings atraiu imediata-

mente a hostilidade de governos vizinhos conservadores e a desconfiança dos credores externos, ao lançar o projeto de uma "revolução democrática nacional", anunciar a criação de Comitês de Defesa da Revolução para substituir todos os partidos políticos, e prometer que os interesses da classe operária passariam a ser hegemônicos no novo regime revolucionário.

Há seis anos, Gana era um dos cinco países do mundo que apresentavam o maior índice de crescimento econômico negativo. Isso quer dizer que a economia ganense estava em recessão desde o começo da década de 70, muito antes que os demais países subdesenvolvidos começassem a sofrer os efeitos da crise no sistema capitalista ocidental. Gana deixara de pagar sua dívida externa desde 1966, e seus débitos acumulados subiam a meio bilhão de dólares, uma cifra pequena para os padrões brasileiros, mas intolerável para a economia local, pois equivalia a mais do que o valor total das exportações durante um ano. A moeda nacional, o *cedi*, havia perdido totalmente o seu valor, a corrupção no governo era generalizada, a economia funcionava precariamente, pois o mercado negro era hegemônico e os produtos de exportação, como cacau, café e ouro, eram quase que totalmente contrabandeados para outros países.

A promessa revolucionária de Rawlings ganhou o apoio maciço dos partidos e movimentos de esquerda, bem como a simpatia geral da população. Mas, enquanto a retórica oficial insistia na proposta de mudanças radicais, os técnicos do governo militar procuraram o Fundo Monetário Internacional, ao mesmo tempo em que lançaram o Programa de Emergência de Recuperação Econômica (ERP), em 1983. Em troca do alívio da dramática situação das contas externas do país, o FMI exigiu e obteve um ajuste interno que, num primeiro passo, provocou uma onda de desvalorizações sucessivas do *cedi*. Até 1986, a moeda ganense acumulou uma desvalorização de pouco mais de 1.000%, ao mesmo tempo em que o governo começou a ajustar seu orçamento dentro de um princípio de austeridade e corte das despesas consideradas supérfluas.

Ao comemorar seu sexto aniversário de governo, Rawlings mudou seu discurso. No último dia 31 de dezembro, o

presidente já não garantiu mais que a "classe operária era a liderança política do país", preferindo afirmar que o objetivo do seu governo "é o estabelecimento de uma sociedade na qual todos os cidadãos alcançarão o máximo de bem-estar, como resultado de um esforço combinado". A ênfase na revolução política foi também substituída pela idéia de que "a democracia somente será alcançada através de uma economia forte, viável e eficiente". O entusiasmo de 1981 diminuiu muito, e no mesmo discurso do sexto aniversário, Rawlings lamentou o ressurgimento da "cultura do silêncio", uma expressão local usada para definir boatos e rumores constantes. A reação de Rawlings tinha como alvo os partidos de esquerda, como o Movimento Nova Democracia, que passaram a acusar veladamente o governo de ter se transformado numa casta de burocratas cada vez mais hermética e verticalista. Líderes naciona-

listas, como Kwesi Pratt, secretário geral das Guardas Revolucionárias "Kwame Nkrumah" (o pai da independência do país), foram presos por suas declarações políticas e críticas ao governo, embora, a partir de janeiro deste ano, a maioria tenha sido libertada. O certo é que a "lua de mel" entre Rawlings e a esquerda parece estar cada dia mais azeda.

#### O modelo do FMI

Entre a purificação revolucionária de 1981 e o pragmatismo econômico de 1988, J.J. (nome pelo qual Rawlings é tratado por seus amigos) passou por grande transformação. Quando ele assumiu o poder, as mazelas que herdou de governantes anteriores eram suficientemente grandes para provocar a sua ira patriótica. Ele tinha visto o desencanto generalizado com as promessas feitas por Nkrumah logo após a in-

dependência, convivido com políticos corruptos e compartilhado as agruras dos camponeses pobres. Junto com a oficialidade jovem, rotadamente na diminuta Força Aérea de Gana, Rawlings desenvolveu uma aguçada percepção de que eram necessárias mudanças profundas, para restituir o orgulho nacional dos habitantes da outrora próspera colônia inglesa da Costa do Marfim.

Uma vez no poder, ele primeiro constatou a dramática falta de quadros para promover a revolução que imaginara. Pior do que isso, teve que dar respostas imediatas para a miséria e enfrentar o caos financeiro do governo. Na falta de um padrinho



N'Krumah (direita), o herói da independência de Gana

econômico externo, e de um modelo a seguir, Rawlings acabou tendo que optar pelos conselhos do Fundo Monetário. Em 1983, ele acreditava que era possível recuperar a economia, seguindo algumas orientações do Fundo, desde que, em matéria política, o Conselho Provisório de Defesa Nacional (PNDC), o órgão máximo dos jovens militares revolucionários, mantivesse uma autonomia total. Afinal, o caos econômico era tão grande que, mesmo sem o Fundo, Rawlings estava disposto a aplicar parte do receituário de austeridade, que, na maioria dos demais países do Terceiro Mundo, sempre foi encarado como sinônimo de entreguismo.

A mudança crítica aconteceu quando o professor de economia, Kwesi Botchwey, um antigo militante marxista, passou a ser o principal assessor econômico do governo. Foi ele quem deu a Rawlings a segurança de que era possível negociar com o Fundo sem abrir mão do projeto revolucionário. A partir de 1983, as relações entre o Fundo e o PNDC começaram a se desenvolver, primeiro de uma forma muito desconfiada, depois com uma intensidade cada vez maior. Para o FMI, o caso de Gana era muito grave mas, quantitativamente, insignificante, se comparado com outros países como Brasil e México. Valia a pena correr o risco, porque, segundo um estudo feito por especialistas do Fundo em 1983, se o projeto desse certo, ele seria um modelo para os demais países da região, especialmente aqueles dirigidos por regimes progressistas. Se fracassasse, o Fundo teria pouca coisa a perder. Além do mais, um êxito seria creditado imediatamente a fatores externos e um eventual fracasso seria atribuído a razões internas, pelo poderoso lobby do FMI na imprensa internacional.

Para aumentar a arrecadação do governo e impedir o contrabando, o Ministério das Finanças promoveu uma gradual desvalorização do *cedi*, que passou de 2,74 por dólar, em 1982, para 183 por cada unidade da moeda norte-americana, em 1988. Ao mesmo tempo, o governo cortou subsídios, aumentou impostos, reduziu drasticamente sua folha de salários e eliminou os financiamentos a empresas privadas ineficientes. A emissão de dinheiro novo foi praticamente suspensa e, já em 1984, começaram os primeiros sinais de um

## Os antecedentes

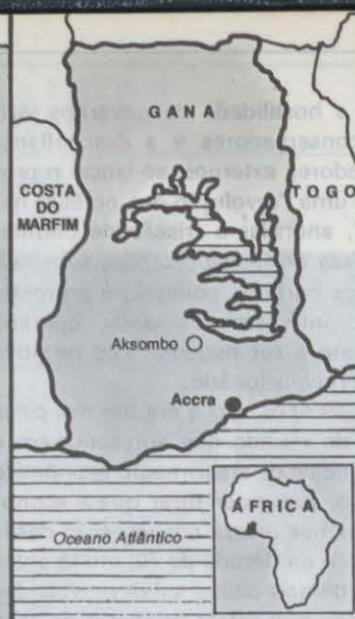
□ Gana é um país de 238.537km<sup>2</sup> e tem uma população de quase 14 milhões de habitantes.

O inglês é o idioma oficial, mas se falam várias línguas nativas, sendo as mais importantes o *haussa* e o *fanté*. Sob a liderança de Kwame N'Krumah, Gana foi a primeira colônia do continente africano a se tornar independente, em 1957. N'Krumah foi um dos precursores do panafricanismo e um dos mais vigorosos defensores da causa anticolonialista. No plano interno, iniciou um processo de transformações baseado na "industrialização básica, na revolução agrária e na educação socialista". Os grupos de interesses afetados por sua política lideraram uma conspiração, que o derrubou em 1966, sendo substituído por um grupo de oficiais pró-britânicos. N'Krumah morreu exilado em Bucareste, em 1972.

Nesse mesmo ano, o coronel Ignatius Acheampong encabeçou um novo golpe de estado. Em 1977, eclodiu uma revolta social contra o governo repressivo de Acheampong, que tinha levado o país à recessão econômica. Pouco depois, o coronel teve que renunciar. O novo governo militar prometeu para 1979 o retorno ao regime constitucional, mas depois de um novo golpe, liderado pelo tenente Jerry Rawlings, Acheampong foi fuzilado, juntamente com todos os ex-governantes corruptos, convocando-se imediatamente eleições. Os

equilíbrio das finanças públicas. A inflação, que antes galopava a índices de mais de 200% ao ano, caiu para 20%, ao mesmo tempo em que o governo centrou todos os seus esforços na exportação. O reordenamento financeiro melhorou o funcionamento do sistema bancário nacional, que passou a recolher 55% do dinheiro em circulação, quando antes somente 30% da circulação monetária era feita pelos canais convencionais.

Após quase cinco anos de ajustes e apertos, o FMI achou, em 1987, que já era possível um acordo de médio e lon-



seguidores de N'Krumah, organizados no Partido Nacional do Povo, saíram vencedores nos dois turnos das eleições. Seu líder, o dr. Hilla Limann, assumiu a presidência a 1º de outubro de 1979.

Acusado de se afastar da linha nacionalista de N'Krumah e de negociar com o FMI, Limann entrou em choque com os oficiais progressistas liderados por J.J. Rawlings. Quando a inflação era de 140% anuais e o desemprego chegava ao índice de 25%, não foi surpresa acontecer um novo golpe de estado, na noite do Ano Novo de 1981-82, liderado mais uma vez por Rawlings. A experiência democrática tinha fracassado por incapacidade dos políticos eleitos em 1979.

Fonte: Guia do Terceiro Mundo.

go prazos. Foi o que acabou acontecendo no final do ano passado, quando Rawlings e o Fundo acertaram um programa de três anos para vigorar até 1990. Em troca da liberação parcelada de meio bilhão de dólares, o governo de Gana se comprometeu a obter um crescimento médio de 5% ao ano no Produto Nacional Bruto (PNB), baixar a inflação para 8% nos próximos três anos e alcançar um superávit mínimo de 110 milhões de dólares por ano, no mesmo prazo. Se tudo funcionar como esperam ambas as partes, no final desta década a renda per capita subirá 2% ao ano, to-

dos os débitos externos vencidos estarão pagos e o governo terá condições de arrecadar anualmente, em impostos, uma quantia adicional de 30 milhões de dólares.

### O custo social

O preço desse programa de reajuste econômico é tão grande que assusta até os próprios credores e o Banco Mundial. Nada menos do que 45 mil funcionários públicos da administração direta perderão seus empregos e oito mil da administração indireta seguirão o mesmo caminho.

Isso significa que o governo enxugará em mais de um terço a sua folha de pessoal e lançará nas ruas exércitos de desempregados, num país onde a taxa de pessoas sem trabalho já é alta. Para evitar uma explosão social, o tenente Rawlings, com a assessoria do FMI e o apoio dos 23 países ricos da Europa e América do Norte, pretende deslocar no mínimo 12 mil pessoas por ano para áreas rurais até 1990.

Os desempregados serão levados para 19 áreas em sete províncias, onde receberão comida grátis durante um ano e assistência técnica para iniciarem novas lavouras. Só com o fornecimento de comida e treinamento, as autoridades vão gastar sete milhões de dólares a serem financiados pelo programa do Pamscad. Para melhorar a fixação de famílias na área rural, o governo vai instalar sistemas de água e esgoto em aproximadamente mil aldeias, em dez regiões diferentes do país, a um custo de aproximadamente cinco milhões de dólares.

Além disso, estão previstas obras públicas com uso intensivo de mão-de-obra, com orçamento previsto de 44 milhões de dólares, e expectativa de absorver entre 10 a 17 mil antigos funcionários públicos em regime de meio emprego. Outro setor que as autoridades pretendem reativar a curto prazo é o da mineração, outrora uma das principais atividades econômicas do país. Gana, que já teve 30 minas de ouro em exploração na década de 30, entrou nos anos 80 com apenas quatro em funcionamento. Depois da ascensão de Rawlings ao poder, mais quatro minas voltaram a operar e nove outras estão em processo de reabertura. Nada me-



Cacau, o principal produto de exportação do país, está em baixa no mercado mundial

nos do que 50 empresas estrangeiras já solicitaram permissão para explorar as reservas auríferas de Gana, cujo potencial é avaliado em 36 mil toneladas. Cálculos de especialistas europeus garantem que Gana pode ganhar até um bilhão de dólares por ano com exportações de ouro.

A grande incógnita do programa econômico nos próximos três anos será a capacidade do governo fixar no campo os mais de 45 mil desempregados. Para que eles decidam abandonar as cidades, é necessário um programa agrícola que torne atraente a abertura de novas lavouras, notadamente de cacau, o maior produto de exportação do país. Isso é bastante arriscado, pois, segundo o próprio Banco Mundial, os preços internacionais e o consumo mundial apresentam uma forte tendência de baixa.

A reativação da agricultura é crucial para o êxito da aposta feita por J.J. Rawlings. Ele tem muito pouco tempo para apresentar resultados encorajadores, pois os desempregados enfrentarão a fome, caso as novas lavouras não produzam bem e a preços satisfatórios. Reativar uma estrutura agrícola desorganizada por décadas de monocultura imposta pelo colonialismo é uma tarefa que raros governos africanos (alguns em condições muito melhores que Ga-

na) conseguiram alcançar.

As incertezas econômicas que se abrem para a maioria dos ganenses provocaram uma redução do entusiasmo por J.J. Rawlings e um aumento da tradicional desconfiança em relação aos governantes, desde a queda de Kwame Nkrumah em 1966. Para tentar reverter essa tendência à passividade e o retorno da "cultura do silêncio", o governo prometeu eleições distritais para o segundo semestre deste ano. Serão as primeiras eleições dos últimos 20 anos e, segundo o governo, elas serão um teste para uma futura votação presidencial ainda sem data marcada.

Até agora, os ganenses mostraram pouco interesse no recadastramento eleitoral, apesar dos esforços do governo, pois a esmagadora maioria dos habitantes do país está de olho na economia e, acima de tudo, na possibilidade de ficar sem trabalho. Influentes líderes da oposição de esquerda, como Yao Graham, do Movimento Nova Democracia, garantem que Rawlings fez uma aposta sem chances de ganhar, ao aceitar o plano do FMI e suas consequências sociais. O presidente alega que não teve outra escolha e afirma que é preciso "pagar para ver".

LIBANO

## A ascensão do "Partido de Deus"

O Hezbollah, partido que segue a orientação do aiatolá Komeini, não pára de estender sua influência fundamentalista no país: uma futura república islâmica?

Alberto B. Mariantoni

O rei Hussein da Jordânia e o presidente egípcio Hosni Mubarak, nas recentes viagens diplomáticas à Europa, tentaram explicar a seus interlocutores o perigo que se esconde atrás do estado de tensão nos territórios árabes ocupados: ou seja, a vigorosa ascensão dos movimentos integristas da Cisjordânia, da Faixa de Gaza e do setor leste da cidade de Jerusalém, assim como uma real possibilidade de "contágio" em todo o Oriente Médio.

Um perigo que continua a ser alimentado pela recusa de Israel a sentar-se à mesa de negociações para procurar resolver a questão palestina. O sucesso da corrente islâmica entre os jovens palestinos dos territórios ocupados também começa a inquietar os dirigentes da OLP de Yasser Arafat.

E isso, apesar da tentativa feita em Argel, em abril de 1987, na última sessão do Conselho Nacional Palestino. Naquela ocasião, a OLP de Yasser Arafat resolveu aceitar a nomeação de um islamista palestino, Abdul Rahman al-Hourani, para integrar o secretariado do Comitê Central da organização (CCOLP), com a finalidade de evitar o avanço dos movimentos integristas. Mas talvez já fosse muito tarde.

Nos territórios ocupados, não só a Irmandade Muçulmana — uma organização sunita surgida na Palestina em 1940 —, mas também uma série de outros



Jerusalém: o sucesso do islamismo entre os jovens palestinos preocupa seus dirigentes

movimentos que tinham tomado impulso, entre 1980 e 1985, radicalizaram suas posições, alinhando-se à revolução iraniana.

Graças ao respaldo financeiro de Teerã e ao apoio logístico do Hezbollah ("Partido de Deus") libanês, diversos movimentos islâmicos surgiram: o Hezb al-Tahrir (o Partido da Libertação Islâ-

mica) do xeque Takieddine Nahbani — ex-braço direito do grande *mufti* de Jerusalém —, que opera na Palestina e na Jordânia; o Movimento Revolucionário Islâmico, a *Jama'a Islamiyya*; o Jihad Islâmico; o Movimento Islâmico Independente; a Legião da Jihad Islâmica e a Irmandade Muçulmana, uma dissidência do xeque Abdul Aziz Odeh. Esses

últimos, que operam principalmente na Faixa de Gaza e na cidade de Jerusalém, são responsáveis por muitos dos choques com o exército israelense, desde 9 de dezembro passado.

"Nossa única chance - nos confessa um dirigente da OLP - é que esses movimentos não têm nenhuma coordenação entre si. Politicamente, eles estão muito divididos, o que nos permite manter o controle da situação".

### Um Irã em miniatura?

O setor libanês que está fora do enclive cristão já não é mais o mesmo. Em dois terços do país, de fato, tem-se cada vez mais a impressão de se estar num Irã em miniatura ou num dos subúrbios de Qom ou de Teerã. Os retratos de Komeini e as bandeiras iranianas estão em toda parte: nas prefeituras, nas mesquitas e até mesmo nos quartéis. As paredes das casas particulares estão cheias de cartazes e de pichações exaltando o Islã e condenando os inimigos do Irã.

Nas ruas, os homens barbudos e as mulheres com véus são incontáveis. Menosprezam-se os Estados Unidos, a União Soviética e Israel, desenhando-se as suas bandeiras nacionais nas passagens de pedestres. E isso, num ambiente de mobilização geral, que lembra os primeiros dias da revolução iraniana. Mas é no Haret-Hreik, um bairro da zona sul de Beirute, localizado entre o aeroporto internacional e os campos de refugiados palestinos de Sabra, Chatila e Bourj-el-Barajneh, que se pode melhor avaliar a verdadeira força do Hezbollah libanês.

Nesse enorme bairro de casebres e barracos, que se estende em torno da mesquita de Bir el-Abed e que abriga cerca de 700 mil xiitas libaneses, um novo poder começa a tomar forma: o dirigido pelo xeque Mohammed Hussein Fadlallah, o guia espiritual do Hezbollah libanês e representante pessoal do imã Komeini para o Oriente Médio.

É em direção ao seu palácio-fortaleza de Haret-Hreik, de fato, e não para o palácio de Baadah (o palácio presidencial), que convergem, todos os dias, os milhares de pequenos e grandes notáveis muçulmanos do país. Eles vão lá para se reunir com os dirigentes do "Partido de Deus" e para resolver seus



O "Partido de Deus" libanês ampliou em muito sua força política e militar no país

problemas. Impossível se aproximar desse bairro sem ser imediatamente parado, revistado e interrogado por uma das inúmeras patrulhas armadas do Hezbollah que vigiam a área. A mesma coisa pode ser dita em relação à cidade de Baalbek (no vale de Bekaa) e da quase totalidade das cidades e aldeias xiitas do sul do Líbano.

### A força da persuasão

Em seis anos de atividade ininterrupta, o Hezbollah libanês conseguiu ampliar consideravelmente a sua força política e militar no país e, principalmente, ganhar o coração da maioria dos jovens muçulmanos do Líbano. E isso, por causa do exemplo (as ações levadas a cabo na fronteira com Israel, a reconstrução das aldeias bombardeadas, a montagem de uma infra-estrutura hospitalar, de centros de estudos e de aprendizagem etc.) e pela persuasão. Uma persuasão, muitas vezes, feita com donativos a famílias pobres, com ajuda financeira aos estudantes muçulmanos, aos jovens engajados na fé islâmica e às mulheres que usem véus.

Exemplos e persuasão maciçamente divulgados por uma estação de televisão que transmite de Sohmar (vale de Bekaa), por três emissoras de rádio, pelo jornal *Al-Aahd*, dois semanários e uma publicação mensal, assim como

pelo "telefone árabe" de milhares de *ulemãs* e de dirigentes de organizações paralelas (como a Fundação do Mártir, a Associação al-Mustafá, os círculos científicos, escolas corânicas, clubes assistenciais, escoteiros al-Mahdi, a União de Estudantes Muçulmanos etc.), que se espalham por todo o país e ajudam na divulgação das teses integristas.

Não vamos falar da influência exercida pelo Hezbollah sobre as organizações sunitas do Líbano (como a União dos Ulemãs, o movimento Touhid do xeque Chaabane, de Trípoli, e a Jama'at Islamiyya, de Sidon), nem da verdadeira hemorragia de quadros e de militantes que ele criou no interior do movimento Amal (uma organização xiita concorrente do Hezbollah), de Nabih Berri. Hoje, para demonstrar sua força, o Hezbollah acaba de lançar um desafio à comunidade cristã do Líbano.

Apoiando-se sobre 35% da população do país e a despeito do Pacto Nacional de 1943 (que prevê que o presidente seja escolhido entre os cristãos maronitas), ele propõe seus próprios candidatos à Presidência da República (islâmica)<sup>1</sup>: trata-se do xeque Fladallah, do xeque Chamseddine, do xeque Sadik Mussau e do xeque Said Chaabane. ●

<sup>1</sup> No segundo semestre deste ano, deverão se realizar eleições presidenciais no Líbano, as primeiras desde que Bachir Gemayel foi imposto na presidência da República, no contexto da invasão israelense. Pouco tempo depois, ele foi assassinado, sendo substituído por seu irmão, Amin Gemayel.

BIRMÂNIA

# A guerra e o ópio



Gal. Ne Win

O cultivo de opiáceas e o fluxo de heroína das montanhas birmanesas para os países ocidentais continuará até que acabe a guerra entre o governo de Rangun e as minorias étnicas



Helicópteros num campo de papoulas: os rebeldes denunciam o seu uso para o transporte de tropas

Philip Smucker

Os chefes guerrilheiros de nove minorias étnicas da Birmânia, organizados na Frente Democrática Nacional (FDN), reuniram-se com representantes da imprensa no Passo dos Três Pagodes, uma aldeia situada na fronteira com a Tailândia, para chamar a atenção dos jornalistas sobre sua luta pela autonomia, dentro de um Estado birmanês federativo.

O líder rebelde da minoria *kachin*, Brang Seng, falou sem subterfúgios de uma questão estreitamente vinculada ao conflito: o problema da produção de heroína na selva do norte da Birmânia, a maior fonte mundial de ópio ilegal. Num acampamento no interior da floresta, utilizado pelos guerrilheiros do Novo Partido do Estado Men - que dominam a região vizinha ao Passo dos Três Pagodes -, Seng caracterizou as iniciativas internacionais para ajudar o governo birmanês a combater o tráfico de drogas, como "um esforço para curar uma doença com remédio errado".

Um relatório do Departamento de Estado norte-americano indica que, em 1987, a Birmânia produziu 1.200 toneladas de ópio em bruto, 10% a mais do que em 1986. A maior parte é transformada em heroína de grau 4 (de alta pureza) em laboratórios escondidos na selva, ao longo da fronteira controlada pelos rebeldes.

### A culpa é da guerra

"Os nativos dessas regiões têm que cultivar o ópio para poder sobreviver, pois foram deslocados de suas terras pela guerra e, no local onde vivem agora, o solo não lhes permite cultivar outros produtos essenciais", explicou Seng, um ex-professor secundário, que afirma que os 1.600km de fronteira com a Tailândia estão sob seu controle. Seng e outros líderes tribais estão engajados numa longa guerra contra o governo de Rangun. Milhares de pessoas atravessaram as fronteiras tailandesa, ao sul, e chinesa, ao norte, fugindo das tropas governamentais.

Informes recentes dão conta de que, depois que as tropas do governo esma-

garam vários redutos *kachin*, os rebeldes se mostraram dispostos a negociar a paz, mas o governo mantém sua decisão de eliminá-los militarmente.

A maioria dos grupos rebeldes declara que a sua luta é pelo direito de constituir estados semi-autônomos, no contexto de um Estado democrático na Birmânia. O principal grupo, no entanto, o Partido Comunista da Birmânia (PCB), luta pelo estabelecimento de um Estado socialista em todo o país. "Até o PCB sabe que o ópio está destruindo o nosso povo, mas não tem condições de mudar essa situação", disse Seng, que mantém uma aliança militar com os comunistas na sua luta contra o regime encabeçado pelo general Ne Win.

"Se a droga é um problema, o mundo deveria se preocupar com o conflito interno que a Birmânia está enfrentando", disse o dirigente rebelde. Cerca de 77% da heroína de grau 4 vendida em Manhattan, por exemplo, provêm da Birmânia. Diferente do que ocorre na Tailândia, onde o Fundo das Nações Unidas para o Controle do Abuso de Drogas (UNFDAC) estabeleceu um programa de erradicação da papoula, subs-

tituindo-a por lavouras, a Birmânia resiste ao emprego de assessores estrangeiros na luta contra a produção de opiáceas.

O governo de Rangum recebe, no entanto, grandes quantias dos Estados Unidos para os programas antidrogas, mas os rebeldes afirmam que esse dinheiro está sendo desviado para outros fins. Os guerrilheiros denunciaram que os helicópteros, doados pelos Estados Unidos para a campanha antinarcóticos, estão sendo utilizados para o transporte de tropas governamentais e para fumar as zonas altas do país, onde se encontram os principais redutos dos rebeldes, com o mortífero desfolhante 2-4-D.

### O papel do tráfico

Na reunião com os jornalistas, os dirigentes da FDN explicaram como eles interpretam as tentativas dos traficantes de drogas de "se aliar" aos guerrilheiros. Reconheceram que houve uma proposta do chefe rebelde da minoria *karen*, Bo Mya, para se reunir com Khun Sa, um legendário "senhor da guerra", que domina o tráfico de drogas.

Khun Sa controla os territórios montanhosos localizados próximo à fronteira com a Tailândia, onde escondem suas refinarias de ópio, e conta

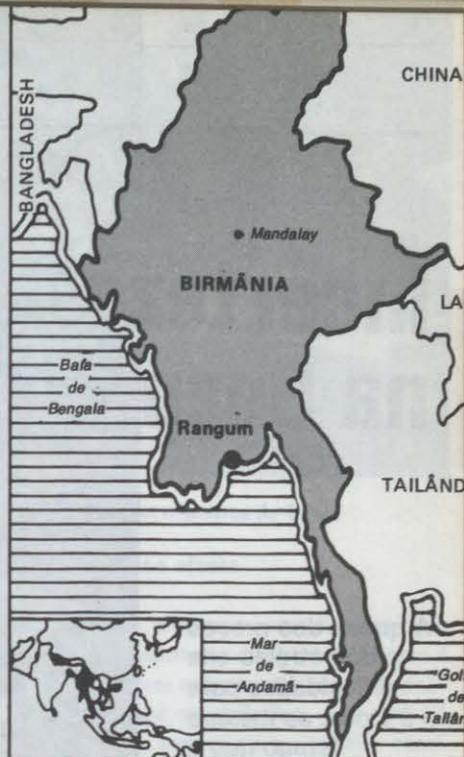
com o apoio de homens armados, pertencentes à sua própria tribo, os *shan*, e de ex-membros do Kuomintang chinês, que fugiram para a Birmânia depois da derrota de Chiang Kai-Chek para o Exército Vermelho de Mao Tsé-Tung, em 1949.

O traficante pediu ao dirigente guerrilheiro Bo Mya que os *karen* transportassem a droga do seu reduto nas montanhas para o sul. Mas os dirigentes da FDN não deram importância à entrevista com o "senhor das drogas", porque a iniciativa de Bo Mya, segundo afirmaram, não corresponde à linha política nem ao interesse do movimento guerrilheiro.

O presidente da FDN, Saw Mah Reh, disse que Bo Mya não teria sido autorizado pela Frente a ir à reunião com Khun Sa, se ele tivesse solicitado isso, e que talvez por isso mesmo, agiu por conta própria.

Por outro lado, Mya foi uma ausência muito notada na reunião com a imprensa realizada no acampamento. "Se Mya cruzar a linha do tráfico de drogas, nós o cortamos politicamente", disse Saw.

As atividades de Khun Sa foram muito criticadas pelos dirigentes rebeldes, que suspeitam de ter o traficante colaborado secretamente com o regime de Rangum. Os rebeldes alegam que o governo de Ne Win afrouxou sua pres-



Na região próxima à fronteira com Tailândia, se acham os laboratório de refino do ópio

são militar na região dos *shan*, para permitir a passagem da droga para a Tailândia. Os chefes guerrilheiros concordam em que a única forma de acabar com o tráfico de drogas é reassentar os camponeses deslocados, nas regiões fronteiriças. "É preciso entregar novas terras a essa gente e introduzir novas lavouras", disse um dos dirigentes rebeldes, o qual apresentou um plano para dar assistência financeira e educação para os empobrecidos cultivadores de ópio.

Entretanto, os dirigentes das minorias étnicas insistem em que a produção de ópio da Birmânia não poderá ser reduzida de forma significativa enquanto não se encontrar uma solução para o conflito, que já dura 41 anos.

Seng afirmou que "se não avançarmos, num futuro próximo, haverá mais pessoas deslocadas de suas terras" e pediu a mediação de um terceiro país no conflito. Num gesto inesperado, o dirigente rebelde afirmou que mais de duas toneladas de ópio em bruto que seus combatentes apreenderam num posto do exército birmanês, no início de março passado, serão entregues à agência antidrogas dos Estados Unidos (DEA), para provar às autoridades norte-americanas que "seu dinheiro está sendo malversado".



"A única forma de acabar com o tráfico, é reassentar os camponeses na fronteira"

# Incertezas na Opep

A queda dos preços do petróleo cria dificuldades para a Opep, ao mesmo tempo que a descoberta de novas reservas confirma que os consumidores europeus e norte-americanos dependem do petróleo árabe



No primeiro trimestre de 1988, o preço do barril caiu a US\$ 15

Pablo Piacentini

A instabilidade e a incerteza caracterizam o atual período do mercado do petróleo, devido ao fato de a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) não ter conseguido impor sua política de preços oficiais.

Ao longo do primeiro semestre de 1988, os preços foram declinando gradativamente e, a menos que a Opep decida reduzir a oferta do petróleo produzido pelos seus 13 países membros, os preços continuarão em baixa até o último trimestre deste ano. Nessa evolução, deve-se levar em conta o fator climático. Os preços se mantiveram firmes durante os meses frios no hemisfério norte, que coincidem com a época de maior demanda mundial. Mas, no segundo trimestre, começa a estação de menor demanda, que se prolonga até o último trimestre de cada ano, quando,

ciclicamente, a demanda volta a aumentar, por causa da chegada do inverno nos países do Norte.

A Opep tinha estabelecido um programa de oferta reduzida, com a finalidade de manter seus preços oficiais a um nível de 18 dólares por barril de petróleo. A produção conjunta ficou em 15,6 milhões de barris diários. O Iraque se colocou à margem desse acordo e, portanto, sem compromisso de respeitar uma cota fixa.

Esse teto pôde conter os preços, enquanto a demanda se manteve elevada, mas o inverno foi fraco, sendo este um dos fatores que alterou o equilíbrio esperado pela Opep. Também se atribuiu a diversos membros uma falta de disciplina que teria acarretado um excesso de oferta de óleo cru. Mas, quando o Comitê de Preços da organização se reuniu em Viena, a 9 de abril passado, as diferentes estimativas foram coincidentes em mostrar que o excedente, embora tenha existido, não era muito grande.

Portanto, a conclusão a que se chega é que a Opep deveria realizar uma redução do seu teto produtivo, se quiser que seus preços oficiais sejam respeitados. Durante o primeiro trimestre, as cotações caíram a cerca de 15 dólares, o que forçou os exportadores a darem descontos para poder colocar sua produção no mercado.

## Uma década difícil

O problema consiste em que o delicado equilíbrio entre os diversos membros da Opep não favorece um programa que implicaria maiores sacrifícios. No decorrer desta década, a demanda de petróleo caiu, prejudicando particularmente os países agrupados na Opep. Em 1979, a organização produziu quase 31 milhões de barris diários; em março de 1988, a produção foi de apenas 17,6 milhões e a queda dos preços indicava que seria necessário cortar não menos de um milhão de barris diários para voltar a um ponto de equilíbrio entre oferta e demanda.

No passado, o principal exportador mundial, a Arábia Saudita, assumiu o papel de "produtor residual", ou seja, cortava sua produção quando a demanda diminuía. Mas os sauditas agora estão preocupados em manter sua cota no mercado e renunciaram ao papel de produtor residual.

Assim como o resto dos principados do Golfo, a Arábia Saudita faz parte da ala flexível da Opep. Trata-se de países com grandes reservas, temerosos de que uma política de preços elevados favoreça, a médio e longo prazos, a entrada no mercado dos produtos que competem com o petróleo. A política desses países é conduzida com uma perspectiva de colocação de petróleo no mercado, para 30 anos ou mais.

Na ala dura da Opep, encontram-se países como a Argélia, com pequenas reservas e, portanto, com urgência em conseguir preços remunerativos. Para eles, o horizonte se reduz a um período que pode variar entre 10 e 20 anos, lapso durante o qual as receitas provenientes do petróleo deveriam financiar programas de desenvolvimento que possam substituir essas divisas, quando

as reservas petrolíferas se esgotarem. A saturação do mercado reduziu substancialmente essas receitas, bloqueando o financiamento dos programas de desenvolvimento. Esses países, objetivamente, se acham numa situação desesperadora e não podem compartilhar a estratégia dos seus sócios do Golfo Árabe, que, além de contar com enormes reservas, são escassamente povoados.

O teto produtivo de 15,6 milhões de barris (sem contar com o Iraque) para manter o nível de 18 dólares foi, nesse contexto, resultado de um difícil equilíbrio entre países membros, com situações e interesses diferentes.

As disputas internas podem se exacerbar, pois os países economicamente mais fracos exigem que a maior parte do sacrifício recaia sobre os mais fortes. Mas a Arábia Saudita e os principados do Golfo não parecem dispostos a fazer concessões.

Em todo caso, o desafio é claro: se a Opep não conseguir ajustar sua oferta à demanda, 1988 será um ano de preços baixos. Se conseguir, no último trimestre deste ano se poderia voltar a um teto produtivo semelhante ao atual.

#### Aumentam as reservas

Enquanto isso, o panorama energético apresenta novidades importantes devido ao fato de a avaliação sobre reservas mundiais ter registrado um notável aumento.

Nos últimos meses, surgiram diversas estimativas que faziam uma revisão dos cálculos existentes e, em fevereiro último, a publicação especializada *Oil/Gas Journal* forneceu cifras que implicam um aumento de 27% das reser-



A diminuição da demanda de óleo cru prejudicou os treze países membros da Opep

vas. As estatísticas desmentiram as estimativas pessimistas sobre o tempo de duração dos recursos petrolíferos, que circularam no início da década anterior.

Em 1970, as reservas mundiais de petróleo estavam avaliadas em 71 bilhões de toneladas e calculava-se que, de acordo com o consumo corrente, se esgotariam em 30 anos. Se aqueles números tivessem se mantido, hoje as reservas dariam só para dez anos. Isto é, estaríamos à beira do esgotamento, os preços estariam pelas nuvens e se investiriam enormes somas na exploração de fontes alternativas de energia. Com o correr do tempo, os critérios pessimistas foram revistos e se descobriram novas jazidas, ampliando a relação entre reservas e produção corrente. Assim, no início do ano passado, avaliava-se que aquela relação era de 30 a 35 anos.

Os novos cálculos dão cerca de 120 bilhões de toneladas de reservas comprovadas, equivalentes a cerca de 45 anos de duração, ao ritmo do consumo atual.

#### O fantasma se afasta

Embora algumas conclusões dos estudos possam ser discutidas, o certo é que se afastou o fantasma de uma próxima escassez de petróleo, que, até há alguns anos, assustava a geração atual. Na medida em que o esgotamento se aproxime — dizia-se —, o mercado estará nas mãos dos países com maiores reservas. Não se trata de todos os países da Opep, mas sim daqueles que tenham maiores reservas, que poderão impor preços altíssimos.

As novas estatísticas alargam notavelmente o horizonte petrolífero, mas reforçam a distribuição desigual das reservas. O aumento corresponde, substancialmente, a seis membros da Opep, que são a Venezuela e os países do Golfo Árabe. À Venezuela, se deve o aumento no hemisfério ocidental e, aos países do Golfo, o incremento da produção no Oriente Médio. No restante das regiões não se registram variantes. Na realidade, a situação das potências ocidentais — principalmente os Estados Unidos — piorou, pois as reservas comprovadas diminuem constantemente, enquanto as importações aumentam.

Na medida em que, durante os próximos anos, não se registrem descobrimentos de grandes jazidas na área ocidental e, na ausência de notáveis inovações tecnológicas, o eixo petrolífero girará cada vez mais em torno do Oriente Médio. Aí se localizam dois terços das reservas mundiais. Embora os novos dados descartem os temores de carência, inquietam os estrategistas ocidentais, já que condenam os Estados Unidos e a Europa ocidental a uma futura dependência do petróleo árabe. ●

**RESERVAS MUNDIAIS**  
Estimativas de reservas comprovadas  
(em bilhões de barris)

Região	1/1/1987	1/1/1988
Ásia-Pacífico	19.024	19.354
Europa Ocidental	21.938	22.448
Oriente Médio	401.879	564.680
África	55.194	55.250
Hemisfério Ocidental	79.250	79.200
<b>Total mundial</b>	<b>697.450</b>	<b>887.348</b>

Fonte: *Oil Gas Journal*

# O Norte diminui sua ajuda

Rajiv Tiwari

**E**specialistas em desenvolvimento, pertencentes a diversos países do mundo, estão convencidos de que as políticas, que a maioria das nações desenvolvidas do Ocidente põe em prática com os países pobres, consistem em "dar com uma mão muito menos do que tiram com a outra".

"As políticas dos países ocidentais doadores, nos anos 80, foram quase só fracassos", afirma Halle Hanssen, consultor do Ministério de Cooperação para o Desenvolvimento da Noruega (Norad), destacado para Nova Déli. "Fracassamos por completo em nossa relação com a África; um pouco menos no caso da América Latina e menos ainda na Ásia; justamente porque esses dois últimos são menos dependentes de nós", explicou o especialista.

Enquanto as posições dos países doadores e recebedores se polarizam cada vez mais em torno das diferentes formas de abordar a questão do pagamento dos serviços da dívida externa, os países desenvolvidos condicionam sua ajuda financeira ao cumprimento de determinadas políticas econômicas. Essas receitas não funcionaram em nenhum dos países que as aplicaram. Isso se reflete no último relatório do Banco Mundial sobre a dívida externa em todo o mundo, que mostra que nenhum país do Sul, empenhado no cumprimento dos planos de ajuste, conseguiu modificar o perfil da sua dívida nos últimos seis anos e, menos ainda, reduzi-la.

## Os países pobres exportam capital

Em 1987, houve uma saída líquida de capitais, a partir dos países em desenvolvimento para os bancos do Norte, e o relatório prevê que a dívida total dos países do Terceiro Mundo aumentará para 1,24 trilhão de dólares em 1988,

Quase todos os países ricos diminuiram suas doações em ajuda ao desenvolvimento e optaram por condicionar seu auxílio ao pagamento dos serviços da dívida externa



Os técnicos dos países ricos reconhecem que as políticas de ajuda fracassaram

dobrando a cifra de 1980.

O relatório do Banco Mundial "sobre o desenvolvimento no mundo" também assinala que "os novos compromissos de financiamento de fontes privadas ao conjunto dos países em desenvolvimento caíram de 64,2 bilhões de dólares em 1981, para 36,3 bilhões de dólares em 1984", e indica que o peso dessa redução recaiu principalmente sobre as nações pobres endividadadas. O relatório recomenda um pacote de políticas de ajuste, recessivo, destinado a reduzir os gastos públicos, aumentar os impostos, realinhar as paridades cambiais e restringir o crédito.

Segundo Hanssen, os programas de reestruturação de dívidas elaborados por agências multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), tiveram um claro efeito político: "Os pobres do Terceiro Mundo foram abandonados em nome do desenvolvimento. São eles que estão pagando o preço do empobrecimento dos seus países. As desigualdades aumentam à medida que

perdem seus empregos e se congelam seus salários, na atual onda de privatizações incentivada pelas potências desenvolvidas do Ocidente", afirmou o especialista norueguês.

A mudança de interpretação na política do Ocidente desenvolvido coincide com uma acentuada guinada para a direita nos principais países doadores, como os Estados Unidos, Grã-Bretanha e Alemanha Federal. "A diferença existente entre Reagan, Thatcher e Kohl e seus antecessores - Carter, Heath e Schmidt - é óbvia", disse Hanssen. "À medida que diminui o volume de ajuda, os países ocidentais industrializados aumentam sua ênfase na assistência bilateral de caráter comercial". Hanssen calcula que essa tendência tem trágicas consequências em países africanos como a Zâmbia, para onde foram encaminhadas tecnologias inadequadas.

## Preencher um vazio

Os especialistas acham que o declínio



A decadência econômica do 3º Mundc se...

econômico dos países do Terceiro Mundo, afogados pela sua dívida externa, é melhor explicado pelo desequilíbrio do comércio mundial. Entretanto, há um grupo de países ocidentais desenvolvidos que não adere à corrente dominante em termos de ajuda. Os países escandinavos, a Holanda, Canadá e Austrália dão a maior parte de sua ajuda externa em forma de doações, com poucos condicionamentos políticos. O grupo vai aumentando suas verbas de ajuda para o desenvolvimento com relação ao Produto Nacional Bruto (PNB) e, proporcionalmente, investe três vezes mais que os países mais poderosos. A Noruega e a Holanda destinam 1% do seu PNB, enquanto os Estados Unidos apenas 0,2%. A entrada em cena de agências voluntárias patrocinadas pelas igrejas e outros grupos de solidariedade também foi benéfica, ao preencher o vazio qualitativo e quantitativo causado pela redução da ajuda dos doadores mais ricos.



...deve ao desequilíbrio do comércio mundial

## O direito ao desenvolvimento



da, e sim vinculados aos conflitos internos de cada sociedade, à luz dos direitos humanos. Nesse sentido, Rupesinghe assinalou que, atualmente, há mais de 30 guerras internas no Terceiro Mundo, algumas das quais foram induzidas a partir do exterior. "Existe uma enorme necessidade de reduzir esses conflitos, antes que seja tarde demais".

**N**a Carta das Nações Unidas, o direito ao desenvolvimento está vinculado aos direitos políticos e sociais, e são concebidos como um pré-requisito para a realização dos direitos humanos, observou o pesquisador do Sri Lanka, Kumar Rupesinghe, do Instituto Internacional de Pesquisas para a Paz (Ipri), e que também preside o Sistema de Documentação e Informação sobre Direitos Humanos (Huridocs).

Falando sobre o tema "Pobreza, desenvolvimento e sobrevivência coletiva", em uma conferência realizada no final de março passado em Nova Déli, Índia, o especialista asiático afirmou que os problemas do desenvolvimento não podem ser estudados de maneira isola-



O desenvolvimento exige o fim das guerras

Nesse sentido, Rupesinghe sublinhou a necessidade de "construir um sistema de prevenção e informação antecipada dos conflitos" e observou que a prevenção "não tem sentido se não contar com mecanismos poderosos para resolver o problema em si". O pesquisador propôs se dar mais atenção ao papel das Organizações Não-Governamentais (ONGs) na resolução pacífica das controvérsias entre os países.

"O preço da guerra está forçando a humanidade a encontrar novas formas de tratar os conflitos entre os países. Nessa linha de raciocínio - prosseguiu -, os processos de democratização são vitais, já que essa é a resposta ac militarismo."

O dirigente do Huridocs enfatizou a necessidade de aumentar e consolidar a documentação sobre direitos humanos, intercambiar informações e utilizar nova tecnologia, como satélites e computadores. Outro aspecto importante enfatizado por Rupesinghe é a definição de parâmetros para registrar as violações aos direitos humanos, tais como o desaparecimento de pessoas ou execuções extrajudiciais, para que as autoridades no assunto possam dispor de uma informação padronizada.

# Os guardiões da "mãe terra"

Em sua primeira reunião em solo europeu, um grupo de representantes das comunidades indígenas da América advertiu as sociedades modernas sobre o perigo de destruir a natureza

Essma Ben Hamida



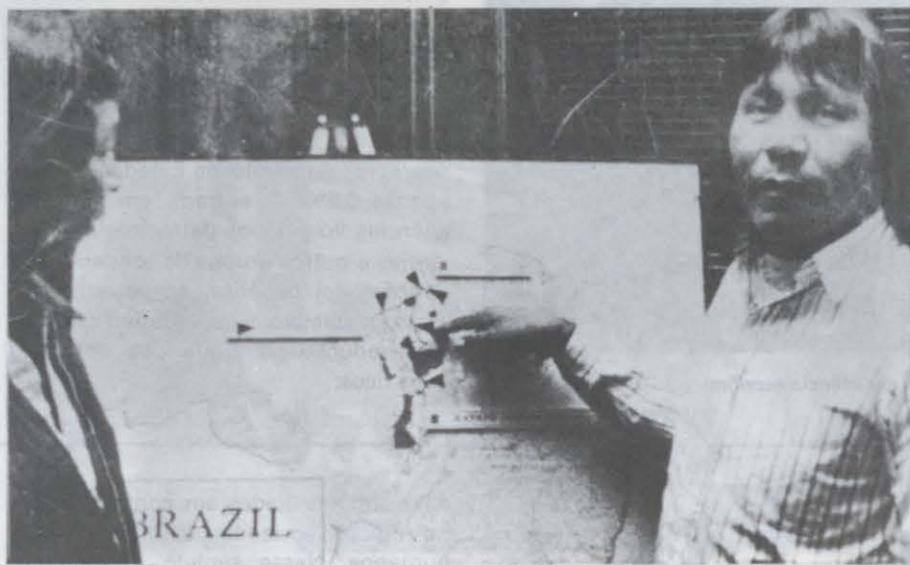
Estamos indissoluvelmente ligados à terra, pertencemos a ela e se dela nos tiram à força, não poderemos sobreviver". Essa dramática mensagem foi feita por um representante dos índios navajos norte-americanos, em Milão, na recente Reunião In-

ternacional dos Povos Indígenas da América, organizada pela Fundação "Luigi Negro" e outras Organizações Não-Governamentais (ONGs) de diversos países europeus, voltadas para o estudo das culturas étnicas.

Da reunião também participaram representantes dos *shuar* do Equador, dos *mapuches* do Chile, dos *kogui* da Colômbia, dos *collas* da Argentina, dos *kuna* do Panamá e dos *krenak* do Brasil. Todos eles transmitiram aos europeus uma mesma mensagem: "Nós, os índios, somos os melhores guardiões da mãe-terra".

## Respeito pela natureza

"Durante milênios, os povos indígenas das três Américas têm vivido em perfeita harmonia com a natureza. Nossa relação com a terra é profunda e dinâmica. Nossas raízes espirituais e sociais brotam de *uhiri* ('terra', na linguagem dos *yanomami*)", declarou Thereza



Um chefe caiapó mostra a localização de uma represa que inundará suas terras

Shiki, uma anciã representante do povo *shuar*.

Críspulo Pukso Igualikinya, representante dos índios *kuna*, panamenhos, explicou que o respeito pela natureza faz parte dos fundamentos da cultura indígena. "Caçamos e pescamos para obter alimentos, não por esporte, como o homem branco. Nosso território tornou-se um lugar estranho no mundo, onde os animais se refugiam para escapar das ameaças de destruição da civilização branca", acrescentou Igualikinya.

Ramón Gil Barros, representante dos índios *koguis* da Colômbia, explicou, com eloquência, como sua comunidade entende a relação entre o homem e a natureza. O grupo habitou durante 500 anos a Serra Nevada, a 5 mil metros acima do nível do mar, em um lugar — disse —, onde "somos árvores e as árvores são seres vivos; somos água e a água é gente; somos brisa e, se acabarmos com a atmosfera, morreremos rapidamente".

"Em troca, o homem branco vem à nossa terra, desfruta dela, explora seus recursos e depois a abandona. Agora — quando os recursos naturais da terra estão em vias de acabar —, a civilização branca chega à lua ou a outros planetas", assinalou Roberto Cruz, do grupo *kwakiuti* do Canadá, membro do Conselho Internacional do Tratado Indígena.

O representante dos *mohawk* dos Estados Unidos, Douglas George, acusou os indo-europeus de não "respeitarem a natureza nem o povo indígena. Nenhum desastre natural — enfatizou — causou tantos estragos na terra como a civilização ocidental". Douglas afirmou também que os colonizadores europeus exterminaram, nos Estados Unidos, mais de 140 espécies de aves.

## A esperança está nos jovens

Por sua vez, Wallace Black Elk, que foi testemunha do massacre de índios em Wounded Knee e é neto de um líder

legendário *sioux*, disse que os brancos "não só destruíram nossas terras e rios, roubando as relíquias de nossos antepassados, como agora transformam nossos cemitérios em lixeiras de seus dejetos tóxicos radiativos".

A exemplo do que ocorre no Brasil com os *yanomami*, comunidades indígenas inteiras em diversos países são expulsas de suas terras para que sejam construídos projetos gigantescos: represas, hidrelétricas e rodovias, financiadas pelo Banco Mundial, pela Comunidade Econômica Européia e pelas corporações transnacionais.

Muitos dos oradores presentes em Milão afirmaram que a solidariedade das novas gerações que crescem no mundo ocidental – cada vez mais conscientes de que o que está em perigo é o futuro do planeta – é uma das principais esperanças de sobrevivência.

Aínton Krenak, representante *yanomami*, fez um apelo à consciência dos europeus: "Vocês podem pressionar seus governos para que detenham o financiamento desses projetos. A destruição do meio ambiente na Amazônia levará ao extermínio do nosso povo e causará mais desastres ecológicos no restante do planeta".



As plantas medicinais são conhecidas e amplamente empregadas pelos indígenas

#### Os perigos do paternalismo

Em relação ao que o Norte pode fazer para garantir a sobrevivência dos povos indígenas, Jorge Valiente Quipildor, delegado *colla*, fez o seguinte apelo ao Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (Fida): "Para atin-

gir nossa realização econômica e cultural, precisamos de alguns recursos tecnológicos, poucos e simples. Não necessitamos de que nenhum outro povo nos desenvolva".

Segundo Roberto Haudry de Soucy, funcionário do Fida, os povos indígenas podem promover seu próprio desenvolvimento, porque "ainda que sejam pobres e careçam de fundos para investir, possuem uma riqueza de conhecimento da natureza e do meio ambiente que lhes permitiria explorar seus próprios recursos sem destruí-los".

Ao se referir a alguns produtos criados pelos índios sul-americanos, como plantas medicinais e têxteis, Soucy sugeriu que uma maneira prática de dar-lhes apoio seria promover esses produtos e encontrar mercados para eles. Contudo, o técnico advertiu sobre a voracidade das transnacionais capitalistas, "que poderiam aproveitar-se da produção e das técnicas indígenas".

"É necessário fazer uma aliança entre as técnicas indígenas e a tecnologia ocidental", afirmou o especialista. "Os investimentos que favoreçam os indígenas não devem privá-los de sua capacidade de administração e os projetos devem ser discutidos, feitos e aprovados por eles mesmos", concluiu Haudry de Soucy. ●



"Nossa relação com a terra é profunda e dinâmica, há milênios"

URUGUAI

# Homens e mulheres: línguas diferentes?

Cristina Canoura

**S**e as mulheres uruguaias não ocupam mais cadeiras no Parlamento, mais pastas no gabinete ministerial ou cargos de direção nos sindicatos, isso se deve, em parte, ao fato de o idioma que elas utilizam não ser o mesmo dos homens.

Isso foi revelado por uma pesquisa realizada no Departamento de Linguística da Faculdade de Humanidades de Montevideu, baseada no projeto "Norma culta", criado pelo professor mexicano Lope Blanch.

Das entrevistas realizadas pelos pesquisadores, fez-se uma amostragem de 15 (cinco do sexo masculino e dez do feminino), com idades entre 30 e 45 anos. Os requisitos foram os seguintes: serem montevideanos, não terem residido mais de um ano fora do país e terem cursado estudos universitários. Da mesma forma, foram analisadas curtas publicitários de televisão, dirigidos às mulheres ou produzidos por elas, além de conversas informais.

O uso de determinados termos, adjetivos, verbos e advérbios, repete o esquema seletivo que a sociedade confere a cada sexo: a linguagem masculina está adequada à esfera do público e a da mulher, ao âmbito doméstico e privado,

Um estudo recente mostra que, socialmente, não se aceita que a mulher use um tipo de linguagem considerado masculino



mesmo aquelas que também trabalham fora do lar. "Uma menina não fala dessa maneira", é, frequentemente, a sentença dos adultos, quando suas filhas transgridem os códigos sociais da linguagem feminina.

Segundo a pesquisa da Faculdade de Humanidades, falar "como uma senhora" é usar uma linguagem, na qual se evitam cuidadosamente as formas de expressão marcadas ou fortes. Uma linguagem na qual se estimula o uso de expressões que sugerem "trivialidade, frivolidade, insegurança", tais como repetições ou hesitações, o uso de adjetivos como "divino" ou "encantador", em referência à atuação de pessoas na es-

fera pública, o que desvaloriza a afirmação.

Segundo os resultados dessa pesquisa, o uso desses vocábulos "implica automaticamente julgamentos frívolos, superficiais e pouco comprometidos". O mesmo ocorre com os adjetivos. O estudo determina como características da linguagem da mulher o uso de verbos de agrado ou de desagrado, como "encantar", "apaixonar", "fascinar", aplicados em particular a julgamentos que têm alguma relação com o âmbito doméstico, no qual a mulher age. Em geral, aplicam-se a coisas "banais", como os alimentos. Se procurarmos detectar em que momento

da socialização da criança começam a se esboçar as diferenças sexuais na linguagem, veremos que se situa na primeira infância, na família e na instituição escolar. "Na escola, as crianças refletem o que recebem do lar e da sociedade em geral", afirma Amelia Villaverde, professora de crianças de nove anos num bairro operário da capital uruguaia.

No que se refere à linguagem, em especial a linguagem falada, mantém-se e estimula-se a diferença entre a expressão verbal feminina e masculina, que as crianças recebem do grupo social a que pertencem. Embora não se possa afirmar que exista uma intenção pedagógica para reforçar aquela divisão, os

professores, às vezes inconscientemente, contribuem para fomentá-la, afirmando coisas do tipo: "Parece mentira, uma menina...".

Amelia nos conta que, recentemente, recebeu uma mãe preocupada com o estilo de redação de seu filho varão, pois numa composição escolar escreveu que "o sol tinha saído como um ramo florido". "Em geral - observa Amelia -, os meninos se recusam a escrever poesia e quando o fazem, recorrem a temas que eles reconhecem como próprios de homens, como por exemplo, o futebol; declamar é um assunto que compete quase exclusivamente às meninas. Eles dizem que poesia é só para ler", acrescenta ela.

Perguntamos a Rosina, 13 anos, se ela pensava que as meninas tinham que falar diferente dos meninos. "Não tem porquê", respondeu decidida. "Quem disser o contrário é um machista". Mas ela reconhece que se seus pais ouvem-na falar "palavrões", chamam sua atenção.

Muitas vezes, quando discutem e, em algumas ocasiões, ao brincar, as meninas se aproximam do modelo masculino. Mas, na situação inversa, continua sendo muito forte a "desvalorização do rapaz, quando adota condutas próprias às meninas; ele é acusado de *maricas*", afirma a professora Villaverde.

Em termos de domínio público, a intervenção de Silvia Pérez, locutora de futebol de rádio e TV, desencadeou reações as mais diversas. "Uma senhora me telefonou para dizer que fica feio uma dama fazer o que eu faço. Em particular, lhe pareceu muito mal que eu dissesse 'golaço', por 'não ser essa uma linguagem de senhora'", contou recentemente Silvia ao semanário *Brecha*, e concluiu: "O que esperavam que eu dissesse? Ai, que gol maravilhoso!".

Concebida dessa forma, a linguagem vai deixando de ser um instrumento de comunicação, para se transformar numa soma de códigos e convenções que delimitam os espaços sexuais, às vezes, dificilmente franqueados.



A diferenciação da linguagem por sexos ocorre tanto na família quanto na escola

## NOTAS

### MÉXICO: MULHERES DÃO IMPULSO À LUTA SINDICAL

A equipe feminina dos trabalhadores da companhia estatal mexicana de luz incluiu, pela primeira vez, duas cláusulas específicas sobre a mulher nas negociações entre empregados e patrões. Em mais de 50 anos de atividades, o Sindicato Mexicano de Eletricistas (SME) continua sendo uma organização majoritariamente masculina, mas agora as mulheres - que representam 10% do total de membros - resolveram ir à luta por suas próprias reivindicações: a instalação de creches e a concessão de um tempo e ajuda financeira para que os pais possam cuidar de seus filhos.

Marisela Berinstain, que lidera o entusiasmado grupo feminino, explica que a participação ativa das mulheres se iniciou em 1986 e teve como resultado a inclusão, pela primeira vez, de uma mulher, Mariza López, numa comissão de negociações da empresa. Em 1988, durante a greve da SME, rompeu-se a tradição: embora sendo minoria, foram as

mulheres que encabeçaram a marcha do sindicato.

### NIGÉRIA: INFLAÇÃO AJUDA PLANEJAMENTO FAMILIAR

No país mais populoso da África, a Nigéria, a crescente inflação poderia desempenhar um importante papel para que seus habitantes aceitassem programas de controle da natalidade. A inflação continua alta nessa nação africana, com índices que variam entre 100% e 150%, um fenômeno agravado pela queda do preço internacional do petróleo, principal produto de exportação da Nigéria.

O país tem uma população de 100 milhões de habitantes, número que se multiplicará por 2,5 no princípio do século XXI, se for mantido o atual ritmo de crescimento, de 3% ao ano. Para 1990, espera-se um aumento no planejamento familiar de 2% a 15%, com o quê se poderá reduzir o ritmo de crescimento da população nigeriana entre 2,5 a 3,3%. O programa, entretanto, é absolutamente voluntário.

MÉXICO

# Os condenados do asfalto

A inflação e o desemprego têm diminuído a receita das famílias mais pobres, lançando maciçamente as crianças no mercado marginal de trabalho

Haroldo Shetemul

Segundo um relatório divulgado pelo Congresso do Trabalho (CT), — que reúne cerca de 30 centrais, federações e sindicatos do México —, o número de menores que trabalham nesse país aumentou em aproximadamente 30% no último ano. Mais de oito milhões de crianças trabalham como engraxates, ajudantes de oficinas, vendedores de chicletes ou lavadores de automóveis para ajudar no sustento de suas famílias.

Até março de 1987, calculava-se que havia "pouco mais" de dois milhões de menores subempregados na Cidade do México e mais de quatro milhões no restante do país (o México tem 83 milhões de habitantes, dos quais 40% são menores de 15 anos).

Só em um ano, a gigantesca capital mexicana se viu "tomada de assalto" por três milhões e meio de menores de 16 anos que trabalham com vínculos empregatícios. Antiga "cidade dos palácios" da cultura asteca, México-Tenochtitlán, com 20 milhões de habitantes, é a área urbana mais povoada do planeta, e, ao mesmo tempo, a de maior poluição ambiental, onde as contradições econômicas e sociais atingem com maior intensidade o setor mais vulnerável da população: as crianças.

## Pequenos "chefes de família"

Do total de crianças que trabalham na capital mexicana, dois milhões têm mais de 14 anos e menos de 16, sendo que um milhão e meio estão abaixo dos 14 anos. Em muitos casos, a luta pela sobrevivência leva as crianças a se tornarem "chefes de família", um fenômeno que ultrapassa a imaginação dos que regulamentaram o trabalho de menores, tanto no México como no restante do mundo.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) indica que, já no século XIX, se percebeu a necessidade de

proteger as crianças contra a exploração a que o capitalismo emergente as submetia. A partir da Convenção de Genebra de 1924, deu-se maior atenção a esse problema e se deu impulso ao cumprimento do princípio de que "cada criança merece o melhor da humanidade". O Unicef possui uma lista de mais de 80 leis internacionais, convênios e declarações, que estabelecem "os direitos da criança".

No México, as leis permitem que os menores entre 14 e 16 anos de idade trabalhem, desde que tenham cursado a escola primária ou provem que estão estudando, além de apresentar permissão por escrito dos seus pais. A legisla-

ção proíbe que sejam empregados em trabalhos arriscados, noturnos ou insalubres, e define uma jornada máxima de seis horas diárias.

Essas leis não se aplicam às milhões de crianças mexicanas que perambulam pelas esquinas da cidade, catando lixo ou arriscando a vida diariamente, e que, para o Congresso do Trabalho, são "o reflexo da desigualdade na distribuição da riqueza".

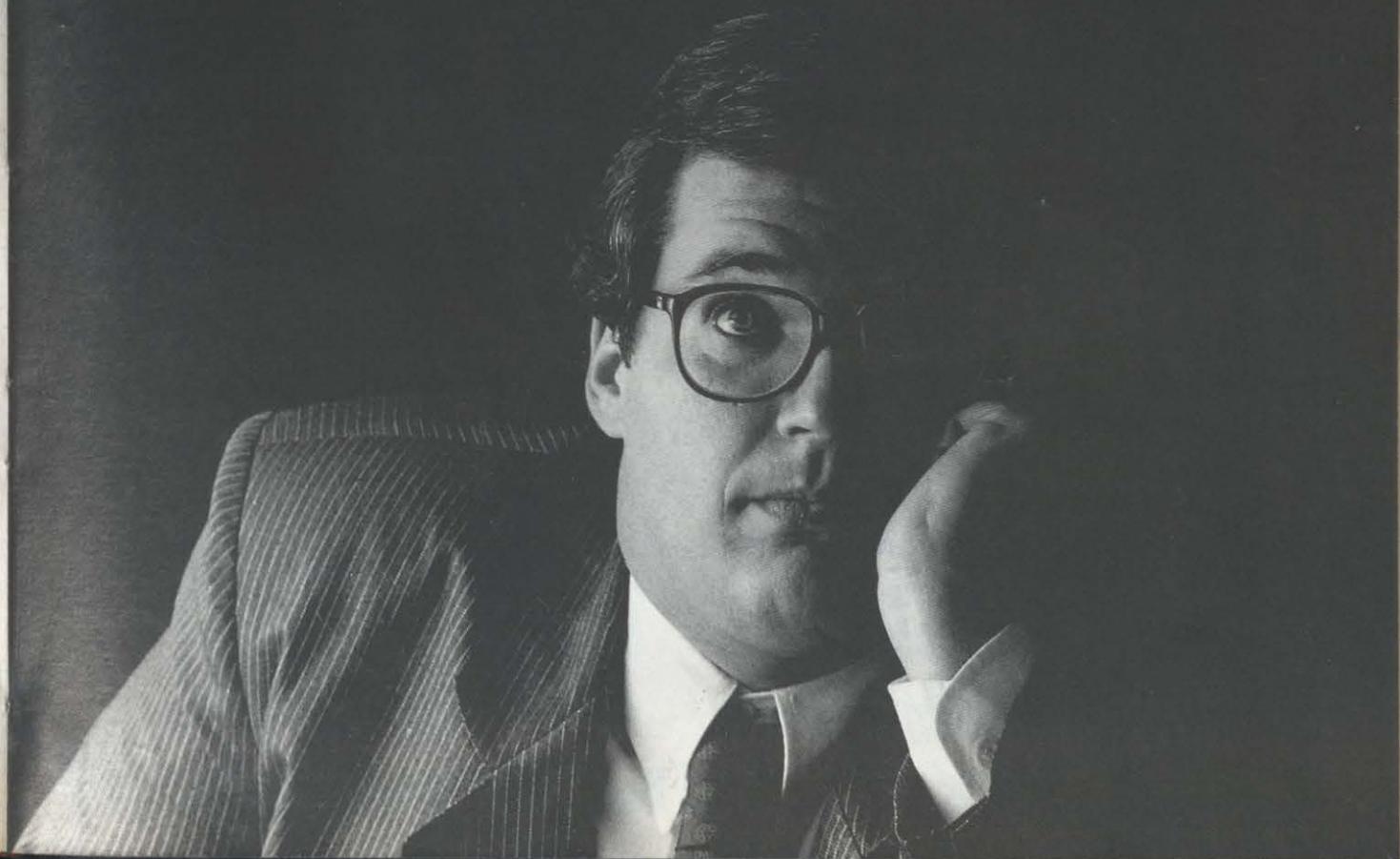
## Os Direitos da Criança

As pesquisas realizadas pelo Congresso do Trabalho demonstraram que 80% das crianças mexicanas que traba-



As crianças "chefes de família" ultrapassam qualquer imaginação

Alguma dúvida  
sobre o que  
fazer com o  
seu dinheiro  
a curto prazo?





# Remunerado

*Conta Azul Remunerada.  
Agora, ao invés do seu dinheiro  
ficar parado, perdendo minuto  
a minuto, ele vai render.*

*Diariamente.  
E já a partir do dia da aplicação.  
Você não tem prazo definido  
para sacar ou depositar.*

*É quando você resolver.  
No caso de retiradas, é só  
avisar 24 horas antes.*

*E a movimentação pode ser  
feita pessoalmente ou até por  
telefone, se preferir.*

*Você deve estar achando que  
a Conta Azul Remunerada é*

# Chegou a Conta Azul da Caixa.

*muito parecida com as outras que  
estão no mercado. Mas só ela tem  
uma coisa que  
nenhuma outra  
tem: a segurança*

**CAIXA ECONÔMICA  
FEDERAL**



*da Caixa Econômica Federal.*

*E segurança é o que um homem  
de decisão nunca  
pode deixar de ter.  
Não é?*

**Sem dúvida, com toda segurança.**

**No desenvolvimento  
da Indústria Petrolífera  
para a reconstrução de Angola,  
Sonangol é vital  
para o futuro**



**SONANGOL**

SOCIEDADE NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS DE ANGOLA  
C.P. 1316 – LUANDA – TELEX 3148 – 3260

## Crianças semi-escravas nos EUA

lham são analfabetos ou não terminaram seu ciclo escolar. "A maioria dos menores empregados no mercado marginal de trabalho não tem acesso aos serviços médicos e assistenciais mais elementares. Se se levarem em conta as condições de moradia e alimentação a que estão submetidas essas criaturas, o problema se torna ainda mais grave", adverte o CT.

"A Declaração dos Direitos da Criança, aprovada em 1959 pelas Nações Unidas, virou letra-morta e o Ano Internacional da Criança, em 1979, que pretendia melhorar a situação da infância no que se refere à saúde, nutrição, educação e moradia, não conseguiu mudar a situação", afirmam os sindicalistas.

Essa organização sindical reconhece que não se pode negar a importância que o trabalho infantil tem para milhões de famílias pobres, cujos recursos se vêem melhorados pela contribuição das crianças. Diante dessas conclusões, o CT adota uma posição realista e se pergunta se não seria possível regulamentar as condições de trabalho dos menores.

Para o Unicef, é preciso acabar com toda forma de exploração do trabalho dos menores, dar-lhes uma educação básica, assegurar algum tipo de ajuda financeira para os mais necessitados e prevenir os casos de negligência e abuso.

Esse organismo internacional disse que a Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas está trabalhando desde 1980 na elaboração de uma "Convenção dos Direitos da Infância", que estará pronta para ser apresentada perante a Assembléia Geral em 1989, coincidindo com o 10º aniversário do Ano Internacional da Criança.

A Convenção se baseará em três princípios: 1) que as crianças necessitam de um amparo maior do que os adultos; 2) que o melhor ambiente para a sobrevivência e desenvolvimento da criança é a família; e 3) que os governos devem se comprometer a agir em favor dos interesses da Infância.

□ Mais de um milhão de crianças mexicanas, entre 7 e 15 anos, trabalham nos Estados Unidos junto com seus pais, no campo. Essa denúncia foi feita durante a primeira reunião conjunta de sindicatos de trabalhadores rurais do México e dos Estados Unidos, pelo representante da Floc (Farm Labor Organization Committee), Baldemar Velásquez. "Nesses casos, a violação da legislação trabalhista norte-americana é flagrante. Enquanto as crianças contribuem com seu trabalho para a abundância de alimentos nos Estados Unidos, as companhias transnacionais do setor agroindustrial, como a Campbell's, por exemplo, submetem a condições de trabalho absolutamente desumanas", declarou o dirigente sindical. Oitenta por cento da população infantil que trabalha sofrem de desnutrição, não recebem educação e moram em condições de pobreza extrema.

"Por mais incrível que pareça - afirmou Velásquez -, essas crianças são vendidas pelos coyotes (traficantes de crianças) por um preço de 250 dólares aos granjeiros da área,



Milhões de crianças perambulam pela cidade, arriscando a vida diariamente

para serem empregadas na temporada de colheita". E nas granjas, os menores são intimidados para que não se queixem às autoridades pelos maus tratos que lhes dão. "O baixíssimo nível de instrução das crianças e o desconhecimento de seus direitos favorecem a atividade das pessoas inescrupulosas", declarou Velásquez.

As organizações sindicais solicitaram às autoridades mexicanas que cuidem dos direitos dos trabalhadores sem documentação que emigram para os Estados Unidos, em particular as crianças.

## NOTAS

### HONDURAS:

#### DESMATAMENTO E DESNUTRIÇÃO INFANTIL

Um recente estudo do Ministério de Saúde Pública de Honduras revelou que existem, nessa nação centro-americana, cerca de 300 mil crianças desnutridas. A pesquisa, de âmbito nacional, foi realizada por uma equipe de médicos e pesquisadores da Unidade de Ciência e Tecnologia do ministério. Uma das principais conclusões da equipe pesquisadora é que a maioria dos casos de mortali-

dade infantil está vinculada à desnutrição, que debilita o sistema imunológico.

Organismos especializados das Nações Unidas advertiram para o fato de que no sul de Honduras começou a se verificar um processo de desertificação e exortaram o governo a executar projetos de reflorestamento e de melhoria das bacias hidrográficas. Segundo se pôde constatar, nas diversas regiões pesquisadas, existe uma relação inversa entre os índices de desnutrição e o volume da produção agrícola. As zonas de menor produção agrícola sofrem problemas ecológicos devido ao desmatamento.

# "Os jovens são mais livres"

Reflexões de um dos mais prestigiados intelectuais venezuelanos, falecido recentemente

Orlando Araujo nasceu a 14 de agosto de 1928, no povoado de Calderas, estado de Barinas, na Venezuela. Formado, com grau máximo, em Economia e em Letras pela Universidade Central da Venezuela, da qual foi professor durante várias décadas, desenvolveu ampla atividade intelectual, jornalística, profissional e política. Com mais de dez livros publicados (entre eles, "Língua e criação na obra de Rómulo Gallegos", de 1955, "A palavra estéril", de 1966, "Contraponto da vida e da morte", de 1974), dezenas de ensaios e trabalhos de pesquisa sócio-econômica ("Caracterização histórica da industrialização na Venezuela", 1964, "Viagem a Sandino", 1985), Prêmio Nacional de Literatura 1974, Araujo sempre teve seu trabalho reconhecido, inclusive como docente.

Trata-se de "alguém que não apenas pesquisou e analisou os problemas do país e, em geral, da América Latina, como também os enfrentou nas ruas, com uma posição de inequívoca lealdade para com o povo e com



Orlando Araujo

as mudanças sociais", como afirma o editor do seu livro "Viagem a Sandino", um depoimento de grande valor estético e político sobre a revolução nicaraguense.

Em 1987, Araujo fez uma viagem pela América do Sul e, no Rio de Janeiro, nos concedeu uma entrevista exclusiva, depois de uma primorosa conferência feita no Pen Clube, sobre o papel do Grupo de Contadora no conflito centro-americano. O vertiginoso ritmo da redação de **terceiro mundo** fez com que esse material fosse relegado, diante de outros que sempre tinham mais urgência de publicação. O destino quis que, finalmente, suas palavras sejam publicadas agora, em caráter especial, com o uma homenagem póstuma. Pouco depois de regressar de sua viagem sul-americana, Orlando Araujo ficou doente e finalmente faleceu no final de 1987. Sem distinção de ideologias, foi amplamente homenageado na Venezuela, como um dos seus mais importantes intelectuais deste século. Estas são suas principais afirmações:

Beatriz Bissio

O escritor, de alguma forma, é uma consciência crítica da sociedade. E não estou falando de escritores militantes ou políticos. Às vezes, até o silêncio de um escritor tem um sentido. Existe a responsabilidade de se fazer o melhor uso da palavra, da parte de quem tomou a palavra como exercício estético, mas também ético."

Foi por ter esse tipo de atitude que Orlando Araujo foi detido. Ele explica: "Fui preso, mas não em função de uma militância política (pertencia ao Partido Comunista Venezuelano) e, sim, de um exercício jornalístico: eu dirigia um semanário, 'O que acontece na Venezuela', no qual se denunciou pela primeira vez a participação de militares venezuelanos em torturas. Fiquei um ano na prisão (1965-66), por 'difamação e calúnia contra as forças armadas'. Mas

nós tínhamos provas, documentos, das torturas no povoado de Lara. Denúncias feitas por oficiais militares. No entanto, a 'afrenta' era insólita: nós dávamos nomes e isso eles não iam perdoar tão facilmente. Nos detiveram, a mim e ao codiretor, Federico Alvarez, que foi diretor da Escola de Jornalismo da Universidade Central da Venezuela e tem um lindo livro sobre Andrés Bello<sup>1</sup>, sua tese de graduação no Chile".

## A esquerda latino-americana

"Tenho uma vida de militância e isso me permite afirmar que a esquerda chega a ser imbecil. O adjetivo parece forte, mas é isso mesmo. A esquerda não é incapaz. Ela é capaz, até demais, de contradizer com suas atitudes aquilo que dela se espera, em função dos objetivos que diz querer atingir. Se existe quem arrisca sua vida na militância nos partidos de esquerda e chega à luta ar-

mada, à guerrilha, e atinge o máximo nível da condição humana, que é dar a própria vida por uma causa, que se supõe seja em função dos miseráveis, dos mais pobres, do povo... como explicar que não façam outra coisa senão se destruírem uns aos outros como açougueiros? Esse é um problema sério na América Latina. Nunca consegui entender como pessoas, capazes de dar sua vida por uma causa tão bela, ao mesmo tempo sejam tão mesquinhas e fechadas em si próprias.

"Isso se reflete na imprensa de esquerda que, em geral, tem vida curta. A reduzida circulação das publicações de esquerda se deve a vários fatores, como a falta de dinheiro, a repressão, a censura, mas também - devo dizer - aos

<sup>1</sup> Jornalista, poeta, filólogo e estadista, nascido na Venezuela, em 1781 e falecido no Chile, em 1865. Trabalhou nos periódicos "Gazeta de Caracas", "El Crepusculo", e "El Araucano", e na Biblioteca Americana. Foi professor de Simón Bolívar, e depois seu colaborador.

estereótipos. Há artigos que, quando a gente lê a primeira linha, já se sabe a estrutura toda: inautenticidade na linguagem, sisudez na expressão, deificação ou idolatria da ideologia. Tudo isso inibe, imediatamente, o exercício da liberdade crítica, da imaginação, tão bela no jornalismo. Em geral, são jornais para convencer os já convencidos.

"Na Venezuela, a esquerda não é pequena. Tem uma liderança pequena. O povo sempre é o povo. Os trabalhadores, os humildes, que seguem os partidos de esquerda, são sofridos, vivem de um salário mínimo e estão dispostos a lutar. O problema são os dirigentes.

"Nós temos mortos nas montanhas, na Venezuela, mas isso não nos autoriza a achar que todos os que estão fora dos partidos de esquerda são de direita. Há partidos políticos, como a Ação Democrática (AD), que está no governo, que de alguma forma compensaram, na evolução histórica do século XX na Venezuela, as dificuldades da esquerda. A AD é um partido pluriclassista que, mesmo com uma ideologia social-democrata, tem conseguido avanços para o país, que a história reconhecerá, embora agora, no calor do debate político, seja difícil fazê-lo. E eu posso dizer isso com autoridade, não devo nada à Ação Democrática, ao contrário. Fui preso durante a gestão da AD - quando Carlos Andrés Pérez, que foi presidente anos depois e possivelmente torne a sê-lo, era ministro.

"Outros países da América Latina têm partidos conservadores. Na Venezuela, o partido que poderia ser incluído nessa definição, o Copei, tem vergonha de dizer que é conservador.

"Quem vai romper essa herança da esquerda são os jovens. Os alunos - com quem eu convivo na universidade e por quem sou permanentemente questionado, inclusive porque eu mesmo provooco esse questionamento - vêm as coisas sem os anteolhos que nós trazemos de uma ideologia mumificada. Mesmo se a morte for necessária na luta, os jovens desta geração que o novo século vem profetizando, levarão isso na esportiva, com muito mais naturalidade que nós, que temos sido um pouco "noveleiros", em todos os momentos da vida. As novas gerações estão muito mais livres das amarras, da linguagem apergaminhada e dogmática.

"Quer maior exemplo que aquele



vindo do próprio 'jovem' Gorbachev, que levou os ventos da renovação a um país orde, até pouco tempo, parecia que estava tuco congelado?"

#### A integração e a consciência latino-americana

"O tema da integração latino-americana me apaixona. Dei aulas, durante 27 anos, numa cadeira que se chama 'Formação social e econômica da América Latina'. Os antecedentes dos esforços atuais estão na reunião convocada por Bolívar no istmo do Panamá, que foi sabotada pelos Estados Unidos e também, em parte, pelo Brasil. Ou seja, vejo a disposição atual como a continuidade de um processo que ainda não se concretizou mas que, em algum momento, se tornará realidade. Aqui, então, meu reconhecimento ao Brasil de hoje, em seu empenho pela integração com a Argentina e Uruguai. E sua aproximação com o restante da América Latina.

"E o que significa Contadora? Significa a iniciativa de um grupo de países bolivarianos de dizer, conjuntamente, aos Estados Unidos: 'Senhores, vamos conviver, mas vamos nos respeitar. Vocês são uma potência mundial e conseguiram forjar uma linda estrutura de Nação. Mas isso não lhes dá nenhum direito de impedir que nós também sejamos grandes a nossa maneira'.



Simón Bolívar: um dos grandes inspiradores das teses de Orlando Araujo

"Sou otimista, embora ainda tenha minhas dúvidas sobre os prazos que serão necessários para atingir nossas metas. Vejo que existe uma consciência cada vez maior de que, isoladamente, dentro dessa artificialidade nacional, seremos apenas vítimas dos centros hegemônicos."

Ilustração: Jorge Arbach

## O escritor e o boxeador

Orlando Araujo



ção da riqueza. "Cerca de 12% da população venezuelana possuem 70% da receita e isso gera uma insatisfação social", esclarecia.

Durante o governo de Carlos Andrés Pérez, Araujo recebeu o Prêmio Nacional de Literatura da Venezuela (1974). A Unesco premiou seu livro "As viagens de Miguel Vicente Patacaliente" (1979), dedicado ao público infantil. No terreno da literatura infantil, tem outros livros publicados, como "O garoto e o cavalo" (1987), um dos últimos, além de vários inéditos.

"Não existe diferença entre um escritor e um boxeador", costumava afirmar Araujo. "Ambos têm de estar todos os dias utilizando as mãos, que os conduzirão ao sucesso ou ao fracasso".

□ Durante 27 anos, Orlando Araujo foi professor da Universidade Central da Venezuela, da Escola de Economia e da Escola de Letras, da qual foi diretor. A profissão de economista o conduziu aos estudos sociais. Juntamente com Armando Córdoba, um outro economista venezuelano, escreveu o ensaio "Sobre a integração da América Latina", em 1973. Em relação à realidade do seu país, escreveu "Operação Porto Rico sobre a Venezuela", um livro com um título "um pouco retórico", como ele mesmo o definia, que "se refere à entrega de nossas indústrias básicas ao capital estrangeiro", além de "Venezuela violenta",

1971, um trabalho no qual procura "demonstrar que a violência é consequência dos desajustes sociais, da má distribui-

Orlando Araujo

El Niño y  
el Caballo



# Sua pesquisa está mais fácil!

O Centro de Documentação de **terceiro mundo** coloca à disposição de estudantes, professores e pesquisadores, um **ÍNDICE** com todos os assuntos publicados pela revista **terceiro mundo**.

Além disso, dispõe para consulta de um acervo, reunido ao longo de 10 anos, de publicações como: revistas, jornais, relatórios, anuários, e informes especiais de vários países do mundo sobre a questão terceromundista.

Para pesquisas em nosso acervo de publicações, marque seu dia e hora pelo telefone (021) 242-1957 ou pessoalmente, com o responsável do setor em nossa sede.

Desejo receber o **ÍNDICE DE ASSUNTOS** da revista **cadernos do terceiro mundo**. Estou remetendo em anexo  vale postal (ag. Lapa) ou  cheque nominal à Editora Terceiro Mundo Ltda, no valor de Cr\$ 250,00.

Nome: .....

Endereço: .....

Bairro: ..... Cidade: .....

Estado: ..... CEP: .....

Profissão: ..... Tel.: .....

Assinatura

EDITORA TERCEIRO MUNDO LTDA. Centro de Documentação: Rua da Glória, 122 gr. 105 - Glória - CEP 20241 - RIO DE JANEIRO - Tel. (021) 242-1957.

Há sete anos, nas ruas de Santiago, um grupo de atores representa peças que desafiam Pinochet



Sarah Hautzinger\*

Metem-se na personalidade do ditador, com suas roupas características e uma máscara perfeita, feita em papel-machê, no parque mais frequentado da capital, pode não ser um ato de grande coragem. Mas, se em seguida se atira ao chão um boneco de figura humana, de tamanho natural, e começa-se a submetê-lo a torturas, enquanto se conversa com uma dama, vestida de forma ostensiva e vulgar — como é costume da esposa do general Pinochet —, se está, sem dúvida, arriscando sua própria segurança.

Isso é mostrado numa cena da peça "Krutânia", representada nas ruas de Santiago pelo grupo Teuco (Teatro Urbano Contemporâneo).

Se essa sátira, que narra o que ocorre, sob uma brutal ditadura im-

## As três opções do chiqueiro



"Não podemos nos permitir o luxo de ficar calados diante dos fatos"

plantada há 14 anos, num planeta imaginário chamado "Krutânia", deixar alguma dúvida de que está se referindo ao Chile de Pinochet, os atores do Teuco se encarregam de esclarecê-la totalmente. No final da representação, os atores tiram as máscaras e se dirigem à platéia, num tom sério: "Isso é só teatro, qualquer semelhança com pessoas ou situações da vida real é completamente INTENCIONAL!".

Por se tratar de uma atividade realizada em via pública e sem autorização, o teatro de rua, no Chile, é ilegal. Vendedores ambulantes e artistas que correm em disparada para as igrejas ou outros refúgios no centro da cidade, quando aparecem os *carabineros* (policiais militares), confirmam essa afirmação. Representar uma peça, que tem como assunto a tortura, a fraude eleitoral e o governo ilegítimo e que, no final, faz um chamado à imediata derrubada do despótico rei de Krutânia por meios democráticos, é uma transgressão às pouco permissivas regras que governam as ruas de Santiago, petrificadas pelo medo. Mas, depois de sete anos representando ao ar livre, os membros do grupo Teuco sabem muito bem os riscos que enfrentam e porquê fazem isso.

"Conviver com a morte"

Rodolfo Pereira, um dos mais antigos integrantes do grupo, nos diz: "Fa-

zemos teatro político nas ruas, para despertar a consciência das pessoas. Alguns pensam que somos demasiado pretensiosos; eu não acho. A repressão foi tão dura, houve tantos assassinatos, tanta tortura e o exílio foi tão maciço, que o chileno médio já não se comove; acostumou-se a conviver com a morte. O que nós procuramos dizer é: 'olhem, estamos em 1988 e a tortura continua, as pessoas ainda desaparecem, ainda se mata nas ruas. Não podemos nos permitir o luxo de ficar calados'".

Entre os que param para ver o trabalho do grupo, frequentemente, se infiltram os chamados "sapos", policiais disfarçados, o que também mostra que o público é representativo da realidade chilena. Quando uma presença desse tipo é detetada — e os atores desenvolveram uma sensibilidade especial para descobri-los —, a política adotada pelo grupo é não parar a representação, salvo se forem forçados a fazer isso. Pelo contrário, procuram desmascarar o policial, fazendo com que o restante do público o identifique. "Essa é a realidade, eles estão entre nós", reconhece Pereira. Num certo sentido, isso lhes dá segurança, pois é mais difícil prendê-los em meio a uma atmosfera de simpatia.

Por que o grupo Teuco adotou as ruas como palco, se o teatro em salas fechadas é mais condescendente, do ponto de vista da repressão? No início, a escolha obedeceu a uma motivação econômica. "Num país, cujos recursos

\*Jornalista norte-americana que vive no Chile

dedicados à arte são muito escassos e menores ainda se os artistas são opositores políticos, a rua aparecia como o espaço possível para escapar das dificuldades financeiras que as salas de teatro apresentavam". Roberto Pablo, um dos primeiros atores a reviver a representação nas ruas do Chile, depois do golpe de 1973, lembra que, em meio às dificuldades econômicas que enfrentavam, começaram a se perguntar por que não utilizar os espaços vazios. Fiel a suas origens, até hoje, cada uma das representações do grupo Teuco começa com o lema do conjunto: "Acharmos que a utilização da rua é um direito de cada cidadão, não o privilégio de uma minoria".

#### "Milhões de votos para mim"

Com o passar do tempo, os atores foram se convencendo de que a rua

oferecia uma perspectiva muito mais dinâmica e efetiva para o trabalho político do que os locais fechados. Comprovaram que a maior flexibilidade da censura, reinante nas salas de teatro, é compensada por uma menor potencialidade de fomentar o descontentamento político. Numa estrutura de classes extremamente polarizada, como a do Chile, apenas uma elite socialmente dominante tem condições de montar produções teatrais. Mais ainda, nas ruas, é possível conseguir a participação ativa dos espectadores, num grau que não acontece no teatro fechado, onde o palco atua como linha divisória estática e rígida entre os atores e o público.

Na representação de "Krutânia", o público participa de uma eleição entre o rei, Ferdinando, e a candidata democrata, "Dama Corazón". O público, invariavelmente, vota contra o rei, mas este, pulando de um lado para o outro,

grita: "Ganhei! Ganhei! Um bilhão de votos para mim!". Assim como Corazón Aquino fez por ocasião da eleição nas Filipinas, a Dama Democrática de Krutânia intercede perante o ditador, insistindo em que o povo manifestou sua opinião.

A alusão à situação nas Filipinas mostra como o grupo é capaz de disfarçar a situação que, na realidade, está mostrando. Ninguém se equivoca: o assunto é o Chile e os chilenos nunca deixam de se reconhecer nos detalhes que identificam o que está acontecendo com eles. A eleição fraudulenta não se refere às Filipinas, e sim ao plebiscito de 1980. A votação feita entre o público tende a estimular a reflexão sobre o próximo plebiscito de 1989.

Embora os integrantes do grupo Teuco achem que o silêncio é um luxo que eles não se podem permitir, o caminho escolhido para rompê-lo não é simples. Embora o investimento não chegue aos níveis necessários para montar uma peça num teatro fechado, mobilizar economicamente o projeto de um teatro de rua não é fácil. O dinheiro que os atores ganham, ao passarem o chapéu, deve pagar os figurinos e o transporte, os alugueis e os adereços. O pouco que sobra eliminou frutas e queijos da dieta dos membros do Teuco, para não mencionar carne e peixe. O grupo também não pode assistir a outras peças teatrais nem ir ao cinema, atividades recreativas para o comum das pessoas, mas que, no caso dos atores, se tornam uma exigência profissional imperativa.

#### A autocensura é inevitável

As dificuldades permanentes que o Teuco encontra para realizar seu trabalho acarretam uma constante ansiedade nos membros do grupo. Muitas vezes, a chuva lhes impede de trabalhar. Em outras ocasiões, não podem representar devido à vigilância policial ou manifestações de rua. O esforço realizado para apresentar suas peças nas chamadas *poblaciones* (favelas) ou em reuniões políticas já lhes deu bastante resultado, embora a ninguém ocorreria pensar que se trata de um trabalho seguro e rentável, principalmente se levarmos em conta as batidas policiais, que prenderam centenas de trabalhadores de rua,





Mesmo com certa autocensura, o teatro de rua chileno ainda se expressa livremente

inclusive atores não ligados à crítica política. O grupo Teuco soube ser muito cauteloso ou teve muita sorte. Provavelmente, ambas as coisas.

Os atores que integram o grupo expressam suas opiniões mais livremente do que a maioria dos chilenos, embora uma certa autocensura seja inevitável. Mesmo quando "Krutânia" sugere uma solução democrática para o Chile, os atores, pessoalmente, não são muito otimistas em relação à possibilidade de derrubar a ditadura num processo democrático. Em 1986, durante uma apresentação da peça no II Festival Anual Víctor Jara, alguns setores da platéia mostraram seu ceticismo diante da possibilidade de uma saída democrática para o Chile. Mas, no conjunto, a peça foi muito bem recebida.

Tradicionalmente, a dificuldade do trabalho artístico de denúncia política reside no perigo de se cair em simplismos. Isso pode deixar nas pessoas um sentimento de desesperança e consternação, ou então pode fazer a peça cair no panfletarismo, ficando privada de qualquer significado. O grupo Teuco evita a mensagem panfletária, fazendo um uso mais imaginativo da alegoria, dos figurinos, das máscaras, da sonoplastia, da dança e, sobretudo, do humor. Mas, quando cada representação acaba e se apagam as últimas gargalhadas, depois que se guardam as últimas moedas do chapéu, o público deve sair pensando.

#### O porco e os pintinhos

Atualmente, o grupo trabalha com uma nova peça que coloca o tema do

exílio. O enredo gira em torno de uma granja, na qual um porco sedento de poder se instala como governante e os pintinhos, amantes da liberdade, têm de fugir à noite. "Cocolina, pobre Cocolina" apresenta três possibilidades de conclusão. Os atores explicam ao público que é necessário fazer um esforço para conseguir acabar a peça, porque eles discutiram muito sem chegar a nenhum acordo. É necessária a opinião dos assistentes.

Um dos atores explica um final possível, no qual os animais se unem e fazem uma greve geral, com sucesso, que consegue forçar a convocação de eleições. Um segundo ator descreve uma solução violenta: acontece uma revolução que, finalmente, sai vencedora. A terceira possibilidade apresentada reflete um quadro mais próximo da realidade atual chilena: um estado de passividade resignada, onde os animais sobrevivem com a vaga esperança de que o porco morra logo. E termina: "Ninguém dizia nada; ninguém fazia nada porque... já não restava ninguém". Trágico silêncio. Em seguida, outro protagonista toma a palavra e se dirige ao público: "Bem, esses são os três finais possíveis que pensamos. Mas, depois de tudo, não somos nada mais do que um grupo de atores. Cada um de nós sabe o final que gostaria que ocorresse... E vocês?".

Pergunta crucial, com a qual o grupo Teuco atravessa o manto de silêncio das noites de Santiago, dia após dia. Depois de assistir à representação, um espectador exclamou: "Se todos no Chile fôssemos como eles, não estaríamos vivendo neste chiqueiro há 14 anos".

## NOTAS

### IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE TRADIÇÃO ORIXÁ

Sacerdotes superiores (babalaôs) da religião iorubá, em Cuba, afirmaram estarem se preparando para a realização, este ano, em Havana, do IV Congresso Internacional de Tradição Orixá.

Os babalaôs ("pais do oculto") cubanos esperam que a data definitiva e a agenda de trabalho desse congresso seja decidida por uma comissão procedente da Nigéria, que visitará a capital cubana em breve.

Na cidade nigeriana de Ifé se encontram as raízes da civilização iorubá, cujo rei, Oba Sijuwade Oluboshe II, visitou Cuba em meados do ano passado, ocasião em que se aventou a possibilidade de realizar o congresso em Havana, em 1988.

O sacerdote superior Reynaldo Blayo disse à agência "Prensa Latina" que a primeira edição desse encontro iorubá a nível internacional se realizou em Ifé, em 1981, seguido de outro aqui na Bahia, ao qual assistiu uma representação cubana, e ainda um terceiro nos Estados Unidos.

Blayo afirmou que os iorubás cubanos vêm trabalhando, desde 1985, em função de "ganharmos o respeito do nosso povo" e fez especial empenho em ter a liberdade de realizar os seus ritos, inclusive o sacrifício de animais, porque é um direito estabelecido na Carta Magna do seu país.

"Em nenhum momento, desde o triunfo da Revolução até agora — destacou Blayo —, houve restrição à celebração dos ritos iorubás. Nós sabemos que em outros países se proíbem, por exemplo, as oferendas de animais."

O artigo 54 da constituição cubana "reconhece e garante a liberdade de consciência, o direito de cada um professar qualquer crença religiosa e a praticar, dentro do respeito à lei, o culto de sua preferência".

O culto iorubá chegou a Cuba com os escravos trazidos da África durante a colonização e, até hoje, se mantém quase inalterado, exceto algumas mudanças na fonética, em relação com a vigente na Nigéria.



# Os códigos da ecologia

Paulo Ramos Derengoski

A palavra "ecologia" vem do grego *oikos*, que significa o lugar onde se vive, a casa de moradia, a residência. É lógico, porém, que o local de habitação do homem é o planeta Terra, onde todos os seres vivos mantêm uma inter-relação indispensável e obrigatória.

Já o significado da expressão "meio ambiente" se aproxima da palavra alemã *umwelt*: o mundo circundante, o *ambulare* dos etimologistas – o mundo visto como proximidade, contato, integração.

É isso aí. Nos últimos 10 anos, essa palavrinha "ecologia" tornou-se moda, sendo usada (e abusada) pelos meios de comunicação e por gente que, muitas vezes, nem desconfia de seu real significado. E o pior: com a maioria dos artigos publicados sobre o assunto sendo escritos num novo dialeto – o "ecologuês" – de difícil compreensão ao comum dos mortais.

Afinal, o que vem a ser – na prática – a ecologia? Seria apenas uma ética com vistas à proteção da natureza? Seria uma estética contestatória? Ou um movimento romântico de retorno à natureza? Uma ciência? Uma filosofia de novo tipo? Uma mensagem?

Na verdade, talvez a ecologia seja um pouco de tudo isso, algo com um corpo de conhecimentos ainda não bem definido, com uma metodologia recente. Com uma estória breve, porém movimentada e que certamente terá grande peso no futuro da humanidade.

Não poderia ser diferente: a ecologia só explodiu agora, só cresceu graças ao recente desenvolvimento da botânica, da zoologia, da geografia, da bioquímica etc. Mas, sobretudo, ela encontrou sua verdadeira vocação, diante da crescente destruição sistemática e da agressão brutal à natureza. Nesse sentido, ela representa cada vez mais um anseio exis-

tencial – e político – das novas gerações preocupadas com a preservação do bem mais precioso que existe: a vida.

Sintomaticamente, a ecologia se desenvolveu muito graças a um jovem escritor que morreu aos 27 anos, Raymond Lindman, o primeiro a definir, em 1942, a palavra-chave "ecossistema", que é a base do estudo de toda a ecologia moderna.

O ecossistema é uma entidade circunscrita no espaço e no tempo, abrangendo todos os organismos que o habitem, envolvendo numa malha as relações entre esses organismos e as condições reais. Nele, o todo representa mais do que a soma das partes, porquanto o essencial reside na integração dos elementos que o compõem. E só agora é que o funcionamento de certos "ecossistemas" – como os desertos, as florestas, os estuários etc. – começam a ser compreendidos.

## As chaves da linguagem ecológica

Eis algumas chaves desse misterioso dialeto, o ecologuês:

**Ambiente** – o conjunto de agentes físicos, químicos, biológicos etc., com efeitos diretos (ou indiretos) sobre todos os seres vivos.

**Aeróbio** – organismo que necessita, de uma forma ou de outra, do oxigênio do ar para poder sobreviver na sua luta pela vida.

**Biodegradação** – decomposição de um ou mais compostos em suas diversas e variáveis partes constitutivas.

**Biosfera** – fina camada superficial do planeta, incluindo solo, ar e água, na qual há condições para alimentação e sobrevivência dos seres vivos.

**Banco genético** – área específica de preservação das espécies vivas, ameaçadas ou não de extinção.

**Cadeia alimentar** – a série de transferências de alimentos de um organismo para outros.

**Ciclo biogeoquímico** – a série de estados que atravessam os elementos da biosfera, numa espécie de engrenagem perfeita, como num relógio.

**Disclímax** – situação que se estabelece quando um ecossistema é violentado por influências externas, que impedem os "ciclos".

**Ecossistema** – unidade básica da ecologia que reúne determinadas comunidades vivas. Um pantanal, um deserto, são ecossistemas.

**Entropia** – lei da biosfera que confirma o fato da energia sempre se esgotar – de formas mais concentradas para formas menos concentradas.

**Fitozoplâncton** – conjunto de microrganismos do reino animal e vegetal que vivem em suspensão nas águas e que servem de alimentos a outros organismos.

**Habitat** – parte do ecossistema no qual vive um determinado tipo de organismo, que, ao ser destruído, pode levar à extinção de uma ou mais espécies.

**Pesticidas** – substâncias químicas venenosas, utilizadas para combater pragas, mas que acabam por escorrer para rios, estuários e mares, destruindo tudo.

**Predação** – a eliminação de uns animais por outros. É necessária mas, quando alterada, pode acabar com espécies inteiras.

**Ramo** – divisão do reino animal ou vegetal que, por sua vez, poderá se subdividir em classes, ordens, famílias, gêneros e espécies.

**Tecnosfera** – o conjunto do sistema tecnológico montado pelo homem e que, se for mal conduzido, destruirá a vida, que só sobrevive na fina camada da biosfera.

Essas são apenas algumas palavras. Mas, da luta entre a tecnosfera e a biosfera, no impacto cada vez mais brutal e avassalador da primeira sobre a segunda, será decidida a sobrevivência das espécies. ●

# SUPLEMENTO

## BRASIL

### CADERNOS DO **terceiro mundo**



**BOLÍVIA**  
A esquerda no rumo do poder

**O** século de abolição da escravidão lança ao Brasil o desafio de olhar o passado, estudar o presente e projetar o futuro. O que nos quer dizer a realidade das massas negras e o sentido de sua conscientização e crescentes movimentos reivindicatórios? Encaixam-se naturalmente a situação da imensa parcela negra e o mito da democracia racial?

A ampla reportagem que abre este **Suplemento Brasil** é mais uma contribuição de **terceiro mundo** ao debate de um dos temas mais importantes para a democracia brasileira: esta jamais se afirmará, enquanto houver massas de deserdados, e nelas a imensa comunidade negra.

O centenário que se celebra neste ano parece ter o destino de servir de marco, não a partir de uma ótica senhorial e utilitária, como a do 13 de maio de 1888, mas, a partir da reflexão negra, a cada dia mais abrangente e que se integra na visão libertadora do conjunto dos deserdados do país. É inegável que uma efervescência se dá em todos os níveis e em todos os setores, dos campos às fábricas, das escolas às igrejas. É uma reflexão social que vai ganhando forma, no conjunto das lutas populares.

Esperamos que a reportagem especial possa contribuir para o debate de questão de tal urgência.

#### **O racismo envergonhado**

*Um século depois, a reflexão sobre as realidades da cor num país tropical*  
p. 46-54

#### **Insólita grilheta - Crônica de Luanda**

*O escritor angolano Manoel Rui Monteiro reflete sobre a questão racial no Brasil*  
p. 55-57

#### **O massacre dos ticunas**

*Atacados por gente das madeiras, 14 morrem no interior do Amazonas*  
p. 58-62

#### **Brasília, capital para sempre**

*Aos 28 anos, Brasília já é monumento e eterna, mas pulsa de vida*  
p. 65-67

#### **Abril**

*Acontecimentos marcantes do mês que passou*  
p. 68-69

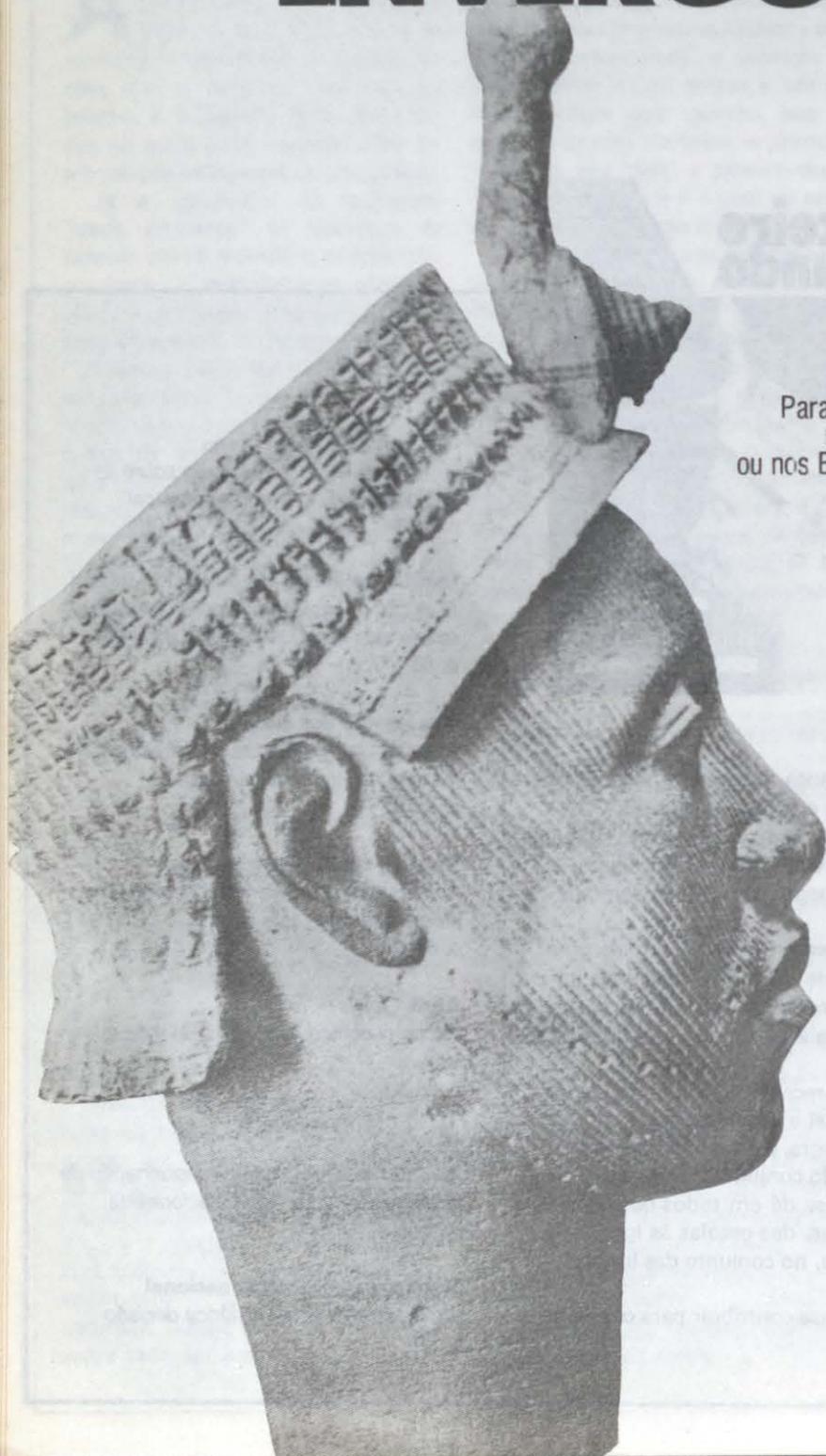
#### **Opinião**

*Neiva Moreira comenta a reaglutinação de uma Frente Parlamentar Nacionalista*  
p. 70-71

#### **Mineração, o controle nacional**

*A Constituinte adota histórica decisão*  
p. 72

# O RACISMO ENVERGONHADO



Para os negros brasileiros, no país se pratica um racismo pior do que na África do Sul de hoje, ou nos Estados Unidos de alguns anos atrás, porque os brancos conseguiram um feito inédito no mundo: que os negros tenham o medo de se proclamarem negros para não serem chamados de racistas

Carlos Castilho

**C**em anos depois de serem declarados livres, os negros brasileiros ainda se consideram escravos do preconceito racial. Pela lei, os descendentes de africanos são iguais a qualquer outro brasileiro, mas, na prática, sofrem uma discriminação que eles classificam como a pior do mundo, porque é velada, difusa e paradoxal. Até entre os negros há uma negação da existência de um problema racial. Para alguns intelectuais negros brasileiros, um dos maiores paradoxos é o fato dos descendentes dos antigos escravos procurarem negar a sua origem africana e evitarem a afirmação de seus valores culturais, temendo serem chamados de racistas.

Mas os paradoxos não param aí. O Brasil é a segunda nação do mundo em população negra, perdendo em número



apenas para a Nigéria. Tem muito mais negros que os Estados Unidos e a África do Sul, mas, apesar disso, não produziu até agora nenhum líder como Martin Luther King ou uma personalidade como Desmond Tutu. No Brasil, os negros formam, no mínimo, 40% da população total, mas nunca conseguiram eleger um governador de estado, enquanto nos Estados Unidos, onde os negros são 25% da população, Jesse Jackson postula a presidência da República.

A lei brasileira garante a igualdade de oportunidades para brancos e negros, mas no país não existe nem uma sombra do capitalismo negro da África do Sul, onde a segregação é rígida e a ascensão social ferreamente controlada. Apesar da ausência de barreiras da cor, no Brasil não existe nenhuma universidade negra e o grau de escolaridade dos descendentes de escravos é muito menor do que os não-brancos sul-africanos, que têm mais de uma universidade.

Quase inacreditável é o fato, admitido por muitos negros brasileiros, de que têm medo de desconhecidos com a mesma cor da pele. Cu ainda a espantosa declaração de uma negra brasileira casada com um suíço que garante ser mais respeitada nos países escandinavos da Europa do que no Rio de Janeiro, onde a situação mais amena por que passou, foi a de ser tratada como babá do próprio filho.

### O racismo que deu certo

"Uma das poucas coisas que deu certo no Brasil foi o racismo", admite com ousada franqueza Januário Garcia, presidente do Instituto de Pesquisa de Culturas Negras (IPCN), no Rio de Janeiro. Conhecido em todo o país por ter aparecido num anúncio do governo na televisão sobre o centenário da abolição da escravatura, Januário reconhece que a elite branca no Brasil foi extremamente inteligente e hábil, ao elaborar um sistema discriminatório, que se baseia

fundamentalmente numa negação da existência de qualquer segregação baseada na cor da pele. "Os fatos que mostram a discriminação estão à vista de todos. Para dar apenas um exemplo entre milhares, basta dizer que o Brasil é um dos poucos países onde existem descendentes de africanos, mas é muito difícil encontrar um garçom negro num restaurante, mesmo os mais modestos.

### Os descendentes dos antigos escravos procuram evitar a afirmação dos seus valores culturais, temendo serem chamados de racistas

Anno XIV Rio de Janeiro - Segunda-feira, 14 de Maio de 1888 N. 135

REGISTRADA PARA A CORTE FEDERAL DE APPELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

REGISTRADA PARA A PROVICIA DE PERNAMBUCO

REGISTRADA PARA A PROVICIA DE PARANÁ

REGISTRADA PARA A PROVICIA DE SANTA CATARINA

REGISTRADA PARA A PROVICIA DE SÃO PAULO

REGISTRADA PARA A PROVICIA DE RIO DE JANEIRO

REGISTRADA PARA A PROVICIA DE BAHIA

REGISTRADA PARA A PROVICIA DE MINEGROS

REGISTRADA PARA A PROVICIA DE GOUERNO DO RIO GRANDE DO SUL

REGISTRADA PARA A PROVICIA DE MATO GROSSO DO SUL

REGISTRADA PARA A PROVICIA DE MATO GROSSO DO NORTE

REGISTRADA PARA A PROVICIA DE GOIÁS

REGISTRADA PARA A PROVICIA DE TOCANTINS

REGISTRADA PARA A PROVICIA DE PIAUÍ

REGISTRADA PARA A PROVICIA DE ALAGOAS

REGISTRADA PARA A PROVICIA DE SERGIPE

REGISTRADA PARA A PROVICIA DE PERNAMBUCO

REGISTRADA PARA A PROVICIA DE PARANÁ

REGISTRADA PARA A PROVICIA DE SANTA CATARINA

REGISTRADA PARA A PROVICIA DE SÃO PAULO

REGISTRADA PARA A PROVICIA DE RIO DE JANEIRO

REGISTRADA PARA A PROVICIA DE BAHIA

REGISTRADA PARA A PROVICIA DE MINEGROS

REGISTRADA PARA A PROVICIA DE GOUERNO DO RIO GRANDE DO SUL

REGISTRADA PARA A PROVICIA DE MATO GROSSO DO SUL

REGISTRADA PARA A PROVICIA DE MATO GROSSO DO NORTE

REGISTRADA PARA A PROVICIA DE GOIÁS

REGISTRADA PARA A PROVICIA DE TOCANTINS

REGISTRADA PARA A PROVICIA DE PIAUÍ

REGISTRADA PARA A PROVICIA DE ALAGOAS

REGISTRADA PARA A PROVICIA DE SERGIPE

# BRAZIL LIVRE

## TREZE DE MAIO

### EXTINÇÃO DA ESCRAVIDÃO

LEI N. 3553 DE 13 DE MAIO DE 1888  
DECLARA EXTINTA A ESCRAVIDÃO NO BRAZIL

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.  
RODRIGO AUGUSTO DA SILVA.

TRANSITO EM 13 DE MAIO DE 1888.

### A JOSÉ DO PATROCÍNIO, A GAZETA DE NOTÍCIAS

**JOSÉ DO PATROCÍNIO**

Este é o nome de um jornal que se publica em São Paulo, e que tem por objecto a defesa dos interesses da classe média e alta da cidade. O jornal é dirigido por José do Patrocínio, um dos mais famosos jornalistas brasileiros da época. O jornal é conhecido por sua linguagem satírica e crítica, e por sua defesa da liberdade de imprensa e da constituição da república.

### Fac-símile da "Gazeta de Notícias" do dia 14 de maio de 1888

Não há uma explicação racial para isso, salvo a sensação nunca explicitada de que ninguém gosta de ser servido por uma mão preta, o que, no subconsciente geral, está associado à sujeira".

Ainda segundo Januário Garcia, a prova mais evidente da sofisticação do racismo brasileiro está no fato de sem-

pre que um negro procura mostrar a diferença, afirmar a identidade étnica e propor uma ação baseada na unidade de raça, ele é acusado de racista. "Ficamos num beco sem saída, porque sofremos o racismo, vivemos suas consequências no dia-a-dia, mas qualquer iniciativa para superar os aspectos mais chocantes tem que contar com a participação dos brancos, de preferência ser uma iniciativa deles, senão é imediatamente taxada de racista, o que, na cabeça das pessoas, equivale a chamar de divisicnista, separatista ou contestatório. Por incrível que pareça - continua Januário - não são poucos os negros que pensam da mesma maneira".

Para o ex-deputado federal negro Abdias do Nascimento, o mito da democracia racial no Brasil é o principal responsável pelo mascaramento do racismo no país. "Os anglo-saxões sempre foram considerados os melhores racistas no período colonial, porque conseguiram implantar, à força, na África, Ásia, América e até na própria Europa, uma estrutura de dominação onde todos sabiam qual era o seu lugar. Mas, hoje, eu acho que os portugueses usaram o fato de serem maus colonos para conseguirem, provavelmente sem saber, impor um sistema muito mais eficiente e que provavelmente vai durar muito mais do que o apartheid".

O historiador negro Joel Rufino dos Santos acredita que o colonialismo lusitano logrou implantar a tão decantada "convivência racial tranquila" porque não era tão poderoso economicamente e nem tão arrogante socialmente quanto o colonialismo inglês. O colono português que veio para o Brasil já era fruto de miscigenação racial, logo, menos inclinado a aceitar idéias de eugenia ou superioridade étnica. "Mas existe um outro fator muito



Januário Garcia: "No Brasil, o racismo deu certo"

## O 13 de Maio

□ José Bonifácio de Andrada e Silva, o artífice da independência, sustentou a necessidade de abolição da escravatura e da redistribuição da terra. Julgava que o Brasil, para tornar-se verdadeiramente independente, precisava tanto da independência econômica como da independência política. Vivera vários anos na Europa e acompanhara a Revolução Francesa em todas as suas fases. Entretanto, as teses de José Bonifácio foram desprezadas pois não convinham à classe social que terminou por deter o poder econômico e político depois da independência.

A monarquia no Brasil jamais gozou de popularidade. Apoiava-se nos grandes latifundiários e senhores de escravos. As campanhas pela abolição e pela república tiveram apoio popular, e a monarquia viu-se obrigada a ceder às pressões internas e externas no tocante à abolição da escravatura. Foi levada a promulgar as leis da proibição do tráfico, do ventre livre e da libertação dos sexagenários, antes de decretar a abolição definitiva. Adiou tanto quanto pôde a solução do problema. A *Lei de 13 de maio* não foi como disse o barão de Cotegipe à princesa Isabel, o que apressou a queda da monarquia. Com a abolição, a princesa tentou, já tarde, impedir o desmoronamento do regime. Nesta época, o movimento abolicionista empolgava o país. As rebeliões de escravos dificilmente eram dominadas. O exército, sob a liderança de Deodoro da Fonseca e Benjamim Constant, recusava-se a tomar o partido dos escravocratas, negando-se a desempenhar o papel humilhante de capitão-do-mato, como ficou constatado na reunião do Clube Militar em outubro de 1887.

Durante todo o regime monárquico, o ordem interna foi perturbada pelas rebeliões dos escravos. São incontáveis os movimentos de revolta. Não só os que se restringiam a esta ou àquela fazenda, como também os que chegavam a conflagrar uma vasta região. A paz idílica entre senhores e escravos, de que falam alguns autores, só existiu nos seus livros. Afrontando a tortura e morte, os escravos lutaram pela sua emancipação de maneira trágica e heróica. Os instrumentos de tortura existentes nos museus são provas de ferro e de couro de crueldade dos senhores.

Edmundo Muniz - "Canudos: A guerra social" - 2ª edição - 1987

importante - continua Joel -, que é o fato do Brasil ser uma nação recente. Os historiadores garantem que o processo de formação da nacionalidade começou com a abolição da escravatura em maio de 1888, e existem alguns que chegam a classificar o Brasil como uma nação inconclusa, onde as estruturas sociais ainda não estão consolidadas".

Mas o próprio Rufino acrescenta outros dados para uma explicação sumária das origens históricas do racismo brasileiro. "A colonização brasileira foi do tipo medieval, altamente hierarquizada no sentido horizontal, quase que lembrando o sistema de castas. Já o colonialismo anglo-saxão foi capitalista, onde, além da hierarquização horizontal, havia uma separação vertical, o que permitia que, por exemplo, dentro da coluna negra, rigidamente segregada da branca, houvesse no entanto a possibilidade de uma ascensão vertical, desde que não ocorresse uma extrapolação para a outra coluna".

Nessas circunstâncias, foi fácil o surgimento da teoria do "branqueamento", defendida pela maior parte dos intelectuais da elite brasileira no período pós-independência e pós-abolição. A teoria dizia que, por causa da miscigenação racial, a população negra acabaria sendo absorvida pela branca. Abdias do Nascimento, em seu livro "O Negro Rebelde", reproduz o pronunciamento do delegado brasileiro (um branco) num congresso sobre racismo realizado na Inglaterra em 1911, no qual afirmava-se textualmente que "até o ano 2000 não existiriam mais negros no Brasil".

O "branqueamento", por sua vez, deu origem aos conceitos sobre a democracia racial e, mais tarde, à famosa tese de Gilberto Freire sobre o mulato claro, supostamente o futuro padrão étnico da sociedade brasileira. Todas essas idéias serviram para criar uma grande confusão sobre a questão negra no Brasil e, principalmente, dissimular o racismo existente na prática. A idéia de democracia racial ganhou ares de verdade incontestável, até mesmo entre a esquerda brasileira e, com isso, todos se sentiram isentos de pensar no problema étnico.

Segundo Joel Rufino dos Santos, "já que existia igualdade para todos, não havia necessidade de fixar regras, o que acabou gerando uma grande desmobi-

zação". Nos Estados Unidos, ao contrário, as regras foram fixadas pelos brancos para proteger sua hegemonia, mas essa atitude teve um efeito paradoxal, pois deixou aos negros uma margem de liberdade de organização e pensamento que não foi dada no Brasil. Para a sociedade anglo-saxã, era importante que o negro soubesse o seu lugar, com regras fixadas até mesmo na Constituição e nas leis. Só que essa minúcia, ao fixar as relações sociais, acabou dando aos negros uma identidade que eles, até hoje, lutam para conseguir no Brasil.

A identidade dentro de uma sociedade que proclamava serem todos iguais perante a lei, deu aos negros norte-americanos os motivos para reclamar a igualdade, e daí surgiram os conflitos. Esses conflitos aumentaram a união interna e criaram as condições para o surgimento, tanto de líderes como de pensadores. "Paradoxalmente — afirma Rufino —, a existência de choques étnicos em países como Estados Unidos e África

Negros e mulatos sofrem igualmente no *apartheid*. Fica portanto mais fácil formular estratégias de luta. Nos Estados Unidos, também existe uma identidade social entre negros e mestiços, mas no Brasil a situação é diferente. Um mulato claro tem mais facilidade para ascender na escala social do que o negro puro. No Brasil, houve uma perda de identidade cultural. O negro que sobe na escala social perde a sua identidade. A classe média negra no Brasil é a primeira a renegar a sua origem para adotar os padrões do branco, mesmo que isso acabe se revelando uma ilusão facilmente verificável no dia-a-dia",

**Rufino: "A colonização brasileira foi do tipo medieval, hierarquizada horizontalmente, quase como o sistema de castas"**



Abdias do Nascimento: "O racismo é mascarado"

ca do Sul fez e faz com que o racismo, nesses lugares, tenha sido ou ainda seja mais franco, mais aberto e consequentemente dê mais meios, para quem está perseguido, de se defender. No Brasil, como não existe conflito aberto, não há a mobilização dos negros e, portanto, é maior a dificuldade para que a discriminação seja superada. O paradoxo pode ser este: quanto menos conflito racial, mais o racismo é eficaz".

"Na África do Sul, o negro luta contra uma coisa visível, o racismo está em todos os lugares e atinge a todos os que não são considerados brancos puros.

gerante Januário Garcia.

#### O preço da raça

A negra gaúcha Elizabeth Zobrist provou na carne o preço do racismo no Brasil. Casada com um sulço, depois de viver 10 anos na Europa, ela voltou e resolveu morar no Rio de Janeiro, onde abriu uma agência de turismo para viajantes europeus. Depois de três anos de trabalho, Elizabeth botou à venda sua agência de turismo e quer voltar para a Europa, cansada de tanto ser discriminada e maltratada.



"Em todos os restaurantes que eu frequento com meu marido, com exceção de um ou dois, ele sempre é servido antes de mim, embora a regra internacional seja mulheres primeiro. Nas lojas, sempre que peço para ver uma roupa, a vendedora diz invariavelmente o preço antes de mostrar a peça, numa evidente demonstração de má vontade e um gesto mudo para dizer: 'Você não tem dinheiro para comprá-lo, logo nem adianta ver o produto'..

Elizabeth passou um vexame ainda maior numa boate granfina quando, ao pagar a conta, o marido deu o cheque para o garçom preencher e depois pediu que ela assinasse. A gerência não aceitou o cheque assinado por uma negra e, não contente com isso, mandou a segurança pôr Elizabeth na rua, enquanto o marido ficou preso até que a polícia viesse soltá-lo e esclarecer a confusão.



Joel Rufino: "Colonização do tipo medieval"

Casos como esse não são raros em se tratando de negros com padrão de vida alto. Mas entre os assalariados pobres, eles são uma rotina.

Há três anos funciona no Instituto de Pesquisas de Culturas Negras (IPCN) um departamento chamado "SOS Racismo", que recebe denúncias de práticas discriminatórias ilegais e procura atender os prejudicados. É a primeira tentativa de recolher denúncias diretas e contabilizar o racismo numa cidade como o Rio de Janeiro. Até as delegacias policiais evitam fazer registros de violação da lei contra o racismo, procurando



Que democracia racial é essa?

sempre forçar um acordo entre as partes. Como, na maioria dos casos, a parte discriminada é pobre ou tem poucos recursos, ela raramente decide levar o caso adiante e a questão morre sem ser divulgada.

No dia 19 de abril, o "Jornal do Brasil", baseando-se em dados do "SOS Racismo", divulgou o caso de Willis da Silva, desempregado negro de 24 anos, que foi preso na porta de sua casa na favela de Vigário Geral, enquanto ouvia rádio. Os policiais nem chegaram a pedir seus documentos, e ele foi diretamente encaminhado ao carro da patrulha e dali para a delegacia, onde ficou detido durante 13 dias sem culpa formada. Willis foi mais uma vítima do chamado "delito de vadiagem", uma permanente ameaça a todo negro pobre que não conseguir provar rapidamente como e onde trabalha. Para o "SOS Racismo", a aplicação do princípio da vadiagem é a versão brasileira da lei do "passe" sul-africana, pois o negro que não tiver carteira de trabalho atualizada pode ser preso sumariamente sem direito a fiança, conforme uma lei do Código Penal, em vigor desde 1941.

Nos próprios organismos encarregados de aplicar a lei da vadiagem, existe

uma segregação de fato. Cerca de 70% dos suboficiais e praças da Polícia Militar do Rio de Janeiro são negros ou mulatos, mas no nível da oficialidade, a proporção cai para 10%. Existe assim um funil e um filtro onde é feita a separação, uma vez que a maioria esmagadora dos oficiais da PM carioca faz carreira desde a tropa. Embora a corporação negue qualquer prática discriminatória, são constantes as queixas dos movimentos e organizações negras de que, para a polícia, "todo preto é culpado ou suspeito até prova em contrário".

#### A prova do crime

O fato da discriminação contra o negro no Brasil ter sido mascarada através da difusão do mito da democracia racial contribuiu para tornar ainda mais confusa a questão, que já era complexa por causa do envolvimento do fator econômico e do educacional. Dificilmente, um ato de discriminação é claramente configurado como racismo, pois em geral o responsável justifica com outras razões. Em março, a negra Vera Lúcia Ferreira foi proibida de usar o elevador social do prédio onde trabalha como doméstica, mesmo estando o elevador de serviço enguiçado. Ela resistiu alegando racismo, mas a questão morreu depois que o síndico do prédio justificou a proibição alegando que ela não estava uniformizada.

Januário Garcia dá um outro exemplo: "Na maioria dos restaurantes da classe média alta do Rio de Janeiro, existe uma regra não-escrita que reserva 10% das mesas para negros. Se essas mesas já estiverem ocupadas, qualquer freguês negro que chegar será barrado sob a alegação de falta de reserva. Se insistir e alegar discriminação, o maître mostra as mesas já ocupadas com negros, mesmo que existam outras vazias".

Para Abdias do Nascimento, "o negro brasileiro não tem o direito de defesa, porque qualquer tentativa de resistência é logo enquadrada noutra categoria. Aqui sofremos um racismo muito pior do que na África do Sul e Estados Unidos, justamente porque se estabeleceu que não existe esse problema. Logo, quem quiser invocá-lo, desafia uma regra sagrada, pois tenta trazer à tona

uma questão que a elite branca decidiu que não existe. O próprio negro acabou assumindo os valores dominantes".

A decisão da Assembléia Nacional Constituinte de considerar inafiançável o crime de racismo — uma iniciativa do deputado negro Carlos Alberto de Oliveira, Cao (PDT, RJ) — vai ter pouco impacto na situação real do negro brasileiro, embora tenha sido considerada um avanço. Na verdade, segundo um advogado do foro do Rio de Janeiro, 80% dos registros policiais da cidade envolvem pessoas "de cor". O negro passou a ser associado com o crime e a violência. "Eu, que sou negro — diz Januário Garcia —, se estiver andando sozinho numa rua escura à noite e encontrar um outro negro vindo na direção contrária, morro de medo. E ele também. Existe uma forma mais sutil de racismo como este, em que o próprio negro assume o preconceito dos brancos?".

#### O branqueamento do carnaval e do futebol

Apesar dos negros estarem fazendo cada vez mais força para afirmarem a sua identidade e os seus valores étnicos, para destruir os preconceitos impostos pela sociedade, eles estão perdendo a batalha em duas atividades com as quais eles, até bem pouco tempo atrás, se confundiam. O carnaval e o futebol eram, no Brasil, uma espécie de monopólio negro, mas, nos últimos dez anos, a situação mudou radicalmente. Hoje, já existem quase tantos brancos quanto negros no desfile das escolas-de-samba do primeiro grupo no carnaval carioca. E o futebol, que imortalizou a figura negra de Pelé, tem hoje como ídolo o branco Zico. João Saldanha, o mais antigo e respeitado comentarista de esportes do Brasil garante que, até a década de 70, os jogadores negros de futebol formavam a maioria nas equipes brasileiras. Hoje, eles caíram para 40%, em média, nos times que disputam o campeonato nacional.

Januário acha que esse "branqueamento" do futebol e do carnaval é o resultado de um processo econômico, onde a classe dominante branca acabou impondo a sua imagem. "Carnaval e futebol se tornaram dois carros-chefes na televisão, e com isso deixaram de ser

atividades marginais para entrar para valer no sistema de mídia. E aí, lentamente, eles foram perdendo as suas características originais. Branco gosta de ver branco na tv, e os negros foram assim empurrados para os bastidores. Nas escolas-de-samba, os pretos não têm dinheiro para comprar fantasias de luxo, mas são eles que, nos bastidores, garantem a espinha dorsal de uma escola-de-samba. Muitos negros começaram a ganhar dinheiro fazendo fantasias para os brancos e aí o ciclo se fechou. Mas, nas escolas que não aparecem na televisão, os negros continuam

**Abdias: "No Brasil, as lideranças negras ainda estão preocupadas em conscientizar os próprios negros da existência do óbvio"**



**"Aqui sofremos um racismo pior do que na África do Sul, porque se diz que ele não existe"**

maioria esmagadora".

No futebol, a diminuição da presença negra nos grandes times é atribuída à redução do número de campos de futebol nos subúrbios e o aumento das chamadas "escolinhas". A especulação imobiliária acabou com os espaços livres onde os meninos negros pobres jogavam seu futebol e se preparavam para ser astros. Hoje, eles já não têm mais onde jogar e, se quiserem entrar para algum grande clube, têm que sair dos bairros pobres da periferia e ir até os estádios que ficam, em geral, dentro do perímetro urbano. O transporte e o custo do material esportivo fazem com

que a maioria acabe desistindo, enquanto o garoto branco não tem problemas para frequentar as escolinhas. "Quando o branco não havia comercializado o futebol, o negro jogava para conquistar prestígio e afirmação. Depois, os brancos descobriram que dava para ganhar dinheiro com o esporte e, aí, o negro começou a sumir. Branco sempre soube melhor como ganhar dinheiro neste país", garante João Saldanha.

#### **Começando do zero**

Na África do Sul e nos Estados Unidos, os negros não se preocupam com o que pensam os brancos, porque o racismo está ou esteve mais do que claro. "Os negros sul-africanos e norte-americanos estão hoje preocupados em conquistar a opinião pública branca para suas idéias, como acontece com o pastor Jesse Jackson ou o bispo Desmond

Tutu, enquanto aqui no Brasil, as lideranças negras ainda estão preocupadas em conscientizar os próprios negros da existência do óbvio", desabafa o ex-deputado Abdias do Nascimento.

"Na África do Sul e nos Estados Unidos - continua Abdias - os negros lutaram e morreram pelo fim do racismo. Aqui no Brasil, se matam os negros, sem que a vítima saiba que foi eliminada por causa da cor de sua pele. Aqui se mascara tudo, se mistura tudo e a consequência é que o negro tem diante de si a enorme tarefa de mostrar que existe racismo. Tivemos, inclusive, de lutar muito contra a própria esquerda para



convencê-la de uma coisa que ela negava existir. Nós ainda temos muita dificuldade para mostrar, para os comunistas, por exemplo, que a solução da contradição patrão/empregado não elimina automaticamente a questão do racismo". Abdias critica especialmente historiadores marxistas, como Caio Prado Junior, que, segundo o ex-deputado federal e autor de vários livros sobre a questão negra, atribuiu o desenvolvimento da região sul do Brasil ao fato de ela ser povoada por uma maioria branca, enquanto o nordeste permaneceu atrasado porque tem muitos negros. Januário Garcia também acusa a esquerda brasileira de insensibilidade diante da questão do racismo e diz que, ainda hoje, existe uma segregação dentro dos próprios partidos políticos, que criaram departamentos negros, o que segundo ele isola esses militantes dos demais. "Nos colocam como se fôssemos quase uma minoria, quando todo mundo sabe que nunca fomos minoria neste país".

Mas quase todas as lideranças negras admitem que as relações com a esquerda estão melhorando, pois, como afirmou Joel Rufino dos Santos, "a luta pela democracia não pode ser dissociada da luta contra o fim do racismo, nem vice-versa".

A grande preocupação do movimento negro no momento é, em primeiro lugar, buscar afirmar a identidade negra. "Nós vamos ter que gritar, esperar e até, num certo sentido, agredir a passividade geral para mostrar que ser negro não pode ser crime e nem um desafio à sociedade", promete Januário Garcia. Tanto para ele quanto para Joel Rufino, o centenário da abolição está servindo para abrir espaços para que o movimento negro diga o que pensa e o que sente, embora a comemoração em si represente quase nada em termos de conquista de direitos. "Não há nada a comemorar porque, no fundo, ainda continuamos escravos do preconceito".

Abdias do Nascimento acha que o negro brasileiro deve buscar a sua afirmação através do que ele chama de "quilombismo". "Essa teoria, que eu expus num livro, é uma provocação, mas é também uma defesa da forma de

organização política que o negro deu ao Brasil ao longo de sua história. Foi uma experiência de socialismo negro, que eu ainda acho válida, desde que adaptada às circunstâncias atuais. O negro tem que mostrar primeiro o que ele é, o que sente e o que quer, para ser respeitado pelo branco no Brasil. Neste racismo difuso e mascarado em que vivemos, não é possível aceitar as regras do jogo vigentes, porque seguramente continuaremos envolvidos pelas teias secre-

tas desta sociedade, cujo maior pecado racista é dizer que não é racista", garante Abdias.

Januário Garcia não acredita na possibilidade de ser formado um Partido Negro, embora exista uma organização desse tipo no Rio Grande do Sul. "Legalmente, a gente teria muita dificuldade para registrar um partido de negros, e, além disso, muito provavelmente, os demais partidos se aproveitariam do fato de existir uma organização como

essa para lançar sobre ela a responsabilidade de resolver todos os problemas que afetam a população negra e isso, logicamente, seria impossível. Nós acabaríamos sendo empurrados para o fracasso. Eu acredito que é necessário entrar nos partidos, evitando a formação de guetos negros".

Hoje, conscientização e mobilização são palavras-chave nas 635 organizações que, em todo o país, formam o que se chama de Movimento Negro. Elas

## Estatísticas mostram onde está o racismo

Em janeiro de 1982, **terceiro mundo**, em sua edição nº 41, dedicou sua matéria de capa à questão negra ("Brasil: uma democracia racial?"). A reportagem procurou mostrar, com as estatísticas, a realidade do segmento negro da sociedade brasileira.

Naquela altura, não se conhecia um só embaixador de carreira negro e, na própria igreja, só havia dois bispos negros (d. José Maria Pires, da Paraíba, e d. Jairo de Matos, de Bonfim). Hoje, há uns dois mais.

De lá para cá, a situação é quase a mesma. Se houve alguma alteração, foi para pior. No gabinete ministerial, há um ministro mulato (José Alves, do Interior). Na Câmara, a situação estatística é ainda mais desfavorável. E nenhuma modificação nos altos comandos militares.

Mas, vejamos os dados daquela reportagem, na qual colaboraram Mário Augusto Jacobskind, Nilson Lage e outros jornalistas:

"Um levantamento feito nos mais diversos setores, civis e militares, da sociedade brasileira e em alguns da chamada elite, constatou-se que o negro (e tampouco o mulato) não ocupa um espa-

ço compatível com pelo menos a proporcionalidade do seu número existente oficialmente no país que, segundo o Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) — de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD) de 1976 — corresponde a 41% (pretos e pardos são considerados negros) da população.

"No Exército, dos 17 generais (posto mais alto da oficialidade), incluídos quatro ministros do Superior Tribunal Militar (STM) e o ministro do exército, nenhum é negro ou mulato. Dos 11 almirantes de esquadra (posto mais alto da marinha), incluídos três ministros do STM e um do Tribunal Marítimo e o ministro da marinha, nenhum é negro ou mulato. Na aeronáutica, dos sete tenentes-brigadeiros integrantes do alto comando, inclusive o ministro da aeronáutica, nenhum é negro ou mulato.

"Na área política, o quadro é o seguinte: dos 22 governadores eleitos por via indireta em 1978, nenhum é negro ou mulato. Dos 20 ministros do governo João Batista Figueiredo também não se encontra nenhum negro ou mulato. Dos 420

deputados eleitos em 1978, dois são negros e dois mulatos (só representantes do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul), enquanto entre os 67 senadores, um é negro e um é mulato (Mato Grosso e Rio).

"Na Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes), dos 20 integrantes da diretoria, quatro são mulatos e nenhum é negro. Dos nove diretores efetivos da Federação Nacional dos Economistas, nenhum é negro e um é mulato, enquanto dos 30 integrantes da diretoria da Federação Nacional dos Jornalistas, um é negro e nenhum é mulato. Da direção do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro, entre os 24 integrantes, um é negro, o presidente do sindicato Carlos Alberto de Oliveira<sup>1</sup>.

"Dos 92 conselheiros do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), um é negro (representante de Minas Gerais), enquanto na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), dos 11 diretores, nenhum é negro ou mulato.

"Na Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), entre os 27 integrantes da diretoria, efetivos

e suplentes, nenhum é negro, o mesmo acontecendo com a Confederação Nacional do Comércio, na qual, dos 28 membros, efetivos e suplentes, nenhum é negro.

"Entre os 11 maiores banqueiros do jogo-do-bicho (jogo considerado de azar, ainda enquadrado como contravenção penal, mas cujos banqueiros têm um poder de fato, inclusive o de corromper a polícia), que controlam a área do Rio e Grande Rio (incluindo a Baixada Fluminense e algumas cidades vizinhas do Rio, como Niterói), nenhum é negro.

"Dos 11 titulares da atual Seleção Brasileira, que possivelmente deverá representar o Brasil na próxima Copa do Mundo da Espanha, encontram-se quatro negros e mulatos.

"Na Academia Brasileira de Letras, entre os 40 escritores considerados imortais, nenhum é negro ou mulato.

"No Rio, o quadro nos sindicatos dos Artistas e dos Metalúrgicos é o seguinte: dos 24 integrantes da diretoria dos artistas, um é negro, enquanto entre os metalúrgicos, dos 24 diretores, cinco são negros e três mulatos."

<sup>1</sup>Hoje deputado constituinte.

não formam um comando unificado ou uma espécie de confederação, e compõem aproximadamente 3% de toda a população de origem africana no país. "Nossa tarefa mais importante no momento é tentar mudar os livros escolares que incutem nas crianças a idéia da discriminação ao pintar o negro como indolente e violento. Essa é uma coisa concreta que pode ser feita agora e que pode mudar muita coisa. A outra é mudar a visão que os principais meios de comunicação têm da questão negra no Brasil, pois são esses veículos, notadamente a televisão, que ajudam a formar consciências e definir comportamentos. E outra coisa que pode ser feita agora", afirma Januário Garcia.

As propostas e idéias sobre como acabar com o racismo são muitas e variadas, mas todas elas têm em comum uma coisa: a necessidade de desmanchar a hipocrisia instalada e que não aceita ser servida por uma mão negra visível num restaurante, mas finge ignorar que uma mão negra invisível, na cozinha desse mesmo restaurante, manipule os pratos que irão para a mesa. •

## Reflexos de um perfil negro



**Januário: "Mudar os livros escolares, que incutem nas crianças a discriminação, ao pintar o negro como indolente e violento"**

*Elias Fajardo*

**S**eria a literatura um veículo de resistência cultural ou ela é um instrumento de dominação de classe? O que deve ser feito: batalhar para que todas as etnias sejam valorizadas dentro do país em que vivem ou lutar contra a dominação do negro pelo branco?

Essas foram algumas questões que esquentaram os debates no II Perfil de Literatura Negra, que reuniu no Rio de Janeiro escritores e estudiosos africanos, americanos do sul e do norte e brasileiros, organizado pela Comissão de Cultura Afro-Brasileira da Secretaria Municipal de Cultura do Rio e pelo Ministério da Cultura.

Os debates esquentaram sobretudo quando se discutiu literatura e identidade. Os africanos deixaram claro que já não estão lutando só para afirmar a negritude. A negritude já está no poder em seus países. Agora, eles tentam juntar brancos, negros, mulatos, para a construção do país, enquanto economia

e cultura, debaixo de duras condições, enfrentando guerras e agressões dos países conservadores.

Enquanto isso, os brasileiros estão noutra fase. Lutam por espaço e oportunidades iguais, erguem suas vozes para denunciar o racismo brasileiro disfarçado, querem se afirmar enquanto minoria, diversidade, querem encontrar sua identidade.

Mas a África não propõe soluções culturais para essa identidade, como deixou bem claro o moçambicano Eduardo Costley White: "O negro brasileiro está buscando suas raízes na África, e acho isso prejudicial. A África que eles procuram não existe mais. O negro brasileiro deve procurar sua identidade no Brasil. Mesmo porque não existe literatura negra, existem autores negros. A literatura é um acervo de todas as raças. O negro brasileiro não tem que reivindicar o Brasil para si, o Brasil é que tem que reivindicar o negro brasileiro".

O embaixador Corsino Fortes, por sua vez, preferiu poetizar sobre a questão. Ele disse que, "no momento em que o negro no Brasil começa a ganhar



O carnaval foi "branqueado"

expressão mais ampla, desejamos que os homens sejam recebidos não pelo seus credos ou cores, mas pela sua capacidade de dar e de receber, nessa grande abertura entre a solidão e a solidariedade”.

O poeta colombiano Manoel Zapata de Oliveira acha que, para encontrar sua identidade, os negros precisam se livrar do “complexo de navio negreiro”. Ele diz que escravidão já passou e que o negro precisa ocupar logo um lugar na sociedade.

Brasileiros e africanos foram unânimes em reconhecer a literatura como forma de luta política. Eduardo Costley White, por exemplo, declarou que “no meu país, a literatura tem sido assumida há muito como forma de luta. Embora não proponha, não tenha caráter orientador, ela desperta nas pessoas um espírito de luta, que é um espírito de criatividade, de reformulação”.

O angolano Ruy Duarte de Carvalho é mais radical. Para ele, “a luta de formação da nação angolana é, ao mesmo



tempo, a história do processo da literatura angolana”.

Um dos momentos mais intensos do Perfil foi o depoimento do professor e linguista francês Jacques Vigueron: “Nasci em 1932, disse ele, ano da primeira exposição colonial na França. Na

escola, aprendi que a França levava a civilização aos mais longínquos rincões do mundo. O exército francês me mandou para a Argélia, para pacificá-la. Senti o ódio entrar em minha alma e o ódio me deu medo de mim. Descobri então que não foi com a cultura que a Europa conquistou a África, foi com a pólvora. A Europa não levou civilização à África, ela desestruturou a África para pilhá-la. Por isso, hoje o que faço é me aproximar do outro, do negro, para reconhecê-lo como pessoa, para me deixar enriquecer pela cultura dele e tentar com ele o diálogo”.

“A linguagem é identidade e resistência – continuou o professor. A palavra situa o homem entre o alfa e o ômega, entre o início e o fim. A escravidão destruiu a linguagem, fez do negro um filho de ninguém. É preciso resgatar essa identidade. Quem sabe o europeu não está precisando reaprender a emoção com brasileiros e africanos? Nossa linguagem ficou analítica, precisamos recorrer à linguagem mítica.”

## Regresso adiado

□ A África, depois que se libertou do jugo colonialista, tinha não só fome de comida, mas também de informação. Lá não havia revistas, publicações nem oferta de consumo de coisa escrita. E a literatura pode, então, tentar preencher esse vazio. Há muitos escritores africanos que tiram várias edições de milhares de exemplares (coisa pouco comum no Brasil, que tem uma população muito maior). Há uma avidez por informação na África e às vezes são até pessoas analfabetas que compram livros a fim de guardar para seus filhos lerem mais tarde.

Em matéria de ficção, sobre o que escrever: os africanos? O livro “Regresso adiado”, do angolano Manuel Rui, pode nos dar algumas pistas. Foi feito em Cuba, editado pela União dos Escritores Angolanos e está na terceira edição de dez mil exempla-

res. São contos vigorosos nos quais, com linguagem poética, o autor observa, com ironia, ricos portugueses dominadores ou, com simpatia, negros em busca de si mesmos em Lisboa ou em Luanda.

Um dos contos mais expressivos talvez seja “O aquário”. Leonor, mulher de um rico português vivendo em Luanda, morre de tédio no seu criado negro. Luanda aparece como “uma cidade em banho perpétuo onde o sol, como um falo de luz, roçava as esquinas como se fossem virilhas. Um deslizar de tempo onde nunca se adivinhava o ciclo das estações. Era um cio constante como a sede, como o calor que alargava os costumes. Como a maresia aberta em cada carapaça de marisco”. O marido e o amante viajam e Leonor ordena que o criado vá se banhar no banheiro dos patrões. Os dois fazem

amor e, quando, perplexa, ela tenta descobrir se foi um sonho ou realidade, a chave gira na porta: é o marido que volta. Ela não tem dúvidas: grita por socorro e acusa o negro de tê-la violentado.

Um outro conto a destacar é “Com ou sem pensão”. Nele, um estudante moçambicano pobre, vivendo em Lisboa, faz uma peregrinação em busca de um quarto para alugar. Através do contato que o estudante tem com cada senhora que aluga quartos, o escritor vai traçando um quadro vivo e preciso da vida dos portugueses, em contraponto com a solidão do estudante.

Um dos momentos mais emocionados do livro está no conto final, “O churrasco”, onde nos deparamos com esta descrição apaixonada: “A terra dos nossos sonhos por trair. Não a terra onde nascemos, apenas. Mas a terra onde os dedos penetrem a areia solta e fresca, terra onde os olhos naveguem pelos rios dentro do corpo das montanhas, por sobre os braços vegetais das noites de cacimbo, torrentosamente”.

# Insólita grilheta - Crônica de Luanda

O escritor angolano Manuel Rui tem uma longa convivência com o Brasil. Suas impressões sobre o negro brasileiro estão reunidas neste texto literário que ele escreveu para "terceiro mundo"

Avó quase em seu fim. Dente nenhum. Cigarro fumado com o morrão por dentro da boca, intervalando em cachimbo ou discreto rapé de tabaco enconchado na palma da mão. E satisfazia meu desejo de saber nosso passado sob o segredo das rugas. Na parede, o retrato grande de meu avô paterno. Bigodaça, colarinhos à bife, gravata nó cabeça-de-gato e corrente atravessada. Um maçon da loja Kuribeca na Catumbela/Benguela. E o outro retrato de meu avô materno, com traços de quem só emigrou em busca de fortuna, sem qualquer intenção de exílio político, voluntário ou imposto. E um vestir comerciante domingueiro nesse fato branco de chapéu idem com aquele destaque no debrum da fita preta. Mão esquerda sobre as costas de uma cadeira, com uma mulatinha de seis anos, com saia de pregas, duas tranças e laçarotes brancos. A menina apresenta-se de pé em cima da cadeira. Havia de ser minha mãe. Aqui, a esquerda cruza-se com a direita. Meu avô maçon, político republicano, não reconheceu os filhos. Meu avô comerciante que andou tipoiando nos ombros dos pretos até ficar muito rico e morrer na falência, que fez filha numa senhora cujo pai despira a farda de soldado de 2ª linha e deu em resistência contra os invasores brancos, envenenando-lhes a água; meu avô materno, de sua simplicidade campesina, reconheceu a filha e fez viajar o produto até a aldeia lusa, onde o cura local se deleitou em batizar, pela primeira vez em sua vida e da aldeia, criança tão diferente.

Aprendi a linhagem de meus avós. Tios avós, segundos primos, terceiros parentes, que haviam rumado de Portugal para o Brasil. Mas a nossa linhagem negra não constava de registro escrito. E eu não a conhecia. Só apenas num recuo de duas ou três gerações e por oral documento avoengo<sup>1</sup>.



E agora, que me crescia a sede de saber coisinhas bem por dentro de nós, a avó, cautelosa nos seus quês, sumariava sempre os assuntos nesse jeito; que, por regra, naquele tempo, o *mujimbc*<sup>2</sup> voava semanas antes de eles aparecerem. Aí, tomavam-se medidas. Eles estavam a caminho. Na aldeia, só ficaram velhos e crianças. Os demais iam-se esconder nos braços naturais do mato; que, no entanto, as meninas com seios em seu início de explosão ao sol, eram também incluídas na retirada. Nunca lhe perguntei: "A avó ficou porque os seus seios eram um nada pouco, ou, por *kazukuta*<sup>3</sup> desobediente, ou foi na fuga e, também por *kazukuta*, regressou à aldeia às escondidas?"

De qualquer forma, ela foi *canganda*<sup>4</sup> e, dessas terras *Kikongo*<sup>5</sup>, veio do norte a centro-sul até a Catumbela. Nesse então, a beleza que fora rebento da aldeia e flor de viagem, deu em fruto entre os canaviais catumbelenses. E o maçon da bigodaça larga chamou-a ao leitô. De que nasceu meu pai. Depois, a

avó havia de se fixar no Huambo. Falar um *umbundo*<sup>6</sup> aristocrático. E, entre os *kikongos*<sup>7</sup> e *umbundos*, o seu maior ato destribalizador foi passar da alternância do *furji*<sup>8</sup> de mandioca para o de milho, para o *funji* feito com as duas fubas: de milho e de mandioca.

O ccação da avó desistiu aos 99 anos. Contas feitas por nós, já com descontos de correção e por referências aos *sobas*<sup>9</sup> mais nomeados, aos governadores do tempo, administradores e colonos que haviam feito história.

Mas isso que a avó contava, de pouparem a criançada, ou só pode ter sido do seu tempo, naquela rota dos colcos e naquela aldeia. Parece que nunca terá sido regra. Porquanto, num tempo anterior, as crianças não eram poupadadas.

"A exportação dos Escravos deste Porto, chegou neste anno, a numero de 9:342 cabeças, que ainda não são todas de inteiros direitos, e algumas de nenhuma, por serem crías, sempre fazem rendimento, mais essencial cesta Conquista, de que além das duas importân-

cias remetidas nos sobreditos géneros(...)"<sup>10</sup>

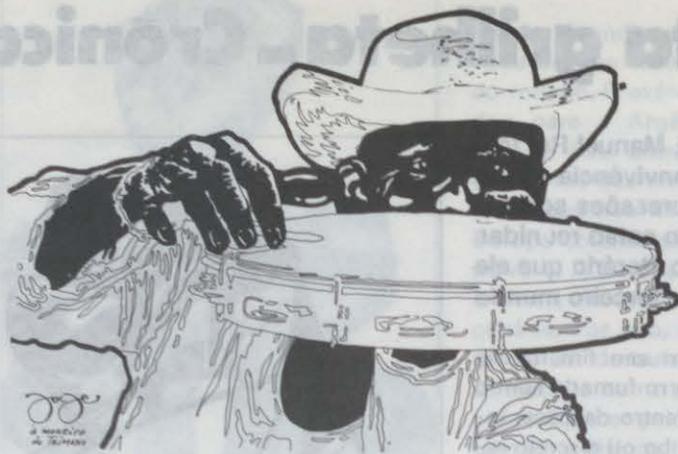
Crias. Nomenclatura de coisificação. Com o gado, ainda havia o pragmatismo, respeito pela procriação. E insólito é que tudo isso se fazia também em nome de valores civilizacionais de que a religião era componente importante. E se concluíam os ofícios e cartas com o deferente "Deos guarde a V. Exa. muitos annos" ou "Deus Guarde Vossa Magestade muitos, e dilatados annos".

Os anos do governo de Vasconcellos, autor do ofício régio anteriormente citado, foram de grande resistência dos povos do norte de Angola em bravas guerras contra o invasor. Tempo também da construção da fortaleza de Ambriz para a defesa do comércio dos colonos (mais tarde demolida) e tempo de um arrancar povo de Angola como escravo em tal quantidade, para a travessia e enchimento dos bolsos que se boquiabriam sob as colônias da América,

**"Aprendi a linhagem dos meus avós, dos parentes que haviam rumado de Portugal para o Brasil. Mas a nossa linhagem negra não tinha registro escrito"**

que até as próprias autoridades coloniais de Angola emitiam ofícios para o reino, dando conta que dessa forma Angola iria ficar sem braços, impossibilitando-se de desenvolver fosse que economia fosse. Porque não embarcava gente escrava para o Brasil e outros destinos, só pelos portos de Luanda e Benguela, sob controle - meio furado - do governo colonial. Do porto de Ambriz, os navios (piratas?) com bandeira inglesa, francesa, espanhola ou brasileira, enchiam-se de braços escravos para o outro lado do mar.

No entanto, a resistência foi sempre heróica e hoje, o nome desses heróis angolanos já passam nos livrinhos escolares dos meninos, nas canções de bocas populares, em nome de ruas, escolas etc. Só que, na minha escolaridade, primária e secundária no Huambo e universitária em Coimbra, jamais em livro algum ou *sebenta* (apostila) do aprender oficial, me falaram na história do meu povo. O meu povo não tinha heróis com nome em letra impressa,



retrato, muito menos datas ou cronologia de acontecimentos. Pelo contrário, à pergunta que nos faziam na 4ª classe primária, "quem foi o nosso 1º rei", a gente respondia "d. Afonso Henriques". E, para não ficar reprovado na escola, fui aprendendo, a rigor, toda a história de Portugal, rios, afluentes, caminhos de ferro e ramais.

Da minha terra, só comecei a aprender na vida vivida.

Mais tarde, muito mais tarde, já depois de me pertencer uma terra e um país, viajei até o Brasil, com a cabeça encharcada de imaginação difusa a reconstruir elos de uma *grilheta*<sup>11</sup> imensa, quase ponte magoada sobre o oceano mas a unir para sempre os dois continentes. E num terreiro da Bahia, entre palavras e ritos, para mim meio imperceptíveis, mas magnéticos, agarro palavras em *umbundu*. Depois, pergunto ao sacerdote se ele lhes percebe o significado. Nada. E julgava apenas que era *quimbundu*. E mais ficou surpreso quando lhe disse tratar-se de *umbundu*, língua bem do centro de Angola.

E com meu amigo Batista - o professor que introduz a batelha pelo samba na Universidade até a merecida cátedra - desembocamos na Velha Guarda da Portela. Quintal igualito aos quintais antigos de Benguela e Luanda. Quintais herdados de uma colonização exercida pelo mesmo colonizador. E as pessoas, logo à partida, já me são comuns. E parece que nos conhecemos há muito tempo. Só que a gente se revê tão tarde por causa da *maka*<sup>12</sup> dos transportes! Mas é gente que eu conheço. Principalmente as donas mais velhas. No gesto de oferecerem a cadeira. Ou o copo de cachaça na boca de todos. Ou nessa ge-

nerosidade, por gosto, de nos encherem o prato e depois obrigarem a repetir e se a gente não repete se ofendem igualmente as donas cotas de Luanda. Mas ficam sempre mil perguntas feitas e respondidas por intuição, sangue e percurso. E outras tantas, de mil e mil, por responder.

Porque perder os nossa linhagem. Com quantos negros me terei cruzado na Bahia, no Rio, em São Paulo ou Brasília, que têm laços de família comigo? Pensei sempre isso, principalmente me cruzando com negros policiais. Só que nossos antepassados foram feitos coisas, designados numericamente por "cabeças" e não tiveram direito a retrato de parede nem a figurar em livro de registro civil. Talvez por isso, quando a gente se cruza numa cidade qualquer da Europa, os olhares cruzam intimidade e ocorre o contato de negro para negro, de imediato, rebente a primeira palavra: *brother*. Insólito intento: arrancaram-nos da terra, destruíram cada família e, como compensação, fizemos de todos nós uma só família.

E, em minha imaginação, não para este reconstruir constante da viagem. Os que foram feitos escravos por força da guerra. Do aprisionamento. Ou da compra e venda com traição. Depois a entrada no navio. E dentro do navio. A ganância dos negreiros que, de querearem abarrotar o barco com muitos a mais, lhes morria a maior parte pelo caminho.

Agora. Quando recorro que a avó contava sempre de seu pudor e cuidado amargurado em palavras poucas, bem medidas, como se me poupasse aos sofrimentos passados. Agora, sinto um pouco de sua recolhida felicidade, porque naquela aldeia, pelos vistos e contados por ela, não ter havido cumplicidade. É que em outros e quiçá não poucos lugares "(...) comprando-lhes para transportar ao Brasil por Escravos aqueles que os mesmos Pretos por taes nos quizeram vender (...)"<sup>13</sup>. Pulhice humana que se prolonga nos nossos

dias, em posturas e atos daqueles negros que, em nome da libertação do negro, pretendem apenas ser também senhores e, a partir desse estatuto, olvidar a violência e desigualdade que se espalha ainda pelo mundo.

As pessoas não queriam abandonar a sua terra. Parece que nem como emigrantes. Escravo em Angola era humilhação maior. Aos olhos da terra nossa, do sol, da chuva e do marulhar sobre as praias. Da natureza nossa. Da família nossa. Mas preferiam assim do que deixar a terra.

Insólito é que a euforia no aumento do negócio escravo, resulta em parte no desconhecimento na euforia dos metais. Substituímos o ouro! Mas, mesmo enquanto os metais se demandavam, nem por isso a violência foi tom: "(...) encaminhamos todos os nossos cuidados a procurar Minas de Ouro, ou Prata, não poupando diligências para adquirir estes Metaes por todos os modos justos e injustos envadindo e hostelizando para saciarmos nossa cobiça os Povos pacíficos que com boa sombra nos receberão em suas moradas. Os Castelhanos excederão-se em fereza, mas nem por isso nossos Maiores paixão hoje entre sua posteridade por humanos, nem por justos"<sup>14</sup>.

O autor desse ofício, embora se referisse a africanos e americanos, dava, entretanto, nessa matéria de desumanidade por via do ouro e da prata, óbvio acento tônico sobre os índios. Insólita invenção inventada para a América: a nós, levaram-nos da terra-mãe para o outro lado do mar, deixando a terra despovoada. No outro lado, despovoaram, chacinando os índios. Índios, de quem pouco se vem falando – que eu saiba – nestas coisas de abolição. Talvez porque foram quase antecipadamente abolidos.

E, como parecendo que foi ontem, comemorando-se a abolição hoje, o *apartheid* resiste. A pulhice humana também. Que há negros colaborando

**"A nós, levaram-nos da terra-mãe para o outro lado, deixando a terra despovoada. No outro lado, despovoaram, chacinando os índios"**

com o *apartheid*.

E nesses de ontem para hoje, levaram-nos do chão a boa parte melhor dos braços e quanto pensamento quase desfeito ou sobrevivido em diáspora. Sempre escolhendo de antecipada intenção ariana invertida. Os mais são. Os mais altos. Os mais atléticos. As crias.

E ficaram os que conseguiram se esconder. Os que não se deixaram agarrar. O exemplo dos que preferiram a morte. Os que foram rejeitados, entre *cambutas*<sup>15</sup>, debilitados, *xambetas*<sup>16</sup>, duvidosos alforriados. De insólito. Antes que a descendência dessa tão parca sobra erguesse, em Luanda, *catanas*<sup>17</sup> contra armas de fogo, já deu para ficar assim, de esperança, nos versos do poeta benguelense Aires de Almeida Santos:

*E quando a lua se esconde  
no sombreiro  
fico sozinho na praia  
à laia  
não sei de quê,  
olhando o mar,  
carpindo saudades,  
a olhar,  
a olhar...*

Como se da espera tanto esperada, a história que eles escreveram se refizesse naturalmente pela verdade.

De insólito, em barcos que transportavam escravos, iam, com bom trato, zebras meninas para deleite do príncipe em seus jardins. E outros espécimes. E quem diria: "Deos Guarde a V. Exa. muitos annos. São Paulo de Assumpção de Loanda – Manoel de Almeida Vas-



concellos – copia – Relação dos Produtos Naturaes que pela Secretaria de Estado da Repartição de Ultramar, vão remetidos do Real Gabinete da Ajuda, na Real Fragata Minerva (...) – Hum jacaré, chamado *Ngando* no Paiz"<sup>18</sup>.

A avó jamais sequer sonhou que, de tudo isto, estava a acontecer o imenso Brasil. O país do mundo com maior população negra, a seguir à Nigéria. Ela também não sabia o que era o Brasil nem o que era a Nigéria. Porque, depois do seu espaço e do começo do mar infinito, era sempre tudo incerteza que significava violência.

A avó não sabia, mas o Brasil está aí, como indelével marca de grandiosa resistência étnica e cultural. E contra o *apartheid*. Novo, nessa atitude de reencontrar a família.

Daí que foi bom interromper o meu percurso recuado por imaginação e saborear Vila Isabel como eu nunca pensei possível: trazer para a avenida o carnaval do que ainda mais mora em nossos corações sofridos. Corações de Angola. Quando assim se faz, por amor, é bom. E até apetece recordar proverbiais palavras de minha gente *umbundu*: "*Cina vuteke ovaka atekâva aveta olongoma toke ekumbi litunda kuli cimw e cyia*"<sup>19</sup>.

E é por isso que eu não gosto muito de comemorar abolições. Prefiro o dia mundial da inauguração da liberdade. Que vai acontecer. Axé.

Manuel Rui, São Paulo de Assumpção de Luanda, 20 de março de 1988.

- 1 Do avó.
- 2 Boato, rumor, fofoca.
- 3 Confusão.
- 4 Presa (de prender).
- 5 Dos kikongos, naturais do norte de Angola (Uíge e Zaire). Também se diz da língua dessas populações.
- 6 Língua dos umbundos, naturais do centro de Angola (Huambo, Bié) e centro-litoral (Benguela).
- 7 Ver nota 5.
- 8 Prato nacional angolano.
- 9 Chefes tradicionais.
- 10 Ofício remetido por Manuel de Almeida Vasconcellos, 31 de dezembro de 1791.
- 11 Termo português: corrente com que se prendiam os escravos.
- 12 Problema, dificuldade. Também pode ser assunto, estória problemática.
- 13 Ofício remetido por d. Miguel Antonio de Mello, 19 de setembro de 1799.
- 14 Ofício remetido por d. Miguel Antonio de Mello, 19 de setembro de 1799.
- 15 Indivíduos de baixa estatura.
- 16 Aleijados, defetuosos das pernas.
- 17 Facões.
- 18 Ofício remetido por Manoel de Almeida Vasconcellos, 10 de fevereiro de 1793.
- 19 "Quando à noite as mãos negras aumentam o rufar dos tambores até o dia despertar, algo de novo está acontecendo".

# O massacre dos tikunas



Pistoleiros a serviço de madeireiras consumam outro atentado contra o povo indígena da Amazônia

Memélia Moreira

**N**a segunda-feira, 28 de março, um bando de pistoleiros contratados por madeireiros, que atuam no município de Benjamin Constant, atacou um grupo de 50 índios tikuna. Armados de fuzis, os pistoleiros, pagos por Oscar Castelo Branco, mataram 14 índios, deixando 21 feridos. Os tikuna não esperavam o ataque. Estavam desarmados e alguns se jogaram dentro do igarapé que corta as aldeias de São Leopoldo e Porto Novo Lima.

O massacre não distinguiu idade ou sexo dos índios. Todos que foram encontrados pela frente foram atingidos. E o grileiro Oscar Castelo Branco, que tem título de propriedade dentro da reserva tikuna, está indiciado no inquérito aberto pela Polícia Federal. Mas, além dele, outros grileiros, que também exploram madeira, estão sendo apontados pelos antropólogos da Funai como responsáveis pelo clima de tensão na área. São representantes das famílias Mafra e Magalhães, que chegaram à região de Benjamin Constant no início dos anos 50.

O início do massacre, entretanto, remonta ao final de 1987. Entre novembro do ano passado e março deste ano, mais de dez tikunas foram assassinados em Benjamin Constant, no meio da rua, sem que nenhum órgão tomasse providências contra os assassinos. E a Funai dizia apenas que estas mortes eram consequências da "bebedeira dos índios". Com a chacina do dia 28, o órgão tutor dos índios percebeu então que as mortes ocorridas nos meses de novembro, dezembro, janeiro e fevereiro, eram apenas o prenúncio do que aconteceu em 28 de março.

## Terra: o problema central

O massacre de índios no Brasil é um problema de propriedade da terra. E este só se resolverá quando for solucionado o problema a nível nacional, isto é, quando for promovida uma Reforma Agrária, respeitando-se as peculiaridades destas nações hoje minoritárias. Sua solução, também, depende da solução de toda a problemática estrutural brasileira. Em outras palavras, da total democratização do país.

Estes massacres se confundem com

a ocupação territorial iniciada no século XVI, pelos portugueses. Eles são tão antigos quanto a chegada dos primeiros colonizadores e, em nenhum momento destes 488 anos de História brasileira, houve trégua. No princípio, o nível de enfrentamento se igualava. As armas dos portugueses eram apenas um pouco mais sofisticadas que os arcos, flechas, bordunas e zarabatanas usadas pelos tupis, guaranis, karibes. Os brancos, entretanto, aperfeiçoaram suas armas. Os índios, com algumas exceções, ainda usam as mesmas bordunas e flechas de seus antepassados. Desconhecem a guerra química, mas já foram vítimas dela, no início dos anos 70. Desconhecem os bombardeios aéreos, mas já sofreram alguns, em larga escala.

A chacina, de 28 de março, é apenas uma sangrenta e rotineira repetição do que vem ocorrendo há quatro séculos. E, no dia seguinte da morte dos tikuna, foi encontrado Djalma Lima, um índio pataxó há-hã-hãe, de Pau Brasil, sul da Bahia. Ele estava desaparecido desde o dia 21 de março e foi encontrado na fazenda de Pedro Leite, encravada em pleno território dos pataxós. No corpo, as marcas de ódio que pontua as rela-

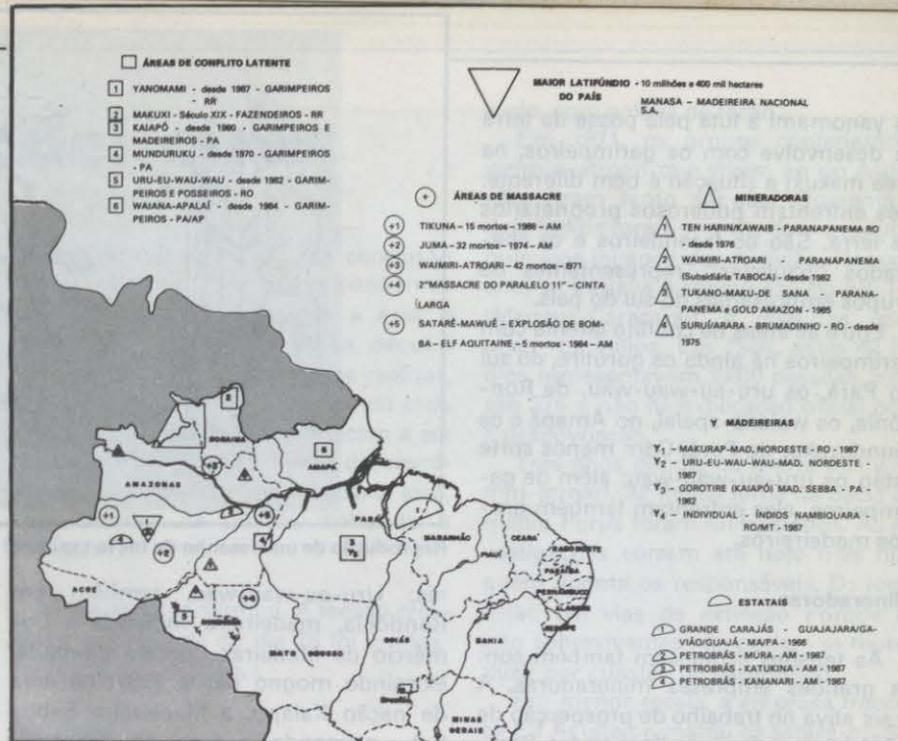
ções Índios x brancos: couro cabeludo e unhas arrancadas, órgãos genitais retalhados.

A morte dos tikuna chamou mais atenção e provocou imediata ação do órgão tutor dos índios, por uma razão. E, como sempre, um motivo alheio ao verdadeiro problema. A Funai (Fundação Nacional do Índio) mantém contratos de exploração de madeira na região dos tikuna. E um escândalo desta natureza põe em risco alguns milhões de dólares do mogno e cerejeira extraídos das terras indígenas. Os tikuna vão revistar e a Funai sabe disso. Por essa razão, o presidente do órgão tutor, Romero Jucá Filho, se apressou em procurar os culpados. Mesmo bem armados, os madeireiros temem a reação dos tikuna que, ao contrário dos macuxi de Roraima, são guerreiros. Esta reação já começou. Foi assassinado no domingo, dez de abril, um rapaz ligado aos madeireiros. Tinha 16 anos. E, pouco a pouco, outros corpos aparecerão nas ruas de Benjamin Constant, no Estado do Amazonas, ou nas florestas que integram o território tikuna. Isto, evidentemente, prejudicará os negócios que tanto interessam à Funai.

A questão da terra, verdadeira razão destas chacinas, é sempre camuflada pela Funai e pelo noticiário. A indefinição da Funai em demarcar áreas indígenas — a demarcação depende de decisão da secretaria geral do Conselho de Segurança Nacional e, portanto, uma decisão de Governo — e a decisão do In-cra em criar projetos de colonização dentro do território tikuna são os motivos reais deste último massacre.

Criada em julho de 1967, a Funai já teve, nos seus 21 anos de existência, 13 presidentes. Alguns afastados por comprovada corrupção. Houve a fase dos generais, com Bandeira de Mello e Ismarth Araújo de Oliveira. Depois vieram os coronéis, com Paulo Moreira Leal e João Carlos Nobre da Veiga. Foi dirigida também por um delegado da Polícia Federal, Néelson Marabuto, e vive, nos últimos anos, o período dos tecnocratas, com o economista Octávio Ferreira Lima e o atual presidente, Romero Jucá Filho, ligado ao senador Marco Maciel e de família de usineiros pernambucanos.

Esse quadro de desorganização funcional e descontinuidade administrativa aliada à desordenada estrutura fundiária



O mapa mostra as áreas indígenas onde se localizam as principais madeiras, mineradoras e onde ocorreram massacres de índios

brasileira e à impunidade dos crimes cometidos contra os índios, transforma estas nações minoritárias em sobreviventes da luta no campo. O massacre dos tikuna não foi o último. Apenas reduziu mais ainda a população indígena no Brasil, calculada hoje em 220 mil indivíduos, contra cinco milhões que habitavam o país quando aqui chegaram 1.200 portugueses, em abril de 1500 e aumenta a macabra estatística dos mortos na luta pela terra.

#### Uma sinistra história de terror

Os massacres nas áreas indígenas decorrem sempre de tensões que se acumulam ao longo dos anos e, às vezes, décadas, na disputa pela terra. De Roraima, onde vivem makuxis, yanomami, tawarepangs e waimiri-atroari, a Mato Grosso do Sul, com os kaiowa, passando pelo Nordeste, com os kiriri e potiguara, o mapa indígena brasileiro pode ser pontilhado de tensões. E elas podem, a qualquer momento, se transformar em chacinas. Há exemplos em todo o país e envolvem índios, garimpeiros, posseiros, empresas, grupos de grande porte e até transnacionais, além de fazendeiros, os recordistas em confrontos com os índios.

Em Roraima, há duas áreas de tensão latentes: yanomani e makuxi. Os

primeiros são conhecidos por se constituírem em último grande grupo primitivo do mundo. São 18 mil índios que se espalham pelo Amazonas, Roraima e Venezuela. Sob seus pés, no território sagrado de Surucucus, há minérios em abundância, do ouro à cassiterita, do urânio à bauxita e tungstênio. Sem qualquer controle do órgão tutor, cinco mil garimpeiros ocupam hoje a terra dos yanomami. As únicas entidades que denunciavam essa situação foram expulsas da área: o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a CCPY (Comissão de Criação do Parque Yanomami). A expulsão foi determinada pelo presidente da Funai, Romero Jucá, há oito meses. Em 1987, o saldo de mortos ao longo do ano foi de 60 índios. Não houve um massacre, mas crime de omissão. Morreram de doenças contraídas com garimpeiros e peões que constroem as instalações do Projeto Calha Norte.

Ainda em Roraima, na região de savana, os makuxi vivem diariamente uma situação de tensão. Eles estão sendo pressionados pela Funai e pelas autoridades locais, entre elas o secretário de Segurança do território, coronel Mena Barreto, a aceitarem a redução territorial. Os poucos índios que resistem são presos sem qualquer acusação. Se com

os yanomami a luta pela posse da terra se desenvolve com os garimpeiros, na área makuxi a situação é bem diferente: eles enfrentam poderosos proprietários de terra. São os fazendeiros e os chamados "paulistas", representantes de grupos empresariais do sul do país.

Entre as áreas de conflito latente com garimpeiros há ainda os gorotire, do sul do Pará, os uru-eu-wau-wau, de Rondônia, os waiana-apalaf, no Amapá e os munduruku, do Pará. Com menos sorte estão os uru-eu-wau-wau: além de garimpeiros, eles enfrentam também grupos madeireiros.

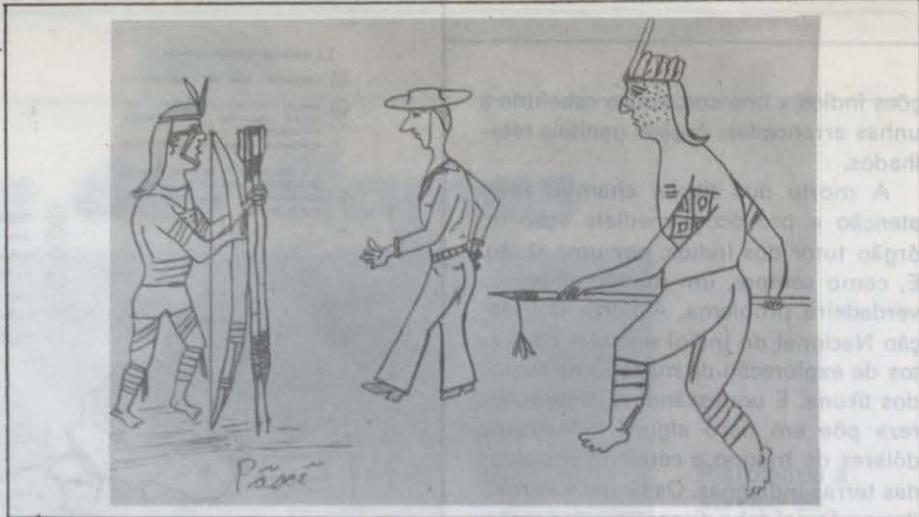
### Mineradoras

As tensões acontecem também com as grandes empresas mineradoras. A mais ativa no trabalho de prospecção de minérios em áreas indígenas é a Paranapanema, cujo acionista maior, Octávio Lacombe, estende seu poder e mais de cinco regiões diferentes. Em segundo lugar, a empresa Brumadinho que conta, entre seus acionistas, com o empresário Roberto Marinho, proprietário das Organizações Globo.

Estas mineradoras se espalham no território dos waimiri-atroari, grupo indígena confederado que vive na fronteira do território de Roraima com o estado do Amazonas. Nessa região, a Paranapanema conquistou uma área que reduziu o território waimiri em mais de 200 mil hectares. O clima de tensão existe desde 1982. A Paranapanema atinge também os grupos tenharin, no Igarapé Preto, desde 1976: os kawib, no Igarapé São Francisco, no estado de Rondônia, os tukano, maku e desana, no oeste do estado do Amazonas.

Já o grupo empresarial Brumadinho se encontra na região dos suruí e arara, desde 1975. Os suruí, de Rondônia, com frequência estão nas páginas dos jornais depois de atacarem grupos de trabalhadores das empresas.

Mas as empresas mineradoras não estão sozinhas no mapa de conflitos em áreas indígenas. As madeireiras provocam tensões - e mortes - em pelo menos seis áreas indígenas. Algumas delas têm contrato de exploração com a Funai, desde 1981. As seis áreas de tensão mais importantes são: Área Indígena Rio Branco, dos makurap, com a madeireira Noroeste, no estado de Rondô-



Reprodução de um desenho de índio tapirapé: uma visão de sua relação com os brancos

nia; Uru-eu-wau-wau, também em Rondônia, madeireira Indústria e Comércio de Madeiras Cometa Limitada, extraindo mogno desde 1987; na área da nação Kaiapó, a Madeireira Sebba S.A., ocupando a área do subgrupo gorotire, em Redenção, sul do Pará; Madeireira Nacional-Manasa, o maior latifúndio do país, com dez milhões e 400 mil hectares de terra, trabalhando na área dos kulina, miranha e katukina, no Amazonas; área nambiquara, entre Rondônia e Mato Grosso, madeireira Individual, desde 1987. Estas cinco primeiras se localizam na Amazônia, mas há outra fora deste circuito.

### Conflitos e mortes

No Paraná, a última grande reserva de pinheiro, localizada na terra dos kaingang, é uma zona permanente de conflitos e mortes. Lá, a história da grilagem de terras tem como exemplo o próprio governo do estado e é recente. Nos anos 40, o então governador do Paraná, Moisés Lupion, cuja lenda diz que grilou até as praças de Curitiba, concedeu título de posse ao grupo empresarial Forte-Khoury, no município de Mangueirinha. O título era em cima da terra dos kaingang e logo começou a devastação da floresta de pinheiros. Posteriormente, estes empresários passaram o título ao grupo Slaviero, família de migrantes italianos, com título de nobreza e que explora madeira. Os kaingang não suportaram estas presenças e começaram a reagir. Muitos índios foram mortos e a morte do líder Ângelo Kretã, em janeiro de 1980 quando os kaingang promoviam mais uma reocupação pacífica de suas próprias terras,

provocou comoção nacional. Kretã estava jurado de morte pelos peões dos Slaviero e seu substituto, um ano depois, foi assassinado. Os kaingang continuam disputando as terras com os madeireiros e a questão encontra-se no Supremo Tribunal Federal.

Se os grupos privados são responsáveis por tantas tensões, o governo também tem sua cota. A Petrobrás e a Vale do Rio Doce são as duas estatais em conflito com os índios. Nenhuma das duas, entretanto, pode paralisar suas atividades e a única solução, dizem os antropólogos, é a convivência pacífica, que se traduz no trabalho de melhoria dos postos indígenas, com construção de escolas, hospitais e, na medida do possível, o menor impacto ambiental, permitindo que os índios mantenham seus hábitos culturais e tradições.

A Petrobrás vive seus focos de tensão na Amazônia entre os índios mura, katurina, kananari e kurubo. Já houve ataques de índios contra o acampamento da empresa na região dos kurubo, extremo oeste amazonense. Já a Vale do Rio Doce, com o Projeto Carajás, encontra-se em tensão permanente com os guajajara, do Maranhão e os gavião, do Pará.

São estes os focos de conflito. Em qualquer um destes lugares podem ocorrer massacres contra índios ou brancos. Juntam-se a eles as tensões latentes no Nordeste, com os potiguaras, na Paraíba, brigando com a transnacional Rio Zinco e os pataxó há-hã-hã, cujas terras, sob a proteção dos políticos baianos, foram arrendadas aos fazendeiros que se armam diariamente contra os índios. ●

# A vez das madeireiras

A notícia do massacre contra os ticuna foi recebida sem surpresa por antropólogos, sertanistas e missionários. A situação já vinha se delineando há mais de dez anos e, em 1982, a antropóloga Auxiliadora Leão - afastada da Funai pelo atual presidente, Romero Jucá Filho -, escrevia em seu relatório encomendado pela Funai: "A proximidade de Benjamin Constant torna esta região bastante problemática e com conflitos manifestos, sendo grande a presença de civilizados na área das aldeias e disseminados na margem do Solimões".

Como sempre acontece, no lugar de tomar providência, a Funai afastou a antropóloga que deu o alerta. Neste mesmo relatório, ela afirma que "os maiores problemas da área estão ligados à entrada de madeireiras e desenvolvimento das serrarias". Esta foi a crônica do massacre anunciado. O órgão tutor, entretanto, continuou na sua total indiferença e o massacre aconteceu seis anos depois. Nenhuma providência também foi tomada pela Funai quando, em 1983, o engenheiro Jaime Mancin, a serviço da Funai, foi impedido de entrar na área ticuna pelo madeireiro Oscar Castelo Branco. Mancin chamou a Polícia Federal, esteve com os índios e estes apresentaram outra denúncia: Castelo Branco plantava opaco (a coca brasileira) nas áreas indígenas. As plantas foram arrancadas, entregues à polícia, mas o madeireiro jamais foi molestado, até que contratou pistoleiros para matar os índios na área igarapé Capacete, margem direita do Solimões.

Os ticuna, imemorialmente, se localizam nas margens direita e esquerda do rio Solimões. A população total é de 15 mil indivíduos e, há dois séculos, estão em contato com a sociedade nacional. Seringueiros, madeireiros e empresas pesqueiras frequentam o território indígena, indiscriminadamente, e a área já foi reduzida num trabalho da antropóloga Sílvia Kfourí. Desde 1981, os líderes ticuna pedem a demarcação urgente da área e, mesmo com a redução territorial, a reserva continua sem demarcação, apesar do alerta feito pela antro-

póloga Auxiliadora Leão, na conclusão de seu relatório: "Se hoje encontramos dificuldades para demarcar a área e garantir a terra para os ticuna, daqui a um ano nada mais poderemos realizar, pois as pressões irão aumentando cada vez mais, à medida que começam a ser postos em prática os projetos desenvolvimentistas, onde o povo ticuna será, sem sombra de dúvida, colocado à margem".

O alerta se confirmou. A tensão cresceu e o massacre do dia 28 foi um testemunho da omissão.

## Massacre

Dos dez mil tupinambás mortos por Bento Manoel Parente, no Maranhão, há dois séculos de massacre dos ticuna, o Brasil assistiu, nos últimos anos, a uma sistemática de chacina contra índios. O mais famoso dos massacres ficou conhecido por "Massacre do Paralelo 11", celebrado em filme de Zelito Vianna.

Na história recente do país, o massacre do Paralelo 11 foi o mais feroz. Ele foi promovido pela empresa construtora Arruda Junqueira, em 1966, contra os cinto-larga de Rondônia. Os "presentes" jogados dos bimotores que sobrevoavam a aldeia foram o prenúncio do massacre. Açúcar e arsênico foram misturados e os índios começaram a morrer. Dias depois, como ainda restavam mais de 40 sobreviventes do arsênico, os bimotores voltaram e sobrevoaram a área, metralhando os índios. Total: cem mortos num dia. Insatisfeitos, os pistoleiros da Arruda Junqueira pousaram na aldeia, penduraram as mulheres nas árvores e partiram seus corpos ao

meio, com golpes de facão.

Em 1971, os grupos confederados waimiri-atroari que vivem no rio Alalau não viram tanto sangue. Quarenta e dois índios foram mortos com produtos químicos jogados de um avião. Naquele ano, se iniciava a construção da BR-147 (Manaus-Caracará), à qual, se opunham os índios. Em 1968, estes 42 índios representavam 3.600 pessoas. Hoje são 376 e não há explicação oficial para a despovoação.

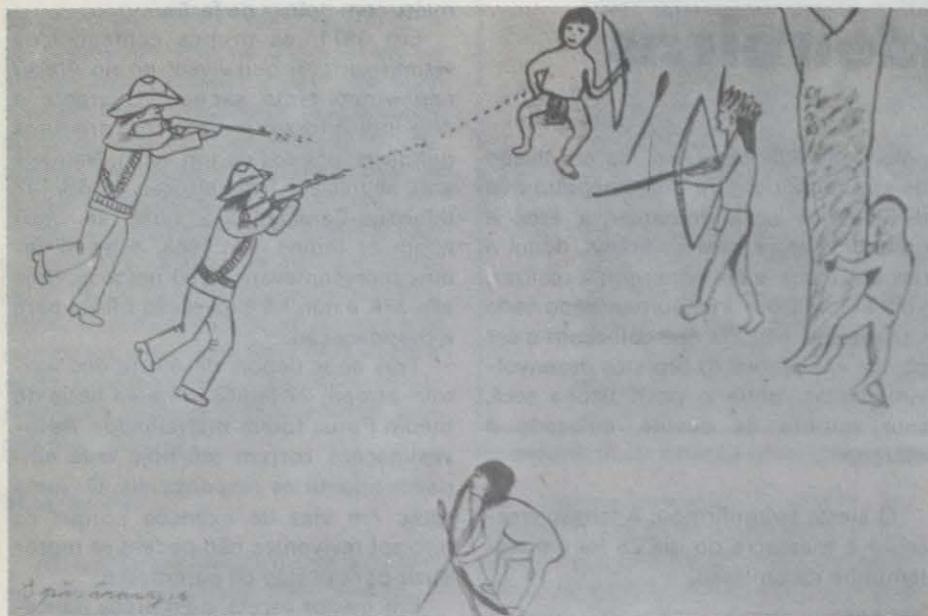
Três anos depois da morte dos waimiri-atroari, 32 índios juma da bacia do médio Purus foram metralhados. As investigações correm até hoje mas ninguém aponta os responsáveis. Os juma estão em vias de extinção porque os oito sobreviventes não podem se reproduzir por questão de parentesco.

Em menor escala, a empresa francesa Elf Aquitaine matou os sataré-mawé, no Amazonas. Cinco morreram com a explosão de nitroglicerina usada na prospecção de petróleo. Embora reconhecida como única responsável, a Elf Aquitaine não sofreu nenhuma punição.

Estes são os casos exemplares, que se encerram em 28 de março último, com a morte de 14 ticunas. Pelo clima de tensão existente, antropólogos e sertanistas temem um próximo massacre, desta vez, atingindo os yanomami.



Pará: retirada de madeira chega a 3 milhões de metros cúbicos



## O extermínio permanente

A exploração da madeira em áreas indígenas transformou-se, nos últimos cinco anos, num grande negócio. Em toda a Amazônia, são derrubadas árvores centenárias e as madeiras preferidas são o mogno, cerejeira, angelim. O atual presidente da Funai, Romero Jucá Filho, assinou contrato com dez madeireiras. Os contratos foram assinados sem concorrência pública e as empresas, que ficaram fora da transação, denunciaram funcionários da Funai por prática de extorsão. Esses funcionários, há menos de um ano, procuraram algumas madeireiras, dizendo-lhes que poderiam extrair o produto, pagando aos funcionários, em troca, quantias que variam de um a dois milhões de cruzados. E, em Brasília, a Funai mantém um escritório comercial para atender às empresas. É lá que se pode encontrar o presidente da Funai.

As denúncias dos funcionários das madeireiras foram feitas em cartório de Rondônia e o sertanista e antropólogo Ezequias Heringer desabafa: "A negociata de madeira está lesando o patrimônio indígena em mais de um bilhão de dólares anuais". De fato, os contratos implicam milhões de dólares e as madeireiras, pela exploração na área indígena, se comprometem a promover melhorias na área, como construção de bueiros, revestimento primário de es-

tradas e construção de portes, além de alongamento dos campos de pouso.

Os primeiros contratos de exploração de madeira foram realizados pelo ex-presidente da Funai, coronel Paulo Moreira Leal, com a empresa Sebba S.A. na área dos gorotire, subgrupo da nação Caiapó, que vive no município de Redenção, sul do Pará, há seis anos. De lá até hoje, mais de dez contratos foram assinados. O recordista de assinaturas é o atual presidente, Romero Jucá Filho.

Para se ter noção do quanto é retirado, cita-se o exemplo das possibilidades que se abrem com a ferrovia Norte-Sul. De acordo com o relatório de impacto ambiental apresentado, esta ferrovia vai gastar 853 mil metros cúbicos para a construção de seus dormentes e mais cem mil metros cúbicos anuais para a reposição. A ferrovia liga os estados do Maranhão e Goiás.

### Lucros altos

No Pará, a retirada de madeira já atingiu três milhões de metros cúbicos. E a Madeireira Sebba vende o metro cúbico do mogno de segunda por 31 mil cruzados, a preços de abril deste ano. Os lucros são tão altos que a família Marmud, instalada em Cruzeiro do Sul, no estado do Acre, na área dos jaminaua, está ir plantando a primeira fábri-

ca de pneus, nacional, com investimentos de 30 milhões de dólares.

Em setembro de 1987, Romero Jucá Filho e Edson Mehl assinaram um contrato de permuta de madeira na reserva indígena do Vale do Guaporé. De acordo com o documento assinado, a empresa Indústrias Mehl Florestal da Amazônia Ltda, com sede em Cuiabá, Mato Grosso, poderia extrair dez mil metros cúbicos de mogno, mil de cedro e mil de cerejeira. Não estão estipulados os valores monetários mas, para "pegar" os índios, a Indústria Mehl se comprometeu a comprar um veículo Toyota, com carroceria, construir três escolas, um posto de enfermagem, comprar um trator zero quilômetro e outro trator com carreta. Estes dois tratores, de acordo com o contrato devem ser entregues no prazo máximo de dois anos.

Aparentemente, o contrato é correto. Com duração de 36 meses, este acordo, entretanto, foi feito sem qualquer concorrência pública, numa escolha aleatória entre as dezenas de madeireiras de Rondônia. Semelhante documento foi assinado ainda com a Madeireira Várzea Gracense, de propriedade de Vilson Pivesan Pompermayer, estabelecendo-se outras permutas, a Indústria e Comércio de Madeiras Cometa Ltda, Madeireira Noroeste Ltda, Serdil-Serraria Dias Ltda e outras.

Ficaram de fora algumas empresas que, evidentemente, denunciaram a Funai. Entre estas, a Madeireira Regente, diante do escrivão judicial de Espigão do Oeste, em Rondônia, afirma ter sido procurada pela Funai, através de um assessor do presidente do órgão. Este assessor ameaçou paralisar a exploração da madeira, mas propôs um acordo, "se eu fornecesse a importância de um milhão e quinhentos mil cruzados, deixaria continuar normalmente os trabalhos". O autor da denúncia não diz se entregou o valor exigido e se coloca à disposição para esclarecimentos.

O mais paradoxal destas transações é que elas contrariam portaria conjunta assinada entre a Funai e o IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal), também em setembro de 1987. A portaria determina que a exploração só pode ser feita se "pleiteada pela comunidade indígena". E os índios atingidos jamais reivindicaram exploração da madeira em seus territórios. ●

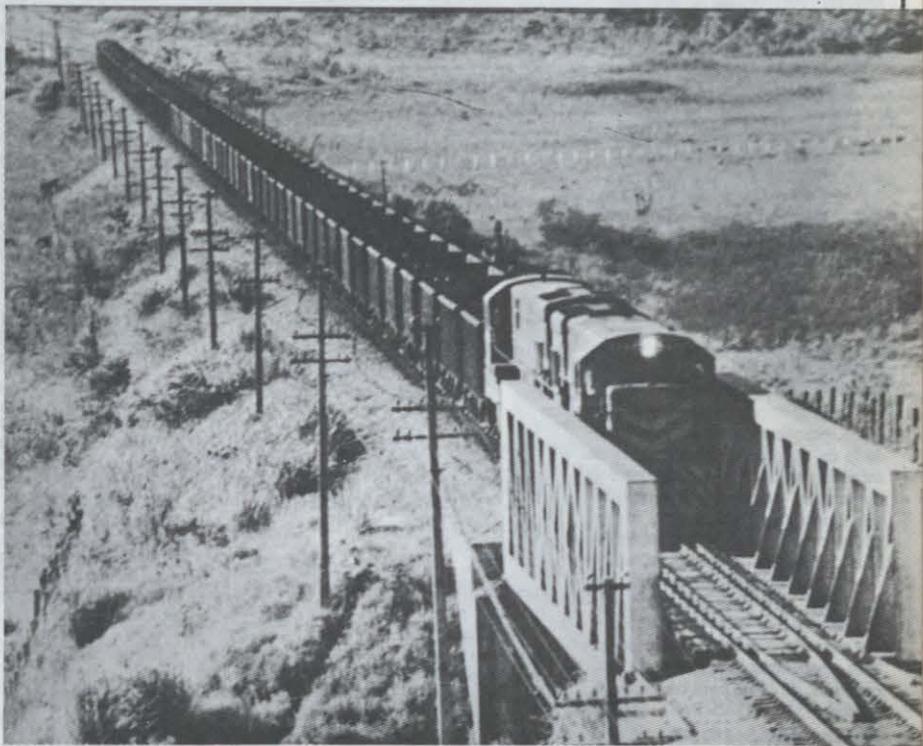
# TREM S. PAULO-BUENOS AIRES VAI COMPETIR COM O CAMINHÃO

O trem expresso São Paulo-Buenos Aires, que começa a operar em novembro deste ano, vai reduzir de 15 para 6 dias o tempo necessário para cobrir os 2.670km de distância ferroviária entre as duas cidades e permitir que trem com tarifas 40% mais baratas possa disputar com o caminhão as cargas nobres que circulam entre os dois países. Atualmente, a viagem por rodovia é feita também em torno de 6 dias e o Superintendente Comercial da Rede Ferroviária Federal S.A., Clóvis Muniz, espera com o novo serviço carrear para os trilhos o transporte de pneus, auto-peças, eletrodomésticos e outros produtos até agora exclusivos dos caminhões.

No ano passado, foram transportadas por ferrovia, entre o Brasil e a Argentina, 360 mil toneladas de cargas e a expectativa da RFFSA com o novo trem é de dobrar esses números. Os principais produtos exportados pelo Brasil por ferrovia foram adubos, alumina, bauxita, celulose, pasta mecânica, polietileno e produtos siderúrgicos. De importações, os trens trouxeram ácido bórico, arroz beneficiado, betonita, bórax (matéria-prima para fabricação de vidros), cofre, farinha de carne, milho e soja paraguaia. Clóvis Muniz disse que o trem expresso padrão terá 30 vagões, podendo carregar 2.400 toneladas de cargas, incluindo contêineres (cofres de cargas) fixados sobre vagões "prancha-lisa".

## Facilidades

O trem expresso vai sair todas as quartas-feiras da estação concentradora de cargas de Mayrink, na Grande São Paulo, e percorrer os primeiros 353km, até a estação de Pinhalzinho (fronteira S. Paulo-Paraná), tracionado por locomotivas da Ferrovia Paulista (Fepasa). De Pinhalzinho até Uruguaiana, no total de 1.617km, o transporte será feito pela RFFSA, que entrega a carga em Uruguaiana (RS) para a ferrovia argentina



Destino: Buenos Aires. 2.670 quilômetros

encarregada de cobrir os 700km até Buenos Aires. O trecho em território brasileiro é coberto em 108 horas e, após um dia de baldeação na fronteira, o trem chega à capital argentina com mais 20 horas de viagem.

Para viabilizar o novo sistema de transporte, mais barato e econômico em termos de consumo de combustível, a RFFSA conta com as medidas de facilitação do transporte terrestre entre Brasil e Argentina, que vêm sendo tomadas pela comissão que trata do Protocolo 15 (transporte terrestre) do acordo bilateral assinado pelos presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín. No início de outubro, a comissão decidiu criar facilidades aduaneiras, para tornar mais rápidos os despachos na fronteira e estabeleceu horário de 24 horas para funcionamento das aduanas entre Uruguaiana e Paso de los Libres.

Foi estabelecida também, e está

em fase de implantação, uma apólice de seguro única para o transporte Brasil-Argentina. No campo da fiscalização fito-sanitária ficou decidido que os certificados emitidos por um país serão reconhecidos pelo outro, o que vai reduzir em 96% as vistorias de produtos na fronteira, mantendo-se a fiscalização apenas sobre os altamente perecíveis.

No início de 1988, entra em vigor o conhecimento único de cargas para o transporte entre os dois países. O conhecimento será intermodal e negociável, podendo ser recebido nos organismos exportadores Brasileiros e Argentinos. O novo sistema vai permitir também a cobrança de um frete único no transporte S.Paulo-Buenos Aires (hoje são feitos até três pagamentos diferentes no transporte ferroviário). Os Bancos Centrais dos dois países estão estudando uma forma de compensação que permita o acerto das contas a cada quatro meses.

# terceiro mundo

postal



**OUTUBRO E A PERESTROIKA**  
De: Mikhail Gorbachiov

A perestroika, como continuidade da revolução, só avançará na medida em que esse caminho seja assimilado pelos próprios soviéticos, que devem, da mesma forma, como o autor aconselha, assimilar as experiências de outros países.

As mudanças que se sucedem na URSS, talvez sejam o mais importante passo depois de Outubro no sentido da democracia socialista. Democracia sem o estilo impositivo, de cima para baixo. 86 pág.

E-153 CZ\$ 450,00

**MAIS DEMOCRACIA MAIS SOCIALISMO**  
De: Mikhail Gorbachiov

A URSS, hoje, é um laboratório para o qual estão voltadas as atenções do mundo. O que lá ocorre, já começa a influir sobre os nossos destinos - as perspectivas de se criar progresso no caminho do desarmamento são positivas. Gorbachiov, formula com audácia o princípio do caráter humanista que deve impregnar as relações internacionais em um universo cada vez mais independente. 77 pág.

E-155 CZ\$ 400,00

**O VERÃO DOS PERSEGUIDOS**  
De: José Louzeiro

Neste romance, entre outras coisas, Louzeiro nos mostra como os índios são exterminados e como se inventam lendas para que o genocídio possa ser "explicado" oficialmente e, por isso mesmo, tolerado.

Com uma narrativa forte e direta, o autor compõe um quadro o mais nítido possível de um mundo selvagem que raramente tem ocupado nossos ficcionistas. 300 pág.

E-154 CZ\$ 550,00

**CELSO FURTADO**  
TRANSFORMAÇÃO E CRISE NA ECONOMIA MUNDIAL

**TRANSFORMAÇÃO E CRISE NA ECONOMIA MUNDIAL**  
De: Celso Furtado

"A decisão de reunir esses ensaios (...) foi motivada pelo desejo de imitar a nova geração a retornar aos estudos dos problemas globais, sem o que estamos murados no provincianismo intelectual, e continuaremos caudatários de alguma visão do mundo recortada sob medida para que nos conformemos com nossa secular situação de dependência". (Celso Furtado) 289 pág.

E-156 CZ\$ 1.500,00

**O JORNALISMO ECONÔMICO NO BRASIL DEPOIS DE 1964**  
De: Aylê-Salassí F. Quintão

O livro propõe-se a explicar o desenvolvimento do jornalismo econômico no Brasil, a sua consolidação e o seu papel ideológico. É um livro básico para estudantes e profissionais de comunicação bem como leitores interessados em saber o "porquê" e a função do "econômico" na imprensa brasileira. 212 pág.

E-159 CZ\$ 920,00

**RAUL SENDIC AS IDÉIAS DE UM LÍDER TUPAMARO**  
Tradução: Cássia Corintha Pinto

As idéias de Raul Sendic se colocam em uma séria e digna perspectiva de transformação revolucionária latino-americana. Postura que os sete anos de prisão não quebraram e que em sua saída do cárcere estava expressa na seguinte proclamação que dirigiu ao povo uruguaio: "Amigos, há homens e mulheres que morrem na luta deste povo. Há outros que sofreram até enlouquecer nos calabouços. Há pais que não podem dar comida e nem vestir seus filhos. Eles nos dão força para seguir a luta e nesse sentido vamos nós e todos aqueles que queiram nos fazer companhia". 119 pág.

E-152 CZ\$ 530,00

**NÓS, AS MULTINACIONAIS E OS ESTADOS UNIDOS**  
De: Samuel de Paula

A dinâmica e conteúdo da expansão a que o Terceiro Mundo vem sendo submetido estão relacionados às forças internas antinacionais e às correntes dos grandes monopólios. O autor mostra em linguagem simples, clara como o imperialismo faz tudo para debilitar a soberania de todos os países onde se implanta, gerando uma crescente maioria de depositados. Isso tem a ver com a vida de cada um de nós. 115 pág.

E-073 CZ\$ 550,00

**O SOCIALISMO E AS IGREJAS**  
O comunismo dos primeiros cristãos  
De: Rosa Luxemburgo

Seu trabalho sobre o "comunismo dos primeiros cristãos" tem ainda hoje relevância e, em muitos sentidos, atualidade. Ao buscar na história a explicação do compromisso da instituição religiosa com os poderosos, evidencia dois aspectos de permanente interesse, sempre que se trata das relações Igreja-Estado: primeiro, o inevitável comprometimento da instituição com o Estado; segundo, como o conflito maior da sociedade (a luta de classes) se reflete no seio da organização eclesial. 61 pág.

E-102 CZ\$ 390,00

**NICARÁGUA, NICARÁGUA - UM POVO EM ARMAS CONSTRÓI A DEMOCRACIA**

De: Mirian Goldenberg

"Quem já ama a Nicarágua vai amar este livro". (Chico Buarque). A primeira parte de *Nicarágua, Nicarágua* é uma crônica relatando os desafios de um regime que procura combinar os direitos do trabalhador com pluralismo partidário. Na segunda e terceira partes, a autora dá um apanhado histórico da Revolução Sandinista e entrevista membros do governo e líderes da oposição. "É uma obra indispensável a quem pretende conhecer a Revolução Sandinista por dentro". (Frei Betto). 156 pág.

E-144 CZ\$ 800,00



**DESENVOLVIMENTO, CRISE E VISÕES ALTERNATIVAS: PERSPECTIVAS DAS MULHERES DO TERCEIRO MUNDO**  
De: Gita Sen e Caren Grown

O livro resulta do esforço coletivo da rede DAWN/MUDAR (Mulheres por um Desenvolvimento Alternativo).

Sintetiza a análise de três décadas de políticas voltadas para a mulher, enfatizando, sobretudo, a última fase que se caracteriza pela forte crise econômica que afeta os países do Terceiro Mundo.

Mostra como as mulheres estão se organizando para superar as dificuldades impostas pela pobreza, fazendo uso da criatividade em busca de soluções alternativas. 150 pág.

E-158 CZ\$ 1.000,00

• Desejo receber pelo reembolso postal os livros assinalados, com desconto que tiver direito.

sou: ( ) assinante ( ) não-assinante

Nome .....  
Endereço .....  
Bairro ..... Cidade .....  
Estado ..... CEP ..... Tel: .....  
Profissão .....

comprador

## TABELA DE DESCONTOS

- 10% para "não-assinantes" em 4 livros ou mais.
- 10% para "assinantes" na compra de 2 livros ou mais.
- 15% para pagamento antecipado de qualquer pedido.

## REVISTA nº 110

Obs.:

- Porte a cobrar sobre o líquido (deduzido o desconto, se houver).

PROMOÇÃO POR TEMPO LIMITADO

CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE

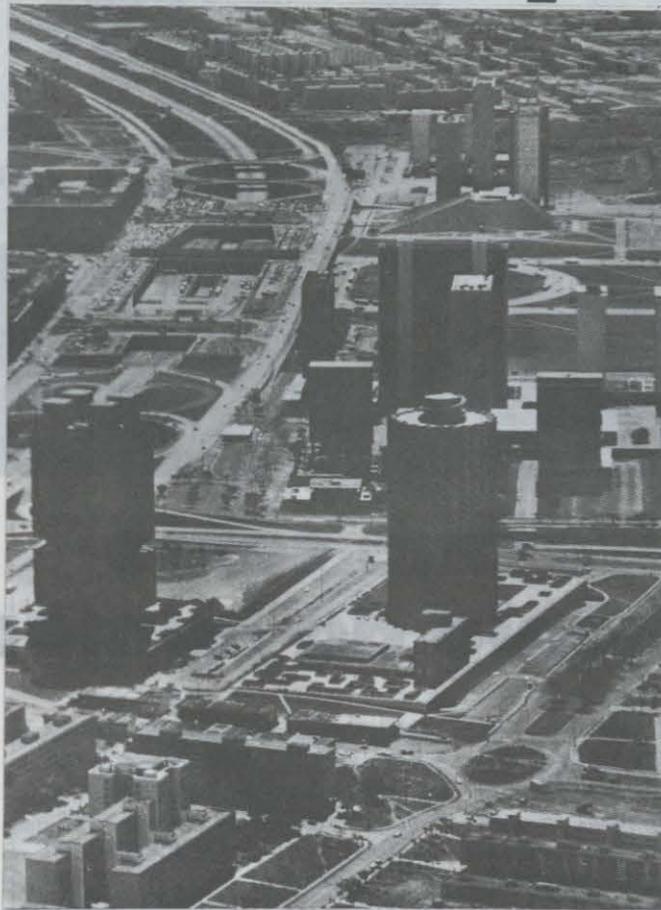
28 anos



# Brasília, capital para sempre

Sonhada por mais de um século, construída num gesto de ousadia e futurismo, aos 28 anos Brasília comemora também sua condição de bem da humanidade e de cidade em acelerada expansão

Yacy Nunes



Brasília já tem hoje quase 2 milhões de habitantes

Uma cidade que foi moldada para ter 500 mil habitantes e que já tem 1 milhão e 800 mil habitantes. Essa é uma das preocupações do governo de Brasília: administrar uma cidade tão densa, em termos populacionais. Por isso, a administração do Distrito Federal está preparando um novo plano de expansão da capital.

O projeto, que conta com o apoio de Oscar Niemeyer, prevê a despoluição do lago Paranoá, através da criação de uma rede de saneamento e de abastecimento de água.

"Já começamos a preparar a população para o problema do racionamento de água em Brasília, pois sua falta é um dos maiores temores da população", diz José Aparecido.

Outro problema para os administradores da cidade é o que se refere ao setor de transportes. Em Brasília, a população que não tem carro - que é a maioria e habita, principalmente, as cidades satélites - gasta muito dinheiro com as passagens: "É a passagem de ônibus mais cara do país", admite o governador.

Isso se deve ao fato dos ônibus pararem em poucos pontos e não haver passageiros nos trechos intermediários entre os pontos finais.

## Produção e consumo

A questão do abastecimento também é um problema para o Distrito Fe-

deral. Como o transporte é muito caro, os produtos de primeira necessidade são muito caros e não se encontra todo tipo de gêneros nos supermercados.

"Em Pequim, as plantações são totalmente orientadas no sentido do abastecimento. Vamos tentar fazer o mesmo em Brasília", disse o governador ao relatar algumas das idéias do governo para encontrar alternativas que melhorem a situação do abastecimento.

Outra solução para resolver um dos futuros problemas do Distrito Federal - o desemprego - é a implantação de um pólo industrial na cidade. Aos 28 anos, Brasília assiste ao fim de um modelo de crescimento baseado no setor terciário e nos empregos

gerados pelo governo.

"A industrialização é vital, mas é preciso pensá-la com extremos cuidados", observa o governador José Aparecido, acrescentando que a dependência da renda gerada pelos serviços produziu um agravamento da situação social, pois faltam indústrias para completar o circuito econômico.

Ao criar a Secretaria de Indústria e Comércio, o governador José Aparecido teve o objetivo de incentivar as atividades manufatureiras e da indústria de transformação. A criação do pólo industrial no Distrito Federal poderá resolver o problema do emprego direto, com

o desenvolvimento da manufatura e a expansão dos transportes e das comunicações, do setor financeiro, do comércio e dos serviços em geral.

"Na falta do emprego fabril, atualmente, os trabalhadores têm que brigar pela prestação de serviços não-qualificados e, por isso, são levados, sem querer, para o subemprego", diz o governador.

Levantamento feito recentemente pela Secretaria de Indústria e Comércio de Brasília revela que o governo do Distrito Federal mantém em sua folha de pagamento mais de cem mil pessoas. Talvez, até, supere o Governo Federal na geração de empregos.

Foto: Silvana Louzada/Agli



Jorge Amado, o embaixador Paulo de Tarso, o governador José Aparecido, o presidente Sarney, Henry Lopes (da Unesco), o embaixador Josué Montelo e Joaquim Hapary F<sup>o</sup>, na sessão de abertura do Congresso de Escritores

## Primeiro ano como patrimônio da humanidade

**D**urante uma semana, a partir de 21 de abril passado, a população de Brasília participou de uma série de comemorações pelos 28 anos da capital. As festividades serviram também para marcar o primeiro ano da decisão da Unesco, que fez de Brasília patrimônio da humanidade.

O governador José Aparecido de Oliveira recebeu mensagens de vários cantos do mundo, como a do prefeito de Roma, Nicola Signorello, que destacou o fato da data de aniversário das duas cidades — 21 de abril — coincidir.

Os recursos para a realização dos eventos que marcaram o aniversário da cidade foram dados pela iniciativa privada, através das agências de publicidade que se encarregaram, também, de promover a festa.

Além do Encontro Internacional de Escritores, que reuniu representantes da América Latina e Caribe, a capital do país recebeu jornalistas de todo o mundo, que participaram do Encontro Internacional dos Jornalistas.

O Encontro Internacional dos Escritores — realizado no Itamaraty — reuniu mais de 50 representantes do Brasil, Ar-

gentina, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, Guadalupe, Haiti, Martinica, México, Paraguai, Porto Rico, Suriname, Uruguai, Venezuela, além de Portugal, Marrocos, França e Grã-Bretanha.

### Escritores presentes

Entre os convidados incluíam-se Antônio Houaiss, Cyro dos Anjos, Rangel de Queiroz, João Cabral de Mello Neto, Darcy Ribeiro, Affonso Romano de Sant'Anna (Brasil), Severo Sarduy (Cuba), Jean-Marie Le Clezio (França) e Mario Benedetti (Uruguai), que discutiram a importância da literatura latino-americana e caribenha na criação literária universal.

Na opinião de Gerardo Mello Mourão, que organizou o encontro, "a literatura latino-americana é matéria do possível": "As raízes da cultura da América Latina são de catástrofe. Nossa cultura surgiu da catástrofe, do fim das culturas do colonizador e do indígena", lembrou.

As comemorações do 28º aniversário de Brasília constaram de missa na Catedral, rezada por d. Agnelo Rossi, envia-

da pelo papa João Paulo II. Entre os presentes — que foram marcantes também em outras solenidades —, dona Sara Kubitschek, Jorge Amado, Zélia Gattai e Oscar Niemeyer, o arquiteto que projetou Brasília.

### Condecorações

Depois da missa, o governador José Aparecido condecorou várias personalidades com a medalha da Ordem do Mérito Brasília. Entre os agraciados, Leon Pressouyre, relator do processo que incluiu Brasília na lista de bens da humanidade, e Amadou M'Bow, ex-secretário geral da Unesco.

O primeiro prefeito de Brasília, Israel Pinheiro, dará seu nome à galeria que foi inaugurada no Palácio Buriti, com fotografias de todos os ex-prefeitos e ex-governadores do Distrito Federal.

Durante a semana que comemorou o 28º aniversário de Brasília, foi lançada, também, pela Casa da Moeda, a medalha "Brasília Patrimônio Cultural da Humanidade". A criação do projeto foi do arquiteto Oscar Niemeyer e a sua reprodução limitada.

O Encontro Internacional dos Jornalistas, no Palácio do Itamaraty, foi aberto pelo presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, e presidido pelo presidente da Organização Internacional de Jornalistas, Kaarle Nordstrem, e pelo presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, Armando Rollemberg.

O evento reuniu 85 profissionais, vindos dos cinco continentes. Para o presidente da Fenaj, a reunião teve grande significado político: "Nunca se realizou encontro tão amplo no Brasil. Entre outras coisas, elaboramos o roteiro das atividades da Organização Internacional de Jornalistas para 1988 e fizemos uma análise da situação do jornalismo na América Latina", destacou Rollemberg.

Além disso, foram assinados acordos de cooperação entre a Fenaj e os presidentes de sindicatos e associações profissionais de Angola, Moçambique, Portugal, Argentina e República Democrática Alemã.

Ao abrir a solenidade, o deputado Ulysses Guimarães informou que o artigo 69 da nova Constituição, já elaborado, estabelece a livre manifestação de pensamento, sem qualquer censura e que todos têm acesso à informação.

## Relógio

Outro evento que marcou as solenidades pelo 28º aniversário de Brasília foi a inauguração do relógio solar, no Parque da Cidade.

A idéia de construir um relógio solar em Brasília partiu do diretor do Observatório Nacional, Jaques Dannon, do diretor do CNPq, Marcomede Rangel Nunes, e do arquiteto Oscar Niemeyer, responsável pelo projeto. A iniciativa teve apoio do governador José Aparecido e do ministro da Ciência e Tecnologia, Luis Henrique da Silveira. Serviu, ainda, para marcar a passagem dos 160 anos do Observatório Nacional.

Finalmente, foi recriada, também como parte das comemorações pelo aniversário de Brasília, a revista "Brasília", que surgiu, inicialmente, em janeiro de 1957, com o objetivo de documentar as obras da nova capital. Segundo José Aparecido, a revista ressurgiu agora para marcar a inclusão da capital no Patrimônio Cultural da Humanidade. ●



Niemeyer. "Objetivos quase cumpridos"

□ Para o arquiteto Oscar Niemeyer, um dos criadores de Brasília, o Distrito Federal tem quatro fases distintas: "Primeiro, é a fase do sonho de Juscelino Kubitschek de construir Brasília. Era a idéia antiga de construir a capital no Planalto Central e de levar o progresso para o interior do país, criando estradas e ocupando espaços. Depois, vem a fase do início das obras, o Plano Piloto. Foram quatro anos de luta para a construção de Brasília. Não faltaram obstáculos, mentiras, perfídias, que a terra era porosa e o lago seria impossível de sobreviver. Que o clima era ruim. A tudo isso, Juscelino resistiu. E as obras começaram. A equipe que organizei era jovem. Em 1957, quando Brasília era apenas um deserto, viemos para cá. Foram quatro anos de obstáculos que nos davam cada vez mais decisão de cumprir o sonho de J.K. Em quatro anos, Brasília foi realizada".

A terceira etapa da construção de Brasília, continua Niemeyer, foi a da ditadura militar: "Ninguém procurou prejudicar, deliberadamente a nova capital. Foi apenas desamor, desinteresse. Foram construídos prédios feios e ruins, quebrando a unidade. A quarta etapa de Brasília é a da administração do governador José Aparecido, que me trouxe de volta. Ele recuperou a cidade com verbas curtas e reformou o que estava envelhecido".

Entre as transformações, Niemeyer cita a reforma da Praça dos Três Poderes, que teve seu museu organi-

## Trabalhadores fora do Plano Piloto

do e posto em funcionamento, o Panteão da Independência e a lei que proíbe a construção de grandes prédios na cidade e a ocupação da área verde.

"Por isso, a população de Brasília poderá viver tranquila, que a sua área verde não será prejudicada. Brasília é uma cidade que não tem poluição, cheia de jardins, clubes e de fácil comunicação. É simples e acolhedora nas zonas de habitação e monumental na área destinada aos serviços públicos do país."

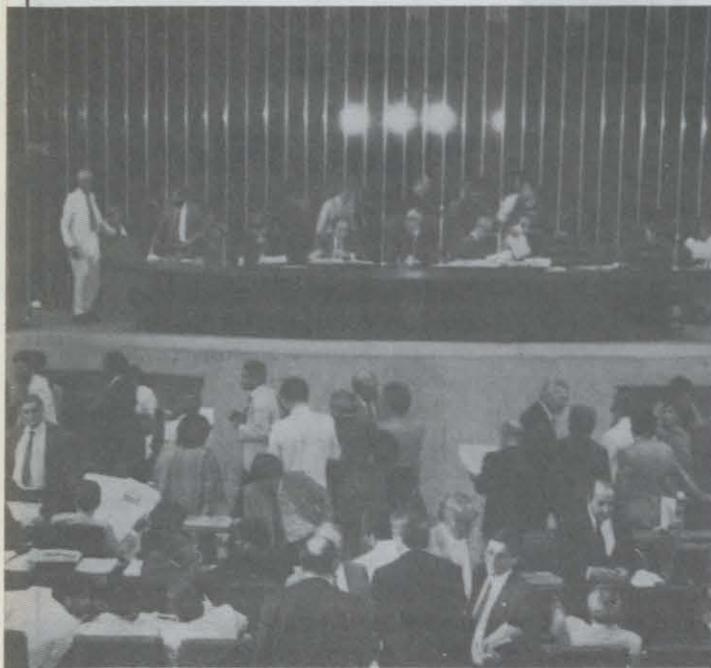
Segundo o arquiteto, em Brasília não há alienação, ao contrário do que se pensa: "Em Brasília, a população é obrigada a viver o principal problema da cidade, a política".

A única ameaça que existe em Brasília, de acordo com Niemeyer, é o aumento da densidade populacional.

Sobre a população de Brasília, o arquiteto a define como inteiramente jovem: "Predomina a juventude. Eles são intransigentes defensores de Brasília. Mas a cidade tem uma contradição. No Plano Piloto, estava prevista a construção de casas de operários e isso nunca foi possível ser feito porque vivemos num regime discriminatório entre pobres e ricos. No Plano, a idéia era a de que fossem construídas casas simples, pré-fabricadas e baratas, de fácil construção. Mas aqui o pobre é tão pobre, que o que ele quer é apenas um lote de terra para fazer o seu barraco".

De qualquer forma, para o arquiteto, um dos grandes objetivos de Juscelino, ao construir Brasília já foi cumprido: "Ele queria e conseguiu trazer o progresso para cá, fazendo com que Goiânia e outras cidades situadas nessa região crescessem".

Y.N.



Plenário da Constituinte: aumento no ritmo de atividades

□ Já se passaram muitos meses além do prazo inicial, mas a Constituinte ainda não pode sequer apontar para a frente e afirmar, com segurança, qual a data em que estará brindando a nação com o resultado do trabalho que lhe foi encomendado pelos cidadãos. Da lenta coleta de subsídios o arcabouço de um ante-

projeto, passando pelo desenrolar dos trabalhos de sistematização e alcançando a fase de votação, que prossegue, 15 meses se passaram.

Ao contrário, porém, de uma impressão dominante na maior parte do tempo, no correr do ano passado, a opinião pública começa a tomar consciência do peso do trabalho que se abate

## Nos trilhos

□ "O impacto previsível da construção de uma ferrovia, ligando Açailândia (MA) a Anápolis (GO) sobre sua região de influência" é agora tema de concurso de monografias para universitários.

Trata-se da Ferrovia Norte-Sul e o concurso foi lançado em meados de abril pela Universidade Federal do Maranhão, com vistas a estimular o debate e o conhecimento sobre o projeto federal da rodovia e suas consequências sociais e eco-

nômicas para o Planalto Central e o norte do país.

O prazo final para a entrega dos trabalhos é o dia 30 de agosto. Banca de cinco professores fará o julgamento, cabendo como premiação valores de 250 OTNs para o primeiro colocado, e de 150 para o segundo. Os organizadores do concurso contam com o apoio da Associação Brasileira da Indústria Ferroviária-Abifer e do Sindicato da Indústria de Equipamentos Ferroviários em São Paulo-Simefre. •

## Um duro trabalho

sobre os constituintes. As críticas iniciais resultaram num evidente aumento de ritmo das atividades. Ao mesmo tempo em que se contabilizou, em abril, uma caminhada já efetuada de dois terços da nova Constituição, constata-se a predominância de uma postura de preocupação em legar ao país uma Carta nacionalista e avançada, sob diversos pontos, como se verificou em vários itens do capítulo da ordem econômica (veja, a propósito, p. 70 a 72).

Significativo — além da atitude laboriosa — é que a opinião pública tenha conseguido repercutir seus anseios e pressões na Constituinte, em intensidade tal que muitas votações tiveram resultados considerados surpreendentemente avançados. A tendência favorável às teses nacionalistas no campo econômico não se confirmou, no entanto, na questão da reforma agrária. Ostensivamente orientados pela UDR, os constituintes do Centrão conseguiram

evitar a aprovação do substitutivo do relator Bernardo Cabral que, embora muito moderado, admitia, em determinadas circunstâncias, a desapropriação de terras produtivas.

Há a esperança de que essa decisão, que torna a reforma agrária inócua e inexecutável, seja derrotada através da aprovação de uma nova emenda ou que seja suprimida na segunda votação.

Se não for, a luta pela reforma agrária deve ganhar novo impulso, já agora exigindo a reforma da Constituição, que, se continuar com esse dispositivo, será mais reacionária que o Estatuto da Terra da ditadura.

O deputado Plínio do Arruda Sampaio (PT-SP) vê com grande preocupação o futuro no campo. Em declaração à "Folha de São Paulo", sentenciou: "Vamos ter o que nunca tivemos: guerrilha no campo. Tupamaros e Sendero Luminoso. Foi um voto contra a estabilidade do processo político".

## Fogo no mar

□ Na última semana de abril, escapamento de gás na plataforma marítima de Enchova, na Baía de Campos, no litoral fluminense, deu início a um incêndio que está custando caro à Petrobrás e interrompeu a produção diária de 10% do petróleo extraído no país.

Falha humana ou técnica — não se chegou ainda a uma conclusão —, o incêndio afetou duramente a plataforma de Enchova, de onde, porém, houve tempo de retirar todo o pessoal. O res-

friamento da estrutura de três andares, realizado de forma permanente por vários barcos-bombeiros, apenas ajuda a impedir um fatal alastramento do fogo.

Não contribui, porém, para resolver a questão, uma vez que se torna necessário controlar o escapamento de gás.

Deixam de ser produzidos 60 mil barris diários, o que acumulará, até fins de maio, uma perda equivalente a quase 40 milhões de dólares. •

□ O comediante Jô Soares volta a sofrer restrições à sua liberdade de trabalho, ao se ver vetado de aparecer em anúncios na tela da Rede Globo de Televisão. Não se trata de falta de qualidade, mas de outro lance da guerra entre as Tvs de Roberto Marinho e Sílvio Santos.

Quando deixou a Globo, no final do ano passado, para levar seu programa para o Sistema Brasileiro de Televisão, de Sílvio Santos, Jô Soares entrou numa lista negra de personagens vetados na emissora de Marinho. Veto que se estende principalmente a comerciais estrelados pelo comediante. Essa é, aliás, a forma mais dolorosa de atingir o artista que se tornou um defasado, pois se lança sobre ele o estigma de maldito e se alerta o mercado de anunciantes para a perda certa da janela de divulgação da Globo, a

## Guerra do ar



Sílvio Santos: buscando construir nova imagem e novas relações

mais importante da televisão brasileira.

Os prejuízos impostos a Jô Soares envolvem um alegado direito da emissora em recusar o material publicitário que lhe aprovar, mas também dizem respeito à liberdade de trabalho e ao

direito dos anunciantes de lançarem, com os artistas que lhe agradarem, as mensagens publicitárias de sua preferência, num serviço que é concessão pública.

A ira da Globo, porém, supera o simples fato de um artista que trocou de casa:

envolve a própria emissora concorrente.

Nas restrições aos comerciais com Jô Soares, está por trás a decisão de impedir qualquer concessão que acabe por beneficiar o canal de Tv de Sílvio Santos. Em campo para obter influência política qualificada na sociedade, Sílvio Santos pode se tornar o grande adversário do Sistema Globo.

Filiando-se ostensivamente a um partido (PFL) e propondo sua candidatura à prefeitura paulista, Sílvio Santos busca construir uma nova imagem e novas relações, que, inegavelmente, terão efeito na concorrência de negócio e igualmente na de espaço político. A determinação de Sílvio Santos transparece, ainda, quando — contrariando interesses da Globo — propõe-se a abrir o SBT aos partidos políticos, para programas de longa duração. ●

## Dezoito anos para o pistoleiro



Padre Josimo (esq.): mais uma vítima de um crime sem punição

□ Quase dois anos após o crime, o assassino do padre Josimo Tavares recebeu a pena de 18 anos de prisão, em julgamento realizado na cidade maranhense

de Imperatriz. Foi lá que, em maio de 1986, Geraldo Rodrigues da Costa matou o padre Josimo, a tiros, numa ação encomendada por diversos fazendeiros, entre

eles um vereador da cidade goiana de Augustinópolis, Osmar Teodoro da Silva, e o latifundiário Geraldo Paulo Vieira. Motivo: o trabalho pastoral do sacerdote junto aos sem-terra da região.

A pena do pistoleiro Geraldo indica um avanço na ação da justiça, mas, ao mesmo tempo, expõe o drama que envolve a questão da propriedade da terra. Se Geraldo foi preso, julgado e condenado, os mandantes continuam impunes e sequer foram indiciados.

O pistoleiro confessou, sem constrangimentos, os episódios do crime, uma primeira tentativa frustrada e a segunda, bem-sucedida, quando alvejou o padre Josimo pelas costas, no centro de Imperatriz. Narrou sua contratação para a empreitada, pelo preço, na época,

de 50 mil cruzados, de que chegou a receber somente uma pequena parte. Deu nomes e descreveu situações. Mas, no banco dos réus, apenas ele pagou pelo crime.

A violência que cerca a questão da terra não desaparecerá, enquanto latifundiários dispostos a tudo souberem que a lei não lhes diz respeito. A rotina de assassinatos continua a seguir seu curso, numa região onde se pode elaborar uma lista de nomes de pessoas que vão morrer por contrariarem o latifúndio, sem que os mandantes se preocupem sequer em disfarçar seus propósitos.

Condenado sozinho, o pistoleiro Geraldo definiu a situação com aguda clareza: "Só é minha condenação não resolve nada". ●

# Nacionalismo: as lutas de ontem e de hoje

Neiva Moreira

**É** auspicioso que, reativada, a Frente Parlamentar Nacionalista volte a desempenhar papel decisivo na luta pelas teses progressistas na Constituinte. E mais ainda, por se constatar que conta com cerca de 130 parlamentares, combativos e vigilantes.

Parece até que o tempo não transcorreu. Como no passado, o "guru" entreguista continua sendo o sr. Roberto Campos, que só dá folga ao nosso país quando, a serviço da transnacional à qual está vinculado, fica fazendo consultorias no exterior. A seu lado, continuam o sr. Delfim Neto, botando banca no Centrão, e o sr. Mário Henrique Simonsen, dando conselhos que ele próprio não seguiu. São os mesmos campeões do antinacionalismo, hoje, conspícuos, críticos e conselheiros, como se não fossem, como oráculos econômicos da ditadura, os grandes responsáveis pela crise que estamos atravessando.

Campos e Delfim estão mais velhos, mas os seus argumentos de hoje não são diferentes dos do passado. A luta contra o monopólio estatal do petróleo já não é o "cavalo de batalha" como naquele período. O êxito da Petrobrás não só os modelou, mas os deixou em posição muito difícil para defender a entrega do petróleo às transnacionais. Agora, são a mineração, a informática, o comércio externo, que estão na primeira linha, sob o manto da "modernização" do país e da "abertura da economia ao exterior".

**O**s avanços conquistados na Constituinte, apesar de ainda tímidos e insuficientes, os enfureceram. Queriam que se deixasse escrito na Constituição que a empresa estrangeira tem os mesmos direitos das nacionais. Seria um absurdo que nenhum país do mundo, nem os mais ortodoxamente capita-

listas, poderia aceitar. E quando a Constituinte, num ato de transcendência histórica, nacionaliza a mineração, a grita generalizou-se, como se o nosso país houvesse "albanizado" a sua economia. Parlamentares da direita, executivos das transnacionais, técnicos corrompidos pelos interesses estrangeiros, entraram em choque.

No entanto, basta olhar o mapa do nosso subsolo, levantado com dados oficiais, que entidades técnicas fizeram chegar aos constituintes, para se saber quem domina as nossas riquezas minerais.

**E**stão registrados, no Departamento Nacional da Produção Mineral, 60.720 lotes de pesquisa e mineração, com um total de 1.624.555 km<sup>2</sup>, 19% do território nacional, ou seja, uma área equivalente à Alemanha Ocidental, França, Inglaterra, Espanha e Portugal juntos.

Essas concessões estão assim distribuídas por grupos econômicos: estrangeiros, 401.757.757 km<sup>2</sup> (38,1%); privados nacionais, 368.596 km<sup>2</sup> (35%) e estatais, 283.076 km<sup>2</sup> (26,9%). Assinale-se que entre os grupos privados nacionais há forte penetração estrangeira.

O grupo anglo-canadense British Petroleum-Brascon detém 192.958 km<sup>2</sup>. É o maior. E quem vem em segundo lugar? Nada menos do que a África do Sul: a Anglo-American, com 51.067 km<sup>2</sup>, controlando a produção nacional de ouro (83%), de níquel (72%), de nióbio (45%) e de tungstênio (33%).

Combatemos o *apartheid* nos comunicados oficiais, mas permitimos que os sul-africanos venham aqui fortalecer o poderio econômico com que oprimem a maioria negra e consolidam o domínio racista dos brancos.

Trinta anos depois, o nosso país se defronta com problemas semelhantes aos que ocuparam as manchetes em junho de 1956, quando foi fundada a Frente Parlamentar Nacionalista.

A Frente nasceu, no próprio plenário da Câmara dos Deputados, de uma realidade objetiva: acima de partidos, numerosos parlamentares se uniam nos debates de muitos problemas sobre os quais tinham posições comuns. A luta ideológica rompia a disciplina partidária e era necessário encontrar um centro organizado onde trabalhar coordenadamente.

Naqueles anos decisivos era comum encontrar juntos, acima das divisões partidárias, o republicano Bento Gonçalves, com os trabalhistas Sérgio Magalhães, Oswaldo Lima Filho, Leonel Brizola ou Almino Afonso; o democrata-cristão Paulo de Tarso, com os udenistas Gabriel Passos, Ferro Costa, Seixas Dória e José Sarney; os pessepistas Muniz Falcão, Campos Vergal e Adão Pereira Nunes; os socialistas Aurélio Viana e Saturnino Braga, ou José Joffily, Fernando Santana e Hélio Ramos, hospedados, à época, no PSD.

**F**oi essa convergência que estimulou a estruturar a Frente, com mais de cem deputados e alguns senadores, mais de um terço do conjunto da Câmara Federal. Inicialmente, sob a convocação de Abguar Bastos, nos reuníamos no apartamento do deputado paulista Roxo Loureiro, no morro da Viúva, no Rio. Mas o grupo se multiplicou. Nos anos decisivos de 60 a 64, já ocupava mais de dez salas, no próprio edifício da Câmara. Ali se reuniam, também, a Frente de Mobilização Popular, a CGT, a UNE, todos os segmentos nacionalistas e populares

que apoiavam as reformas de base de Jango e se opunham ao *lobby* norte-americano, cuja cabeça visível – ontem como hoje – era o sr. Roberto Campos.

Mas a Frente Popular Nacionalista foi, na dialética do cotidiano, se transformando, de um bloco de luta em favor das reformas e por leis nacionalistas na mineração, no comércio externo, navegação etc., num instrumento poderoso de democratização do processo político brasileiro.

**P**ara o pleito de 1958, a luta pela independência econômica se inseria num contexto maior de defesa da reforma das instituições do Estado, ontem como hoje, elitistas e antipopulares. A plataforma da Frente, de 1957 continha definições muito claras nessa direção.

Também à época, nos acusavam de xenófobos. Em entrevista à "Tribuna da Imprensa", naquele mesmo mês, refutei nos seguintes termos essas acusações: "Há um equívoco generalizado de que nacionalismo é sinônimo de xenofobia. Pelo contrário, todos nós estamos conscientes do relevante papel que a cooperação estrangeira pode prestar ao nosso desenvolvimento, até mesmo com a ajuda financeira".

"Ao que nos opomos é que a cooperação financeira, em vez de ser um elemento de progresso nacional, se converta num instrumento de empobrecimento geral, em freio à expansão econômica do país.

A cobertura de interesses estrangeiros se faz, hoje, com uma milionária campanha de engodos, desinformação e guerra psicológica. É como se o Brasil resolvesse impedir o ingresso de capitais estrangeiros, fosse fechado a avanços tecnológicos do exterior, ou decidisse ser uma ilha autárquica e xenófoba em um mundo interligado economicamente. Até parece que nossas ruas não estejam cheias de veículos com marcas estrangeiras e as prateleiras das farmácias repletas de produtos que de brasileiro só têm o "Made in Brazil".

Nas lutas de ontem e de hoje, há uma nuance pitoresca. Nas décadas de 50/60 acusavam os nacionalistas de isolar o país para atender às conveniências da União Soviética, em

sua "guerra econômica" contra o Ocidente industrializado. Agora, a coisa mudou: estão em lua-de-mel com o mundo socialista. A URSS e a China são os exemplos. A Perestroika, como eles a interpretam, a nova bíblia e os mercados soviético e chinês, a esperança de retirar da crise o capitalismo brasileiro.

**S**e o velho Marx lesse os editoriais do dr. Marinho, seguramente não entenderia nada. As relações comerciais dos soviéticos e chineses com o mundo capitalista têm passado por etapas diferentes, desde a NEP – a nova política econômica de Lênin – até a Perestroika. Mas, nunca o país foi fechado à cooperação estrangeira.

É evidente que não se vai pedir ao sr. Gorbachev – como antes dele ao sr. Kruschev – que entregue o petróleo soviético às "sete irmãs" ou que abra os Urais à pesquisa das minadoras transnacionais. Não se fala, também, em privatizar a Aeroflot, a educação e a saúde, em desestatizar os portos, as ferrovias, o metrô, a siderúrgica, a informática, a tecnologia espacial.

**H**averá, decerto, acordos de cooperação financeira e tecnológica com o exterior. O controle, no entanto, é do Estado soviético. Os italianos fabricam carros na URSS há tempos, mas sua produção é apenas uma fração secundária da indústria soviética de veículos.

O mesmo ocorre na China. Em ambos os países, a "abertura econômica", que tanto excita o dr. Roberto Marinho e o senador Roberto Campos, é limitada, periférica e de pouco peso no conjunto da imensa economia dos dois países.

E essa prática nada tem a ver com a essência da economia socialista. Vender *hamburguers* da MacDonaldis na Praça Vermelha ou levar o sr. Abílio Diniz para instalar supermercados que melhorem a técnica de comercializar sabão, desodorantes, frango ou sal de cozinha em Moscou é virar capitalista? O que representam essas modestas *joint-ventures* na economia da URSS?

O saudoso presidente Samora Machel, vítima do terrorismo sul-africano, acusado de estar "dessocia-

lizando" Moçambique, ao estimular o pequeno e médio comércio privados, nos fez esta observação: "É verdade. Estamos procedendo assim. E quem disse que estatizar a venda de tomate é dogma socialista?"

Na verdade, nem a URSS nem a China são exemplos que possam socorrer o time entreguista ou justificar o Centrão em sua política de portas abertas ao capital estrangeiro, com uma visão muito distorcida dos verdadeiros interesses nacionais. Mas, mesmo que aqueles países tivessem decidido abrir-se sem limites ao capital estrangeiro – o que não é verdade –, isso não significaria um exemplo que nos servisse.

Roberto Campos revela, igualmente, um grande carinho pelo modelo adotado na Coreia do Sul, Cingapura e Formosa. Esses modelos não nos servem. Com seus portos livres, esses países se transformaram em colônias das transnacionais. A dependência externa quase total de suas economias, com a inevitável perda de soberania, a turbulência social e a repressão que lá se verificam, os seus índices de injustiça e discriminação mostram que não é por aí que devemos buscar a solução dos nossos problemas econômicos.

**A** 8 de maio, Campos e seus associados perderam mais uma bandeira, frequentemente agitada: a "direitização" da França. Reelegendo Mitterrand, com uma diferença superior a dois milhões de votos (55,91% contra 44,09% de Chirac), os franceses disseram não às privatizações indiscriminadas e aprovaram a previdência socialista de Mitterrand. E isso, quando o eleitorado inglês dá mostras de uma nítida inclinação em favor da oposição trabalhista e a direita está perdendo significativas eleições na Alemanha.

Os nossos constituintes que, com o seu voto nacionalista, priorizaram o interesse do país, estão certos. Eles impediram – pelo menos parcialmente – que o nosso país, cujas fronteiras econômicas estão entre as mais vulneráveis do mundo, se transformasse numa plataforma exportadora, modelo Haiti, com um presente hipotecado e um futuro comprometido. ●

# O controle nacional

Parlamentares avaliam a importância da histórica decisão da Constituinte

Clovis Sena

**A** decisão da Constituinte, nacionalizando a mineração, teve, dentro e fora do país, uma repercussão muito ampla.

O resultado da votação final foi de 343 votos a 126, aprovando o seguinte dispositivo, sobre o qual se travou uma dura luta no Plenário: "O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, a pesquisa e a lavra de recursos e jazidas minerais somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresas brasileiras de capital nacional, na forma da lei, que regulará as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas".

Dois parlamentares que se destacaram na luta em favor das teses nacionalistas, o senador Severo Gomes (PMDB-SP) e o deputado Luís Salomão (PDT-RJ), analisaram para **terceiro mundo** o significado e os alcances da disposição aprovada. Também o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) resumiu as razões de sua oposição ao dispositivo aprovado.

## O controle das jazidas

"A emenda estabelece o controle nacional da mineração", disse o senador Severo Gomes. "Algumas questões fundamentais nos levaram a essa decisão. Primeiro, o Brasil é um país que detém imensas reservas minerais. Talvez somente a União Soviética o supere. Segundo, o comércio internacional desses bens é oligopolizado. Os preços são preços de transferência de um país para outro. Terceiro, esses bens são exauríveis, não são eternos. Eles precisam ser extraídos de acordo com um projeto nacional de longo prazo. E, por último, as



Senador Severo Gomes

empresas transnacionais detinham uma enorme gama de contratos de direito de lavras, e na verdade investiam uma insignificância.

"Pensando na potencialidade do Brasil, nesses últimos dez anos, os investimentos estrangeiros montaram a 400 milhões de dólares. Uma média de 40 milhões de dólares por ano, o que é uma coisa ridícula.

## No interesse das transnacionais

Para o deputado Luís Salomão, "as transnacionais não exploram minérios de acordo com o interesse brasileiro e, sim, conforme os seus interesses estabelecidos em escalada planetária.

Luís Salomão faz ver ainda que "não estamos estatizando nem nacionalizando de uma forma xenófoba".

"As transnacionais poderão participar da mineração brasileira em três situações. A primeira, associando-se, minoritariamente, ao capital nacional, à empresa brasileira de capital nacional em que o controle decisório esteja sediado no país; em segundo lugar, se elas já industrializam o produto da mineração no país, o que é uma coisa fundamental. Não é exportar minério bruto e sim produzir aqueles minérios, aqueles produtos manufaturados, que vão receber agregação de energia, de mão-de-obra, de tributos, de outras maté-

rias-primas produzidas no país. Em terceiro lugar, uma grande concessão que foi feita, para garantir a aprovação da nacionalização: as atuais mineradoras estrangeiras têm um prazo de cinco anos para se adaptar às novas exigências da legislação.

"A outra questão é de tecnologia. Alegam que a tecnologia é a grande chave através da qual devemos aceitar o capital estrangeiro nos termos por eles impostos. Nós não precisamos receber esse cavalo-de-tróia, que são as transnacionais de mineração, para adquirir tecnologia.

"E, finalmente, a questão fundamental é a necessidade dos nossos governos pesquisarem o subsolo brasileiro, enviando levadas e levadas de geólogos, e não repetir a triste história de Carajás, que já contei para **terceiro mundo**.

## "Grande desatino"

O deputado Ricardo Fiúza, um dos líderes do Centrão, não está de acordo com essa visão. "Se vedarmos expressamente a participação do capital estrangeiro, estamos cometendo um grande desatino".

"Eu acho que o caminho não é por aí, nessa visão estritamente terceiro-mundista para o Brasil. Acho que o caminho é uma regulamentação, uma legislação ordinária bem feita. Que preserve o investidor nacional, mas que não iniba a participação do capital internacional na exploração de minérios. Mesmo porque, com a velocidade do crescimento tecnológico, com a velocidade de crescimento da indústria química, hoje, os laboratórios produzem ligas metálicas muito mais baratas, e ninguém sabe se daqui a 10 ou 20 anos, nós estaremos sentados em cima de jazidas que terão perdido substancialmente o seu valor". Fiúza considera essa posição como "extremadamente nacionalista".

# ANGOLA

## terra da liberdade



TAAG - Av. Presidente Vargas 542/1603  
telefones: 263-9711, 263-4988, 263-4911  
telefones Aeroporto Internacional: 398-3112 e 398-3113

LUANDA / RIO:

SÁBADO:

Saída / Luanda: 12:30  
chegada / Rio: 17:00

RIO / LUANDA:

DOMINGO:

Saída / Rio : 16:30  
Chegada / Luanda: 04:30  
(dia seguinte)



# TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA

A Serviço da Reconstrução Nacional



**Sinal de multiplicar, somar e crescer.**

Somar esforços. Aumentar riquezas.  
Incentivar o progresso.  
É isso que o maior banco do Brasil  
tem feito todos os dias.

 **BANCO DO BRASIL**